

ANO 2022
NÚMERO

47

Faces de Eva
Estudos sobre a Mulher



lúmus

Faces de Eva

Estudos sobre a Mulher



FACES DE EVA
Revista de Estudos sobre a Mulher
N.º 47 – 2022

Fundadora/Primeira Directora: Zília Osório de Castro

Direcção: Isabel Henriques de Jesus • Helena Pereira de Melo

Editoras Executivas: Maria do Céu Borrêcho • Mariana de Oliveira Rodrigues • Zamira Assis

Coordenação deste número: Mariana de Oliveira Rodrigues • Sara Torres

Conselho Editorial: Agnieszka Fal-Dutra Santos (Directora de Programas da Global Network of Women Peacebuilders), Ana Guil Bozal (Universidade de Sevilha), Ana Isabel Buescu (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Paiva Morais (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Pires Pessoa (Instituto Politécnico de Setúbal), Anne Cova (Universidade de Lisboa), Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade NOVA de Lisboa), Carla Cibele de Figueiredo (Instituto Politécnico de Setúbal), Dalila Cerejo (Universidade NOVA de Lisboa), Deolinda Adão (Universidade da Califórnia - Berkeley), Elza Pais (Perita em Igualdade de Género), Eugénia Vasques (Instituto Politécnico de Lisboa), Filipa Vicente (Universidade de Lisboa), Gonçalo Plácido Cordeiro (Universidade Paris Nanterre), Graça Dos Santos (Universidade Paris Nanterre), Irene Vaquinhas (Universidade de Coimbra), José Luís Garcia (Universidade de Lisboa), José Manuel da Costa Esteves (Universidade Paris Nanterre), Krassimira Daskalova (Universidade de Sófia), Magda Guadalupe dos Santos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Mara Montanaro (Universidade de Paris 8), Marcella Corsi (Sapienza Universidade de Roma), Margarida Queirós (Universidade de Lisboa), Maria da Conceição Nogueira (Universidade do Porto), Maria de Belém Roseira (Primeira Ministra para a Igualdade), Maria de la Paz Pando Ballesteros (Universidade de Salamanca), Maria do Mar Pereira (Universidade de Warwick), Maria José Rosado Costa (Universidade de Lisboa), Maria Luísa Femenias (Universidade Nacional de La Plata), Maria Luísa Ribeiro Ferreira (Universidade de Lisboa), Mary Garcia Castro (Universidade Federal da Bahia), Maria Reynolds de Souza (Perita em Igualdade de Género), Paula Gomes Ribeiro (Universidade NOVA de Lisboa), Paula Pinto Costa (Universidade do Porto), Paulo Ribeiro Baptista (Museu Nacional do Teatro e da Dança), Rada Iveković (Perita em Género e Filosofia Indiana), Regina Tavares da Silva (Perita em Igualdade de Género), Susan Buckingham (Perita em Género e Ambiente), Teresa Joaquim (Universidade Aberta), Teresa Sousa de Almeida (Universidade NOVA de Lisboa), Teresa Pizarro Beleza (Universidade NOVA de Lisboa), Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Universidade Católica do Salvador)

Direcção gráfica e capa: António Pedro

Revisão: Margarida Baldaia

Edição: Faces de Eva/CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; Húmus • Apartado 7081, 4764-908 Ribeirão – Vila Nova de Famalicão

Execução gráfica: Papelmunde

Sede: Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Avenida de Berna, 26 C · 1069-061 Lisboa www.facesdeeva.fcsh.unl.pt · email: facesdeeva@fcsh.unl.pt

ISSN 0874-6885

DOI: <https://doi.org/10.34619/sp6t-afbl>

Depósito legal n.º 145 434/99

Periodicidade semestral Tiragem: 300 exemplares

Solicita-se permuta/ Exchange requested /On demande l'échange/Man bittet um Austausch

A revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* está indexada na plataforma SciELO, no SciELO Citation Index, no Catálogo LATINDEX, no índice ERIH PLUS, CIRC, ClassifiCS, ERA, MIAR, MLA, QUALIS/CAPES. É membro da rede EIGE sobre a Igualdade de Género – EuroGender (www.eurogender.eige.europa.eu).

Apoios: Edição co-financiada e apoiada pela Roche Farmacêutica Química, Lda.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/04647/2020 do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa.

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA

- 7 Nomear os interditos
Isabel Henriques de Jesus

POEMA

- 15 A minha amante
Judith Teixeira

HOMENAGEM

- 19 Uma mulher singular: Jornalista e feminista.
Maria Augusta Seixas
- 33 Recordar Virgínia
António Araújo

ESTUDOS

- 39 Rememorando Virgínia Quaresma (1882-1973)
João Esteves
- 57 Currículo de arte e equidade de género: Existem compositoras?
Andréia Schach Fey | Margarida Gandara Rauén
- 77 Um olhar sobre a participação feminina na Assembleia Nacional:
A deputada Virgínia Faria Gersão
Susana Fontes | Sónia Coelho
- 99 Frankenstein ou a monstruosidade enquanto prática feminista
e subjetividade queer
Miguel Ângelo Baptista
- 115 Teresa de Ávila: Poesia e mística
Teresa Vasconcelos

ESTADO DA QUESTÃO

- 137 Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório: Segunda biblioteca feminista da Europa
Maria Antónia Palla

DIÁLOGOS

- 143 Black women's activism: A transnational and intergenerational dialogue
Ana Claudia Jaquetto Pereira | Bruna Cristina Jaquetto Pereira | Patricia Hill Collins

ENTREVISTAS

- 159 Isabel Freire
Aline Flor
- 169 Maria Seruya
Sara Torres

PIONEIRA

- 181 Regina Quintanilha
Helena Pereira de Melo

RETRATO

- 191 Maria Archer
Olga Archer Moreira

RECENSÕES

- 201 Música género sexualidades: Musical trouble...after Butler
Beatriz Nunes
- 209 LINHA EDITORIAL/EDITORIAL POLICE
- 210 Procedimento De Arbitragem/Peer Reviewing Process
- 211 Normas De Publicação/ Editorial Guidelines
- 214 Declaração De Ética E Boas Práticas De Publicação/ Publication's Statement Of Ethics And Good Practices

Nota: A regra ortográfica de cada artigo respeita a opção de autoras e autores.

Nota de
abertura

Nomear os interditos

ISABEL HENRIQUES DE JESUS*

Qual o critério para a escolha de uma determinada mulher figurar na capa da revista *Faces de Eva*, de entre tantas possíveis? Mulher com rosto, com nome, com história, que desbravamos a partir de um qualquer indício, cerzindo depois os fragmentos para tentar compreender um todo, seguramente ilusório, e mesmo assim perseveramos? Sabemos que entre a mulher sujeito que viveu, pensou, sentiu e amou e aquela que se torna objecto da nossa percepção, vai uma enorme diferença, condicionada, não apenas pela impossibilidade de traçar uma linha firme e estável, constante ao longo de toda uma vida, mas também pelas memórias, experiências e objectivos de quem pesquisa.

Por vezes, numa primeira fase, a figura escolhida surge-nos como uma espécie de contorno figurativo, inacabado e impressionista, cuja nitidez vai sendo construída através dos contributos recolhidos nos textos que publicamos. Ao mesmo tempo, esse processo é acompanhado pela identificação de algumas conexões possíveis entre as várias rubricas apresentadas.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/8efd-ccrw>

*

<https://orcid.org/0000-0002-8172-4224>

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
misabeljesus@fcsh.unl.pt

Assim acontece com Virgínia Quaresma, mulher de causas e de empenhamentos vários, desde o feminismo ao pacifismo, do jornalismo à publicidade, vividos com maior ou menor intensidade ao longo da sua vida e bem fundamentados num dos “Estudos” e nas duas “Homenagens” que publicamos e a cuja leitura convidamos.

Traçado o perfil desta mulher emancipada e livre, escolhida para figura de capa da 47.^a edição da revista *Faces de Eva*, ele suscitou-nos algumas temáticas muito actuais nos Estudos de Género que procurámos explorar em vários textos aqui incluídos. Tratou-se, não de uma mera justaposição da figura de Virgínia Quaresma com essas abordagens, mas de uma apropriação simbólica que lhes deu sentido e favoreceu a unidade. Referimo-nos aos estudos sobre as sexualidades e aos feminismos negros.

Se definíssemos um eixo temporal, onde localizar algumas das apreciações/teorizações sobre a sexualidade difundidas nesta edição da revista *Faces de Eva*, encontraríamos, em primeiro lugar, as questões colocadas pelas feministas portuguesas do princípio do século XX. Na sua agenda feminista, a prostituição encontrava-se entre os assuntos em debate, ainda que se apresentasse como “exterior” a quem o nomeava. Mais tarde, por altura da Revolução dos Cravos, o direito à contracepção e ao aborto fazia parte das reivindicações das mulheres, a actividade sexual e a reprodução já não se sobrepunham, e clamava-se pela coragem de quem, anos antes, em França, assinara o Manifesto das 343⁽¹⁾ (1971). A abertura a orientações sexuais não normativas e a consciência dos interditos que lhes estavam (estão) associados iam fazendo o seu caminho e viriam a possibilitar, anos depois, a descriminalização da homossexualidade.

Uma das entrevistas que publicamos analisa este percurso, sendo que a outra, ao apontar formas de valorização do envelhecimento das mulheres, levando-as a descobrir potencialidades várias, terá subjacente uma leitura da sexualidade em idade avançada, reconfigurando critérios e preceitos ainda dominantes e, quantas vezes, inibidores. Com uma grande actualidade teórica, no campo dos estudos das sexualidades, incluímos

1. Referimo-nos a um manifesto em que 343 mulheres, muitas delas figuras públicas, declaravam ter abortado, pretendendo com isso reagir contra o silenciamento de uma situação de todos conhecida, mas negada através de um pacto de cumplicidade com as perigosas condições em que o aborto era praticado. Entre as subscritoras do documento contavam-se Simone de Beauvoir, Jeanne Moreau, Catherine Deneuve, Françoise Sagan, Annie Leclerc, Antoinette Fouque...

um “Estudo” que propõe uma leitura *queer* sobre a figura de *Frankenstein*, com que completamos o primeiro conjunto de temas, sugerido pela figura de capa.

Algum caminho foi percorrido desde os habituais tabus que dominavam as relações familiares, quer nos posicionemos em Portugal, quer na França de fins dos anos 1960, como vemos nas memórias de Annie Ernaux (2020): “A contraceção intimidava bastante as refeições familiares para poder ser tema de conversa. O aborto era palavra impossível de pronunciar” (p. 77). Apesar de os interditos de nomeação associados às questões sexuais já não serem tão pesados, deparamos ainda com múltiplos constrangimentos, principalmente quando se trata de uma sexualidade não normativa.

Eufemisticamente referidas, apesar de vivenciadas com o mesmo ardor e emoção das relações heterossexuais, a expressão das relações lésbicas não era comum no tempo em que Judith Teixeira ousou publicar o seu primeiro livro de poemas, *Decadência*, de onde extraímos o poema “A minha Amante” que apresentamos nesta edição. Num interessante *paper*, Anna M. Klobucka percorre a representação da homossexualidade feminina na literatura e na cultura portuguesas, referindo-se ao caso de Judith Teixeira:

On the empirically more solid ground of Portuguese literary history, the exemplary apparitional lesbian figure is of course the poet Judith Teixeira, who over the last decade or so has been the object of at least some critical attention (...) As is well known, Teixeira’s participation in the “Literatura de Sodoma” controversy in 1923, in which her volume *Decadência* was seized by the authorities alongside books by António Botto and Raul Leal, has on several occasions been elided from critical accounts of the episode (...)

The year 1927 marks also the poet’s definitive exit from the Portuguese literary scene: nothing, literally nothing else is known about her life until she dies in 1959 in Lisbon, incidentally in the same year as Botto in Rio, “viúva, sem deixar filhos, sem deixar bens, sem deixar testamento”, as her official death certificate states (...). Teixeira’s literary and existential fate stands out as a clear example of what Dee Pryde has diagnosed as the gender-specific syndrome of lesbophobia discernible in modern Portuguese culture. (Klobucka, 2009)

Contemporânea de Judith Teixeira, Virgínia Quaresma é também referida no trabalho de Klobucka, realçando a forma como a sua orientação

sexual é ofuscada nas referências que lhe são feitas, evidenciando o efeito de “now you see it, now you don’t” que, neste caso, consiste num reconhecimento público sobre a sua vida e, simultaneamente, num disfarce sobre a homossexualidade, preferindo tratar as suas amantes, com quem partilhava casa, como amigas, damas de companhia ou governantas. A questão que aqui se coloca é a forma como esse facto pode ter afectado a sua carreira profissional e as opções residenciais, sendo, portanto, um elemento biográfico relevante, revelador da mentalidade da época e da forma como Virgínia Quaresma com ele lidou pessoal e profissionalmente.

Procurámos explorar um segundo aspecto das teorias feministas, remotamente inspirado na ascendência negra de Virgínia Quaresma, que reside nas particularidades actuais da teorização e do activismo das mulheres negras, muito centrado no seu agenciamento na produção de conhecimento, na desocultação dos interditos que as minorizam e na criação de organizações comunitárias de protecção das mulheres negras ou na liderança de instituições sociais e políticas, onde detenham real poder de transformação. A perspectiva transnacional – salvaguardando interesses e necessidades específicas – de cooperação entre diferentes movimentos e organizações de mulheres negras e a produção de conhecimentos são aspectos a relevar nas actuais concepções e são evidenciados no “diálogo” que publicamos. Seja onde for, as mulheres negras resistem a opressões de classe, de género e de raça, naquilo que denominamos como “interseccionalidade”, e que Audre Lorde ajuda a desconstruir, assinalando os riscos de hierarquia da opressão dentro dos próprios grupos oprimidos:

Por estar em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objectivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. Eu aprendi que o sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, assim, seu direito de dominar) e o heterossexismo (a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar) vêm os dois do mesmo lugar que o racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar. (Lorde, p. 235)

Em ambos os casos, os temas que elegemos assinalam a libertação de códigos supressores da palavra e reconhecem a força reivindicativa de alguns grupos na exigência de uma mudança de mentalidades que vise o respeito pela diferença, cruzando o ativismo com a produção de conhecimentos teóricos.

A presente edição de *Faces de Eva*, tal como todas as outras, só foi possível graças ao empenho de quem para ela contribuiu através dos diferentes textos que publicamos, do trabalho de revisão por pares que sempre promove a qualidade dos conteúdos publicados e, por último, mas não menos importante, do trabalho inexcedível e entusiástico de uma equipa que nunca desiste.

Isabel Henriques de Jesus

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ernaux, A. (2020). *Os anos* [The years]. Porto Editora.
- Klobucka, A.M. (2009) Summoning Portugal's apparitional lesbians: A to-do memo. https://www.academia.edu/190256/_Summoning_Portugal_s_Apparitional_Lesbians_A_To_Do_Memo_
- Manifeste des 343 [Manifesto of the 343]. (1971, 5 avril). *Le Nouvel Observateur*, 334.
- Lorde, A. (2019). Não existe hierarquia de opressão [There is no hierarchy of oppression]. In H. B. Holanda (Org). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Bazar do tempo.

Poema

A MINHA AMANTE

«... .. a dor
só lhe perco o som e a cor
em orgias de morfina!»

Dizem que eu tenho amores contigo!
Deixa-os dizer!...
Eles sabem lá o que ha de sublime,
nos meus sonhos de prazer...

De madrugada, logo a despertar,
ha quem me tenha ouvido gritar
pelo teu nome...

Dizem – e eu não protesto –
que seja qual fôr
o meu aspecto
tu estás
na minha fisionomia
e no meu gesto!

Dizem que eu me embriago toda em côres
para te esquecer...
E que de noite pelos corredores
quando vou passando para te ir buscar,
levo risos de louca, no olhar!

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/lity-vk4p>

Não entendem dos meus amôres contigo –
não entendem deste luar de beijos...
– Ha quem lhe chame a tara perversa,
dum sêr destrambelhado e sensual!
Chamam-te o genio do mal –
o meu castigo...
E eu em sombras alheio-me dispersa...

E ninguém sabe que é de ti que eu vivo...
Que és tu que doiras ainda,
o meu castelo em ruina...
Que fazes da hora má, a hora linda
dos meus sonhos voluptuosos –
Não faltes aos meus apelos dolorosos...
– Adormenta esta dôr que me domina!

Junho – Poente, 1922

Teixeira, J. (1923). *Decadência: Poemas* (Edição fac-similada), pp. 61-62. Imprensa Libanio da Silva.

Homenagem

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/9a8x-b4lf>

Uma mulher singular: Jornalista e feminista

MARIA AUGUSTA ANSELMO SEIXAS

Virgínia Quaresma dominou o trabalho de jornalista como poucos. Sabia colocar as questões que se impunham no momento, com força e determinação e, desde as primeiras perguntas, conseguia estabelecer uma relação quase pessoal com o entrevistado. Não perdia tempo com perguntas de circunstância, para pôr o entrevistado à vontade. Tinha o talento de criar a atmosfera de um relacionamento antigo, amigável, indo direita ao assunto que ali a levava. Tinha um dom especial, conseguia pôr-se na pele do entrevistado, e essa atmosfera de proximidade permitia-lhe fazer perguntas sagazes, directas, sem preâmbulos. Tinha uma grande capacidade de observação e era rápida a contrainterrogar.

As barreiras sociais não existiam para ela; assim conseguiu cativar pessoas pertencendo a classes sociais muito diferentes, antagónicas mesmo, e estava à vontade tanto com homens, como com mulheres ou jovens. Nada lhe escapava, registava todas as impressões, sempre alerta com o que se passava à sua volta e no mundo. Era capaz de, pelo aspecto exterior das

pessoas, perceber o seu íntimo e retratá-lo. Os jornais da altura estavam mais interessados na actualidade, nos factos, do que no comentário político; era a passagem do acontecimento *dito* ao acontecimento *visto e descrito*; a reportagem obrigava a sair para o exterior, a ir à procura dos testemunhos.

Virgínia tinha uma formação universitária completa, superior, portanto, à maioria dos seus colegas, frequentava os mesmos cafés, tinha uma rede semelhante de contactos, num universo muito diferente da sociabilidade de salão. A reportagem *a quente*, os acontecimentos *vistos e verificados* eram a sua visão da profissão. Era a escola da descrição dos factos e dos testemunhos, contra o jornalismo da palavra: «o jornalismo de hoje é reportagem, mas reportagem intensa, em que o repórter é obrigado a sentir, a roçar-se pelo facto – e aí daquele que ao escrever, a sua alma não partilhe das suas descrições, porque o público o desprezará. O informador, o “pilha notícias” desapareceu há muito [...]. Hoje o repórter é essencialmente culto» (*A Época*, 1918).

O seu salário, o dinheiro para viver, vinha da sua actividade jornalística.

Rocha Martins diferenciou bem Virgínia Quaresma das outras mulheres que escreviam para os jornais da época, como Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torresão ou Alice Pestana, que «tinham sido colaboradoras de periódicos, mas talvez nunca tivessem entrado numa redacção para escreverem, à banca do trabalho, algumas tiras de papel a que os jornalistas chamam “linguados”. Virgínia Quaresma foi a primeira senhora que exerceu a profissão de jornalista na acepção que modernamente lhe compete» (Martins, 1941).

Reinaldo Ferreira, que a conheceu mais tarde em *A Capital*, recordava nas suas memórias, escritas em 1945, que Virgínia era, naquele tempo, «a única senhora verdadeiramente jornalista» (Ferreira, 1945).

Pertencia a uma classe pioneira que fez do jornalismo o seu ofício, separou águas, ajudou a definir a profissão. Preocupou-se com a definição de quem podia ser classificado como jornalista e com a defesa desse mesmo estatuto. Única mulher entre os jornalistas reunidos no dia 3 de novembro de 1910, na redacção de *O Mundo*, Virgínia é eleita, pelos seus pares, para a comissão mandatada para diligenciar junto dos proprietários dos jornais diários a concessão de cinco feriados – 1 e 31 de Janeiro, 5 de Outubro, 1 e 25 de Dezembro –, tal como haviam sido decretados pelo Governo Provisório da República e que nem todos os jornais estavam dispostos a

cumprir. Além de Virgínia, integravam a comissão Luiz Derouet, Eduardo Fernandes (Esculápio), Fraga Pery de Linde, Costa Carneiro e Correia dos Santos. Nessa assembleia, é debatida pela primeira vez a necessidade de clarificar a profissão criando um sindicato que defendesse e representasse os «verdadeiros profissionais», deixando de fora os que «como tal se intitulam, exercendo outras profissões ou não possuindo habilitações necessárias para o serem, concorrendo assim, deslealmente com aqueles e ocupando por preços ínfimos, os seus lugares legítimos». Interessava-lhes, também, regular as relações e condições de trabalho com as empresas jornalísticas no que diz respeito a salários, horas de trabalho, dignidade profissional, «propondo, nesse sentido, a constituição dum sindicato de classe, a ser legalizado pela República».

Virgínia Quaresma começou a sua carreira de jornalista em 1906, depois da morte do pai, no *Jornal da Noite*¹. Muito nova, «era uma vocação irresistível – ou antes uma “vocação” – e eu tive de obedecer-lhe». Desse tempo, gostava de evocar a maneira como conseguira fazer o relato do funeral do Duque de Palmela, eminente nobre de quem nunca ouvira falar: «tive de pôr em prática um *truc* para saber pormenores [...] consistiu em disfarçar o vestuário e acompanhar ao palácio umas irmãs de caridade, a quem convenci que era amiga da família. Estive ajoelhada durante uma hora mas consegui fixar impressões e pormenores que me deram margem para mais de uma coluna de prosa» (*A Capital*, 1912).

Esta identificação com a vítima vai ela usar, com outros créditos, para denunciar a falta de segurança numa cadeia, no Brasil, e a corrupção da polícia. O caso ficou conhecido como o “caso Barata Ribeiro” e conta-se em poucas palavras: num pacote que ia para Pernambuco e que levava a bordo uma verdadeira fortuna em ouro, destinado à administração daquele estado, três gatunos furtaram alguns caixotes no valor de 2400 contos. Um desses gatunos, Barata Ribeiro, no momento em que ia a desenterrar o ouro roubado, foi surpreendido e preso e o ouro levado para o comissariado. O mais engraçado, porém, é que o dinheiro desaparecera misteriosamente da polícia.

Virgínia contratou um actor parecido com o gatuno, levou-o para junto do muro exterior da cadeia e fez-se fotografar ao seu lado, dizendo

1. O *Jornal da Noite* foi suspenso em Maio de 1907, quando da agitação social e política que grassava em Lisboa e que culminou no assassinato do rei D. Carlos e do príncipe D. Luís Filipe, um ano depois.

que o apanhara a evadir-se da prisão e que este homem lhe fizera revelações curiosas, revelações essas que mais não eram do que o fruto das suas investigações e que comprometiam imenso várias individualidades da polícia. O artigo deu brado e ainda mais brado deu a fotografia dela a segurar o braço do fugitivo que, afinal, era um actor caracterizado para o efeito.

Depois do fecho do *Jornal da Noite*, a convite de Manuel Guimarães, Virgínia entrou para *O Século* e por lá ficou com intermitências periódicas, mas regressando sempre. Quando Manuel Guimarães saiu para fundar *A Capital*, em 1910, convidou-a para integrar a redacção.

Tinha um grande sentido de justiça e um humanismo que a levava a defender os mais fracos, os mais castigados e deserdados.

Consciente da sua identidade de mulher só, sozinha como só as mulheres podem estar, colaborou sempre com os movimentos feministas que naqueles anos se formaram em defesa da paz, com o apoio dos livres-pensadores. A ideia central era propagar a ideia da “pacificação universal” e a resolução dos conflitos à mesa das negociações.

Alice Pestana fundou a Liga Portuguesa da Paz em 18 de Maio de 1899 e tinha como vice-presidente da secção masculina Magalhães Lima, que evoca esses tempos nas suas memórias: «a sua secção feminina desenvolveu-se rapidamente. No meu gabinete reuniam-se todas as tardes algumas senhoras interessadas no movimento. Dona Virgínia Quaresma pertencia a este número. Ainda me lembro da sua estreia, como oradora, na Sociedade Promotora da Educação Popular, em Alcântara» (Lima, 1928, pp. 254-256). Estamos em 1906. Virgínia, nessa sua alocução, justifica o convite que lhe foi endereçado pela sinceridade e entusiasmo com que combate pelo ideal feminista que é, na sua opinião, o combate central da democracia:

ser feminista é minha única carta de recomendação, o meu único título de glória no mundo intelectual. E não me dispenso dessa honra em parte nenhuma, embora eu saiba muito bem que o nosso meio social, ainda em grande parte, não compreende todo o orgulho, toda a altivez, toda a satisfação de razão e da consciência que me podem advir dela.

Senhores, o feminismo e a democracia têm-se mutuamente acompanhado na sua evolução. Todos os países cultos que trabalham para confraternizar os povos, para lhes iluminar os espíritos, para lhes garantir os direitos, não

esquecem que o ser feminino é uma molécula importante da grande massa popular e que a sua força e o seu poder não são dispensáveis na grande luta moral e económica travada pelas sociedades modernas. (Quaresma, 1906)

Mais tarde, formou-se a secção portuguesa da agremiação La Paix et le Désarmement par les Femmes, sob o patrocínio de Frondoni Lacombe. A nova sociedade era constituída exclusivamente por mulheres e, sob a chancela duma associação francesa, tinha condições para durar. Em 6 de Dezembro de 1906, na Rua das Portas de Santo Antão, eram eleitos os corpos gerentes da nova sociedade: secretária-geral Virgínia Quaresma, tesoureira Maria do Carmo Lopes, vogais Adelaide Cabete, Albertina Paraíso, Aureliana Teixeira Bastos, Carolina Beatriz Ângelo, Cláudia de Campos, Domitila de Carvalho e Emília Patacho.

Quando os diferentes partidos republicanos faziam por ter o movimento feminista sob a sua alçada, Virgínia conseguiu preservar a sua independência, não se deixando nunca enredar na militância partidária.

Virgínia nasceu em Elvas e nas suas recordações fala da sua mãe, uma mulher com porte aristocrático que abria as portas de casa com um lenço, do pai e irmãos, todos na carreira militar – o pai um bocado distraído, sempre a pensar em tudo menos no regimento militar. Os irmãos distinguiram-se na defesa da República.

Numa época de grandes agitações, a República estava à porta, Virgínia entrou na Universidade, no Curso de Letras, no ano lectivo de 1902-03. Ela e Berta Gomes de Almeida foram as primeiras mulheres aí formadas. A seguir, instalou-se no mesmo local o Curso de Habilitação para o Magistério, onde se formavam professores para o ensino secundário. Virgínia também aí se diplomou, ficando assim habilitada a dar aulas no ensino secundário. A sua dissertação de pedagogia abordava o tema *Tipos diferentes do Curso Liceal e a coeducação*. Foi convidada para dar uma cadeira de Feminismo na Universidade Popular. Tinha 24 anos.

Conhecemo-la pessoalmente de a vermos aqui ao nosso lado redigindo em poucos minutos um artigo cheio de fé e ardor pela causa feminista [...] indiferente a tudo o que a sociedade estupidamente legaliza de convencionalismo e de hipocrisia. [...]

- Agrada-lhe a ideia de ser criada na Universidade Popular a cadeira de feminismo?
- Não podia deixar de causar íntima satisfação. Eu sou uma sincera e convicta defensora do Ideal do Feminismo e tudo o que o possa levantar entre nós, enche-me de prazer e de vaidade.
- Qual é o carácter que tenciona dar ao seu curso?
- Tenciono encarar o feminismo sob um critério lógico e histórico. Demonstrarei como ele se impõe ao espírito libertário dos povos modernos no domínio moral e económico. Mas, sobretudo, o que naturalmente devo fazer é dar a este curso uma feição pedagógica. Que a mulher se deve educar compreendem-no hoje todos os meios cultos, mas como deverá ser ministrado é a preocupação de todos eles. (*O Mundo*, 1907).

Rapidamente Virgínia encetou o caminho da defesa da igualdade de direitos para as mulheres. Ainda estudante, já trabalhava, nomeadamente na revista *Sociedade Futura*, que tem no seu primeiro número, datado de 1 de Maio de 1902, como directora Ana de Castro Osório e como redactora Olga Morais Sarmiento. Quatro meses depois, Olga Morais Sarmiento passou a directora e, no número de 15 de Dezembro de 1902, Virgínia Quaresma figurava como secretária da revista. Na *Sociedade Futura*, lado a lado com o retrato das mulheres que ao longo dos séculos saíram do esquecimento pelo seu talento, na música, na escrita ou na política, outras são destacadas pelos seus salões literários, onde todos e todas podiam dar as suas opiniões sobre o dia-a-dia da governação dos respectivos países e ideias para a melhorar. Por vezes, os nobres davam um salário aos jovens promissores, permitindo-lhes, assim, dedicarem-se inteiramente aos seus talentos.

Em Maio de 1907, surgiu a revista *Alma Feminina* que, à semelhança de *La Fronde*, era uma revista dirigida, administrada, redigida e composta exclusivamente por mulheres. No primeiro número aparece o nome de Albertina Paraíso como directora e Virgínia Quaresma como secretária de redacção. Logo no n.º 2, desapareceu o nome de Albertina Paraíso na direcção, substituído pelo de Virgínia até ao fim da revista, em 1908. Nela abre o caminho ao aparecimento de mulheres jornalistas: «toda a colaboração feminina da nova revista será remunerada [...] está franqueado o primeiro passo para a mulher portuguesa entrar no jornalismo. [...] a revista promove concursos de fotografia, literários e artísticos, conferências feministas».

Tem uma secção de modas e conselhos culinários. No editorial do n.º 8, Virgínia faz questão de impor a revista nas classes operárias.

Organiza um inquérito às fábricas e *ateliers*, mostrando o dia-a-dia das mulheres trabalhadoras, assim como insere na revista a propaganda das respectivas associações de classe. Organiza exposições de labores femininos, um concurso de fotografia e um certame literário que consiste em completar um soneto.

Virgínia descreve o povo em pequenos relatos e traz para a luz do dia vidas desconhecidas: dá visibilidade às mulheres operárias, descrevendo as condições em que passam os dias, muitas delas a costurar em águas-furtadas, sem arejamento, ou nos grandes teares, a respirar, sem qualquer protecção, a poeira dos fardos de tecido e de lãs, por todo o lado; a apanhar, ao longo das linhas férreas, os bocados de carvão que caem dos vagões, para a família se aquecer e fazer a comida, com os filhos à espera delas, encostados às paredes dos corredores das fábricas ou em terrenos descobertos.

Crítica a cunhada de Ana de Castro Osório, feminista republicana, por ter despedido trabalhadoras na fábrica de conservas quando ficou viúva e com dívidas por pagar.

Nas páginas da revista *Alma Feminina*, assim como mais tarde na página sindical e do trabalho do jornal *A Capital*, as lutas operárias não foram esquecidas e ficamos a conhecer as mulheres que encabeçaram a luta pela igualdade de salários, e foram muitas.

Quando Manuel Guimarães saiu de *O Século* para fundar *A Capital*, em 1910, convidou Virgínia Quaresma para integrar a nova redacção. Ela e Hermano Neves faziam as coisas de maior impacto: reportagens de rua, crime, entrevistas.

O relato que ela faz a Maurício de Oliveira sobre a declaração de guerra da Alemanha a Portugal é exemplar: a pedido do Governo inglês, o Governo português encarregou a Marinha de apresar os navios mercantes alemães estacionados nos portos nacionais, para cima de 70. A Alemanha protestou e, na manhã de 9 de Março, Van Rosen pediu uma entrevista ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares:

tudo se passou num ápice. Abriu-se a porta do gabinete e saiu o Rosen muito formalizado. De expressão dura, a barbicha branca, hirsuta, os lábios contraídos, passou junto a mim, sem sequer me olhar. Caminhava aliás de olhos

postos no chão. Era a guerra, sem dúvida. O dr. Augusto Soares não apareceu no limiar da porta a acompanhá-lo. Despediram-se, de resto com uma vénia, sem se apertar as mãos...

Enquanto o chefe de gabinete acompanhava Rosen, tomei uma decisão à minha maneira: abri a porta do gabinete do ministro – que me olhou com espanto – entrei com ar dramático e disparei-lhe a pergunta: *é a guerra Sr. Ministro?* A expressão de Augusto Soares transmudou-se num instante. Readquiriu logo aquele tom de rara elegância que o definia e comentou:

– Você estava cá Virgínia...

Respondi-lhe:

– Estaria aqui o dia inteiro à espera “disto”, meu caro dr. Augusto Soares...

O Ministro muito calmo abriu um daqueles sorrisos discretos que o tornavam fascinante ao primeiro contacto e disse-me: Sim Virgínia, *é a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Vou comunicar esta visita ao dr. Bernardino Machado e ao chefe do Governo e dirigir-me-ei ao Parlamento para anunciar ao país o histórico acontecimento.*

A notícia, claro, correu célere, mas a primeira pessoa que a conheceu, depois do ministro dos Negócios Estrangeiros, foi esta sua velha amiga e camarada. Corri desalvorada, para o jornal e, ofegante, ao entrar na redacção, exclamei: “Rapazes! A Alemanha declarou-nos guerra! Disse-mo agora mesmo o Soares” (Oliveira, 1971)

Um dia, o seu feitio já não se acomodava com as lutas pelo poder dentro da família republicana, alguém lhe elogiou o Brasil e ela partiu à procura de espaços mais vastos: tinha espírito de aventureira e a sua curiosidade inata abriu novas portas ao seu talento.

Quando foi convidada para trabalhar no Brasil, Virgínia teve como primeira tarefa entrevistar um dos homens mais poderosos na política brasileira da altura, o senador Pinheiro Machado, chefe do Partido Republicano Conservador. A partir daí, tornou-se exímia na reportagem eleitoral/política, no Brasil e em Portugal, entrevistando as figuras cimeiras da política nos dois países, conseguindo *furos* com o Presidente da República portuguesa e o do Brasil, assim como com Afonso Costa, que fugia às declarações públicas. Entrevistou o grão-mestre da maçonaria brasileira, Lauro Sodré, que, juntamente com Ruy Barbosa, eminente jurista, eram vistos como alternativa credível ao poder de Pinheiro Machado.

As suas entrevistas provocavam sempre por arrasto agitação política. Ia para o terreno, entrava em todo o lado, sedes de Câmaras, Ministérios – sendo o dos Negócios Estrangeiros de difícil acesso aos jornalistas –, bancos, sede do Governo, Bolsa, transmitindo muitas vezes uma proximidade humana. Fazia política de *proximidade*. A sua amiga e poetisa Maria da Cunha tinha a responsabilidade da página literária e feminista. Em socorro de Angelina Vidal, Virgínia escreveu um artigo que daria brado pela acutilância da acusação de ingratidão aos que mandavam em Portugal. Graças a ela, durante algum tempo, Angelina Vidal ganhou a sua subsistência com as Crónicas Lisbonenses que enviava semanalmente para *A Época*.

As reportagens de Virgínia (1912, Dezembro 4) sobre o assassinato da mulher pelo marido, João Pereira Barreto, um poeta/escritor muito conhecido na alta roda brasileira, são um testemunho implacável da sua defesa das mulheres⁽²⁾.

Virgínia recolheu testemunhos e partiu em perseguição do assassino confesso que, entretanto, fugira (Quaresma, 1912, Dezembro 4). Perseguiu-o por todo o Brasil, descobriu-o, sentou-o no banco dos réus, relatou os julgamentos. O relato dos julgamentos era minucioso, não deixando quaisquer dúvidas sobre a culpabilidade do poeta da alta roda. Nunca ninguém na sociedade carioca da altura esquecerá a perseguição que Virgínia moveu a este homem; ela passou a ser a bandeira da defesa das mulheres enquanto vítimas do machismo, a quem tudo era permitido, até tirar a vida à amada.

Em 26 de Junho de 1914, *A Época* noticiou que João Pereira Barreto não fora julgado por não haver número legal de jurados. Em 27 de Junho, foi finalmente julgado e condenado a 21 anos de prisão. Recorreu da sentença e, depois de mais um adiamento, foi absolvido em 15 de Março de 1916. O povo, segundo o relato de *A Época* (1916), tentou linchá-lo à saída, mas «a força pública dissolveu o povo à baioneta» (p. 3). Os jurados e advogados foram vaiados.

2. “O inferno do cúme. Um marido assassina a mulher a tiros de pistola e, após a confissão do crime, evade-se. O autor da tragédia é um escritor em evidência e chefe de redactores dos debates da Câmara dos Deputados (João Pereira Barreto, escritor, autor de ‘Selvas e Céos’). A triste odisseia duma esposa mártir. A polícia põe-se em campo – os repetidos e violentos impulsos dum louco” (Quaresma, 1912).

No mesmo jornal, na página de trabalho e sindicalismo, podem ler-se relatos exaustivos das lutas dos trabalhadores brasileiros pelos seus direitos, quer contra as forças da ordem nas ocupações de fábricas ou manifestações de rua, quer em congressos, nacionais e internacionais, greves e reivindicações, que muitas vezes denunciam a corrupção política. A responsabilidade da secção sindicalismo e trabalho era de Orlando Correa Lopes, anarquista que foi o representante dos brasileiros ao Congresso Anarquista Internacional de Londres, em Julho de 1914. Era presença constante nos comícios sindicais, mas, enquanto anarquista, não advogava meios violentos para acabar com a miséria dos trabalhadores.

Quando a guerra eclodiu, Virgínia pôs todos os seus conhecimentos ao serviço das informações sobre o conflito através da agência de notícias Latina, que criara em 1918 e onde trabalhavam jornalistas de grande mérito. Ela própria foi correspondente de guerra do jornal *A Época*, com relatos sempre à frente dos outros periódicos. Trazendo ao conhecimento público, em primeira mão, dados desconhecidos dos seus colegas, foi-se afirmando cada vez mais como uma jornalista de excepção. Ao mesmo tempo sublimou os cartazes a favor das vítimas da guerra, os estropiados, os órfãos, as viúvas, com desenhos dos melhores e mais inovadores desenhadores da altura. Todas as feministas se afastaram dos caminhos da paz. Eram contra os alemães e, claro, o patriotismo prevalecia.

A 1.^a Guerra Mundial trouxe, por arrasto, a entrada das mulheres nas fábricas de armamento, de fardas, de calçado, e as de conservas trabalhavam dia e noite. Os que partiam transmitiam às mulheres a responsabilidade da família e do trabalho, que elas agarraram com ambas as mãos, conquistando, assim, um lugar de que muitas nunca mais se arredaram.

Virgínia sempre valorizou o trabalho das mulheres; dirigiu um jornal feito só por mulheres, mas em que os homens também eram entrevistados. Tinha mesa nos cafés onde os jornalistas do turno da noite se reuniam e trocavam impressões madrugada dentro. Tanto no Chiado, como nos Restauradores, a vida intelectual desenrolava-se, em grande parte, nos cafés, onde se encontravam os poetas, os escritores, os pintores, os jornalistas, com uma chávena de café à frente e muita conversa. Aí encontravam inspiração. Regressava a pé para casa, sempre em companhia dum ou outro e a conversa continuava.

Militava pelo direito das mulheres ao trabalho e à educação. Batia-se se pela entrada das mulheres em todas as profissões e ela própria foi vítima de certos regulamentos retrógrados: tendo concorrido ao lugar de 2.º Secretário da Embaixada em Paris, a pedido da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, o lugar foi-lhe vedado simplesmente por ser mulher, apesar de ser a mais habilitada e com melhores classificações de todos os concorrentes. Era então Bernardino Machado Ministro dos Negócios Estrangeiros, que conhecia Virgínia Quaresma e a sua simpatia pela causa republicana. Em muitos eventos se sentara ao lado dele, na mesa dos oradores. Enquanto repórter, fizera muitas vezes e durante muito tempo a campanha democrática e educativa de Bernardino Machado, de modo que, quando Pinheiro Machado, a sua primeira grande entrevista no Brasil, lhe perguntou se conhecia Bernardino Machado, ela respondeu que sim, muito bem, sendo até sua amiga pessoal e admiradora, mas acrescentou que era uma independente no campo da política, nunca tendo aceitado favores da Monarquia, nem da República.

Em Abril de 1918, começou uma nova fase no jornal *A Época*: Vicente Piragibe, até então director, decidiu dedicar-se à sua carreira de senador e o jornal ficou propriedade de Almeida Godinho. Virgínia estava em Lisboa como correspondente, a fazer a cobertura da guerra e a dirigir os Escritórios Internacionais de Publicidade. Colocou então Reinaldo Ferreira no seu lugar, num espaço agora mais reduzido, chamado “Página Portuguesa”.

Em 10 de Novembro de 1918, *A Época* noticia a chegada a Lisboa de Óscar de Carvalho Azevedo, director da Agência Americana, de visita à delegação na capital portuguesa, dirigida por Virgínia Quaresma. Com a guerra e a penúria de papel, a publicidade tornara-se um elemento indispensável. A sobrevivência e independência dum jornal, a sua modernização e melhoramento dependiam da publicidade redigida, como lhe chamaram na altura. Entregaram a sua redação a jornalistas de talento, garantia do seu êxito junto do público. *A Capital* lembra o papel da Agência no desenvolvimento das relações luso-brasileiras e o apoio dos seus serviços de publicidade à delegação brasileira na Conferência da Paz. Em Dezembro de 1918, Virgínia Quaresma está em Paris, onde instalou os escritórios da Latino-Americana ou Americana, e encarrega Reynaldo Ferreira de abrir uma delegação em Madrid.

Em 1922, Virgínia dirige o serviço de imprensa da Companhia Colonial de Navegação que acumula com o trabalho de redactora de *O Século*. Nesse mesmo ano, volta ao Brasil por ocasião da Grande Exposição Internacional da Independência do Brasil, em representação daquele jornal e, juntamente com Adriano de Vasconcelos e Acúrsio Pereira, organiza o apoio aos jornalistas portugueses e ao Comissariado das Comemorações do Centenário. *O Século* produz o Catálogo e o Livro de Ouro, dirigidos por Leal da Câmara. António José de Almeida visitou a Exposição no Rio de Janeiro e a sua estadia foi um sucesso.

Em 1933, Virgínia regressou de novo ao Brasil, no âmbito da Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro: foi a responsável pela Semana Cultural Portuguesa, patrocinada por *O Século*. Acompanhava-a a viúva do seu grande amigo Silva Passos. Foi um certame de turismo e de alta cultura. Nesse ano, os dirigentes da Associação Brasileira de Imprensa reservaram-lhe o lugar de honra nas celebrações do Dia da Imprensa. Foi, igualmente, convidada para o lançamento da primeira pedra do Liceu Literário Português. Para além do tratado comercial entre os dois países, o Brasil enviou uma delegação de estudantes a Portugal e decidiu organizar uma embaixada feminina. *O Século* distribuiu um suplemento dedicado ao Brasil, fruto do trabalho de Virgínia, desse trabalho aturado de levantamento de empresas e actividades industriais e turísticas em que treinara a redacção da Agência Americana, assim como as redacções de *O Século* e *A Capital*. São levantamentos feitos para informar e dar a conhecer a indústria e o comércio do nosso país.

Continuou como coordenadora dos serviços de imprensa da Companhia Colonial de Navegação, que, em 1952, sob o seu impulso, instituiu duas bolsas anuais de viagem a Portugal para alunos e funcionários do Liceu Literário Português. O Liceu dava instrução a crianças da terra, sem indagar da nacionalidade, da raça, da classe, do partido. Era uma obra de assistência gratuita e conferia aos seus alunos diplomas oficializados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aceitou o convite para trabalhar no *Diário Português*, de António Guimarães, de quem era amiga desde o *Jornal da Noite*. Em 1944, Virgínia chefiava a publicidade do jornal *Brasil-Portugal* (fundado por Viriato Dornelas Vargas, irmão do Presidente Getúlio Vargas), mais tarde *Diário do Povo*, continuando a escrever os seus artigos sobre as empresas portuguesas

no Brasil. Getúlio deu o direito de voto às mulheres brasileiras e contava com o apoio da comunidade portuguesa. Virgínia acumulava com o trabalho na Sino Propaganda, a mais famosa agência de publicidade brasileira e a mais cotada no mercado.

Depois de se ter fixado no Brasil, todos os anos ia a Paris, onde se abastecia de roupa. Gostava dos vestidos bonitos, com tecidos sedosos e cores inéditas, dos *tailleurs* bem cortados, da roupa de marca, de sapatos à moda e de chapéus insólitos.

Em 1973, Virgínia recebeu o título de cidadã carioca do Município do Rio de Janeiro e a Ordem do Mérito Jornalístico, que lhe foi entregue pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, o mais alto galardão da classe. Também foi condecorada com a medalha Imperatriz Leopoldina do Instituto Histórico-Geográfico de São Paulo.

Em 1919, foi condecorada pelo Governo Português com o Grande Oficialato da Ordem de Santiago devido aos serviços prestados durante a Guerra, nomeadamente o acompanhamento exaustivo que fez da participação de Portugal e o trabalho de propaganda desenvolvido pela Agência Latino-Americana em benefício dos mutilados da guerra. Foi ainda agraciada com as medalhas de prata e ouro do Liceu Literário Português.

Morreu de trombose cerebral aos 91 anos. Das pessoas que conhecera e amara, nenhuma estava viva. Do mundo que relatara nos seus artigos, já pouco restava.

O feminismo, que fora a sua força e a sua luta, era uma bandeira a meia haste. Viveu para o jornalismo e fez dele o seu único companheiro, a vida inteira: «Fui apenas uma redactora que amava o jornalismo e que vivia para a reportagem» (Quaresma, Maio de 1971).

Virgínia Quaresma foi mais do que uma mulher jornalista numa redacção de homens. Foi uma activista pela causa das mulheres e da paz e defendeu a coeducação.

Integrou os primeiros movimentos feministas na defesa da Paz e tomou partido pelas mulheres trabalhadoras na revista *Alma Feminina*. Em *A Capital* criou uma página sobre as lutas dos trabalhadores onde os nomes das mulheres que se destacavam nessas lutas eram sempre referidos.

Escreveu e falou sobre a libertação da mulher. Mas não só. Para ela, o movimento operário, as lutas operárias contribuíam para a emancipação da classe trabalhadora como um todo, mulheres incluídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- A Capital* (1912, Junho 2). Uma jornalista portuguesa parte brevemente para o Brasil onde vai exercer a sua profissão [A Portuguese journalist will soon leave for Brazil where she will practice her profession], p. 1.
- A Época* (1916, Março 15), p. 3.
- A Época* (1918, Outubro 15). Tem a palavra Virgínia Quaresma. A paisagem brasileira. A política do Brasil. O jornalismo moderno. O caso Barata Ribeiro [Virgínia Quaresma has the word. The Brazilian landscape. The politics of Brazil. Modern journalism. The Barata Ribeiro Case], p. 5.
- Ferreira, R. (1945). *Memórias Extraordinárias do Major Calafafia* [Extraordinary Memoirs of Major Calafafia]. Vida Mundial Editora.
- Lima, M. (1928). *Episódios da minha vida: Memórias documentadas* [Episodes from my life: Documented memories]. Obreiros da civilização.
- Martins, R. (1941). *Pequena História da Imprensa Portuguesa* [A Short History of the Portuguese Press]. Inquérito.
- O Mundo* (1907, Março 16), p. 4.
- Oliveira, M. (1971, Fevereiro 20). Virgínia Quaresma – a derradeira relíquia da primeira fase d’A Capital recorda-nos um episódio da sua vida de jornalista [Virgínia Quaresma – the ultimate relic of the first phase of A Capital reminds us of an episode from her life as a journalist]. *A Capital*, pp. 2-3.
- Quaresma, V. (1906, Novembro 5). Um discurso feminista [A feminist speech]. *Jornal da Mulher*.
- Quaresma, V. (1912, Dezembro 4). O inferno do ciúme. Um marido assassina a mulher a tiros de pistola e, após a confissão do crime, evade-se [The hell of jealousy. A husband murders his wife with pistol shots and, after confessing to the crime, escapes]. *A Época*, p. 1.
- Quaresma, V. (1912, Dezembro 5). O inferno do ciúme, ainda a tragédia de Nitheroy. O assassino ainda não foi encontrado [The hell of jealousy, Still the tragedy of Nitheroy. The killer has not yet been found]. *A Época*, p. 1.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 17/05/2022.

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Recordar Virgínia ⁽¹⁾

ANTÓNIO ARAÚJO*

No velório de Virgínia Quaresma, a primeira jornalista profissional portuguesa, estiveram presentes a irmã e uma criada.

Estranha-se o seu esquecimento. É que ela foi, sem tirar nem pôr, a primeira jornalista portuguesa, a primeira mulher que exerceu a profissão de repórter nos moldes que hoje conhecemos. Tem o seu nome nas ruas de algumas localidades (em Lisboa, no bairro de Caselas), mas, segundo sei, não é sequer recordada pela toponímia da sua terra natal, Elvas, onde veio ao mundo às cinco da madrugada do dia 28 de Dezembro de 1882. Seu pai era oficial de Cavalaria, sua mãe doméstica (e também natural de Elvas), seus irmãos militares de fortes convicções republicanas; um deles, Carlos Alberto, chegou a estar na Rotunda em Outubro de 1910 e a combater as tropas de Couceiro por bandas de Trás-os-Montes. Virgínia Quaresma, pois é dela que falamos, foi, juntamente com Berta Valente, a primeira mulher portuguesa a

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/ikr6-xuwn>

* Jurista e historiador, Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, IHC – Instituto de História Contemporânea, 1069-061 Lisboa, Portugal
aaraujo@ffms.pt

1. Este texto foi publicado pela primeira vez no *Diário de Notícias* em 19/11/2018.

licenciar-se – e com brilho – no Curso Superior de Letras. Em Monarquia como em República, candidatou-se a lugares públicos, que lhe foram negados pelo simples facto de ser mulher. Aos 24 anos já dava entrevistas aos jornais em que se proclamava “uma sincera e convicta defensora do Ideal do Feminismo”. Com Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo ou Adelaide Cabete, foi precursora da defesa dos direitos das mulheres, mas adoptou uma atitude de moderada prudência e avisado gradualismo que a fez entrar em confronto aberto com a corrente feminista radical protagonizada por Maria Veleda. Enquanto jornalista, manteve sempre uma rigorosa independência, em nome da qual recusará inscrever-se na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e entrevistará, inclusive, dirigentes monárquicos, o que lhe trouxe não poucos dissabores nos meios republicanos. Foi também figura cimeira do movimento pacifista nacional e internacional, surgido em estreita ligação com as reivindicações feministas, num caldo de cultura em que se cruzavam também as crenças maçónicas e o espiritismo. Começou a escrever nos jornais ainda antes do 5 de Outubro: no “Jornal da Mulher”, secção feminina de *O Mundo*, onde desenvolve uma intensa campanha pela educação das mulheres e pelo direito ao divórcio; nas revistas *Sociedade Futura* e *Alma Feminina*; nas páginas de *O Século*, para onde entra em 1908, aí chefiando a rubrica “Informações gerais e reportagens especiais”. Antes dela, algumas mulheres – Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torresão, Alice Pestana – escreveram em jornais, mas nenhuma se profissionalizara nesse ofício. “Virgínia Quaresma foi a primeira senhora que exerceu a profissão de jornalista na acepção que modernamente lhe compete”, disse Rocha Martins, no que foi secundado por Reinaldo Ferreira, o Repórter X, que sobre a sua protectora e amiga afirmou ser “a única senhora verdadeiramente jornalista”. Na redacção de *A Capital*, periódico fundado em 1910, destacou-se nas reportagens e entrevistas em que, na linha inaugurada em 1864 pelo *Diário de Notícias* de Eduardo Coelho, rejeitava o estilo opinativo e doutrinário da imprensa francesa a favor de uma abordagem predominantemente noticiosa, factual e objectiva, próxima do modelo anglo-americano. É então que palmilha Lisboa inteira, no enalço de sensações e eventos. A revista *ABC* chamava-lhe “a repórter das vibrações”, dizendo Virgínia que o seu estilo era o da “reportagem intensa, em que o repórter é obrigado a sentir, a roçar-se pelo facto”. Em 5 de Outubro de 1910 vai a casa de Teixeira de Sousa, último chefe do governo da Monarquia, e consegue

recolher-lhe as impressões derradeiras, do mesmo modo que conviverá de perto com os vultos do novo regime: Afonso Costa, Bernardino Machado, António José de Almeida, Norton de Matos. É ela quem, em Março de 1916, consegue saber em primeiríssima mão, junto de Augusto Soares, titular dos Negócios Estrangeiros e seu amigo, da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, antes mesmo de serem informados o Presidente Bernardino Machado e o chefe do governo. Em 1912, decide conhecer o Rio de Janeiro. Hospeda-se no melhor hotel da cidade, apaixona-se pelo seu “cenário feérico” e aí permanece alguns anos. “Há, sobretudo, uma coisa no Rio que desorganiza o mais fleumático dos «touristes»: é quando atravessamos «boulevards» ladeados de maravilhas de mármore, coscurantes de luz e cuja beleza não tem rival – e bruscamente nos perdemos em plena floresta, em que as ramarias das árvores se entrelaçam em túneis que dão à paisagem tons duma primitividade que delicia...”, dirá, no regresso a Lisboa. Nos jornais cariocas, como *A Época* ou a *Gazeta de Notícias* de João do Rio, faz reportagens sobre casos célebres: o furto colossal, a bordo de um paquete, de 1400 contos destinados à administração de Pernambuco, nebulosa conspirata onde se avolumaram fortes suspeitas de corrupção policial; ou “a tragédia de Niterói”, em que Virgínia teve contributo decisivo para levar a tribunal João Barreto, famoso jornalista e poeta que por ciúmes matara a mulher a tiro. Entrevistou também nomes grandes da política brasileira, como Nilo Peçanha ou Ruy Barbosa, e conseguiu até um depoimento de Pinheiro Machado, presidente do Senado, cuja aversão a jornalistas era lendária. Voluntariou-se para acompanhar como enfermeira o exército francês na Grande Guerra, mas não se sabe se chegou a ir para o *front*. Sabe-se, isso sim, que acompanhou de perto a participação portuguesa no conflito de 1914-18, o que lhe valeu ser condecorada com o Grande Oficialato da Ordem de Santiago. A carestia de guerra fora implacável para os jornais, que passaram a circular apenas com meia página. É Virgínia quem concebe um engenhoso esquema em que se tornou possível aumentar o número de páginas com publicidade paga (“publicidade redigida”, chamavam-lhe), dissimulada sob a forma de reportagens às grandes indústrias e empresas do país. Uma precursora a vários níveis, como se vê... A par da actividade jornalística, o seu pioneirismo marca também o mundo da publicidade, com a empresa Escritórios de Publicidade Internacional, onde trabalharam, entre outros, Reinaldo Ferreira e Stuart Carvalhais, e a partir de 1919 assume a

direcção da sucursal lisboeta da Agência Americana, fundada por Olavo Bilac. Em 1933, viaja de novo para o Rio de Janeiro, e desta feita a estada prolonga-se por vários anos. Virgínia Quaresma deslumbrava-se a todo o instante com a paisagem natural da cidade, com o arrojo modernista da sua arquitectura, com os cálidos entardeceres de Niterói. Foi feliz ali, ou assim o julgamos. O Rio replicou, tornando-a sua cidadã honorária. Todos os anos, pelo Verão, vinha passar um mês a Lisboa, ficando hospedada na Pensão Morais, junto do Parque Mayer, e aí convivia com a irmã e o cunhado, com os amigos dos jornais. Tinha a paixão das grandes viagens de barco, graças às quais visitou Itália, França, Inglaterra, na companhia da viúva de um seu grande amigo, o jornalista boémio Francisco Silva Passos. A morte de Madame Silva Passos, sua governanta e companheira, fá-la entrar em depressão profunda. Virgínia não casou nem teve filhos e as suas inclinações sáficas sempre foram motivo de falatório, a ponto de, por imposição da família, a jovem Maria Lamas ter deixado de trabalhar na Agência Americana. Ao fim de três décadas a viver no Brasil, com mais de 70 anos de idade, vítima de um acidente que lhe imobiliza as duas pernas, regressa a Portugal em 1964. Vem numa cadeira de rodas, trazendo consigo uma mala de mão com algumas roupas, não mais, entre as quais o elegante vestido francês com que será enterrada. A irmã hospeda-a em sua casa, por caridade. Vivendo de uma magra pensão de reforma da Companhia Colonial de Navegação, passa os dias sentada num sofá, a fumar e a ler policiais de Agatha Christie e os jornais lisboetas, com destaque para *A Capital*. Aos 90 anos, deixa o vício dos cigarros de um dia para o outro, a instâncias de uma criada. No mais, apreciava chá com torradas e goraz assado no forno, detestava a rádio e a televisão. Morreu aos 91 anos de uma trombose cerebral, em 26 de Outubro de 1973. No velório de Virgínia Quaresma, a primeira jornalista profissional portuguesa, estiveram presentes a irmã e uma criada.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 10/05/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Estudos

Rememorando Virgínia Quaresma (1882-1973)

JOÃO ESTEVES*

Resumo: Este artigo pretende ser uma reflexão sobre as vivências da primeira jornalista profissional portuguesa, proporcionada pelo distanciamento de quase quarenta anos decorridos sobre as iniciais investigações em torno do seu feminismo e republicanismo. Procura-se enquadrá-la no tempo em que viveu, perceber os caminhos seguidos e as contradições que a marcaram, entre a militância da primeira década do século XX até à adesão ao salazarismo e ao esvaziar da matriz feminista que, outrora, fora a sua marca, quer enquanto cidadã, quer enquanto jornalista e repórter.

Palavras-chave: Virgínia Quaresma, associativismo, pacifismo, feminismo, imprensa.

Abstract: *This article is intended as a reflection on the experiences of the first Portuguese professional journalist, provided by the distance of almost forty years since the initial investigations into her feminism and republicanism. It seeks to place her in the time in which she lived, to understand the paths she followed and the contradictions that marked her, from the militancy of the first decade of the 20th century to the adherence to Salazarism and the emptying of the feminist matrix that had once been her hallmark, both as a citizen and as a journalist and reporter.*

Keywords: *Virgínia Quaresma, associativism, pacifism, feminism, press.*

..... DOI: <https://doi.org/10.34619/oizz-ubho>

* Historiador

A “redescoberta” de Virgínia Quaresma enquanto ativista pacifista, feminista e republicana (a par da intervenção na imprensa feminina, feminista e republicana que antecedeu a opção definitiva de enveredar pelo jornalismo) data de meados dos anos 1980, com a dissertação de mestrado *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Uma organização política e feminista* (1908-1919) (Esteves, 1988), completada com a sua reformulação e edição (Esteves, 1992). O prosseguimento das investigações na mesma área por este autor com a análise exaustiva do periódico *O Mundo* e da sua secção “Jornal da Mulher”, entre outra documentação inédita, proporcionou o emergir da relevância de Virgínia Quaresma entre as suas contemporâneas, inclusivamente como polemista, apresentando-se os resultados em artigos, comunicações e conferências no âmbito dos Estudos Sobre as Mulheres. Já no dealbar do século XXI, Maria Augusta Seixas apresentou a abrangente dissertação *Virgínia Quaresma (1882-1973): A primeira jornalista portuguesa* (Seixas, 2004), recorrentemente citada, seguida de detalhada biografia para o *Dicionário no Feminino* (Seixas, 2005). Outros estudos sobre a jornalista foram surgindo, nomeadamente enquanto pioneira na criação da primeira agência de notícias exclusivamente portuguesa (Sales & Mota, 2020), e o interesse alargou-se ao outro lado do Atlântico em virtude dos anos que permaneceu no Brasil (Cruz & Castro, 2021). Também nos últimos anos, o fascínio por esta Mulher chegou ao audiovisual, sob forma de documentários ainda em fase de montagem, e surgiram as primeiras referências, ainda insuficientemente documentadas e fundamentadas, a um eventual feminismo negro.

O que se propõe, tal como está implícito no título “Rememorando”, é reavaliar, décadas depois do primeiro enfoque sobre Virgínia Quaresma, o seu percurso, tendo como metodologia orientadora uma reflexão a partir da imprensa coeva, cruzando o que escreveu com o que sobre ela ficou registado e foi sendo evidenciado. A intervenção no associativismo pacifista e feminista na década inicial do século XX, o pioneirismo na área do jornalismo e o rumo que deu à vida pessoal, sem tabus e indiferente a constrangimentos sociais próprios de uma época pouco habituada a mulheres emancipadas, tornaram-na num nome pleno de atualidade e fazem com que, ciclicamente, seja evocada e motivo de reinterpretações.

Filha de Ana da Conceição Guerra Quaresma e de Júlio César Ferreira Quaresma, capitão de cavalaria, e irmã de Carlos Alberto (que, tal como

o pai, seguiu a carreira militar), de Carlos César, de Berta e de Adelaide, Virgínia Sofia da Guerra Quaresma nasceu há cento e quarenta anos, em 28 de dezembro de 1882, em Elvas, na mesma cidade da médica republicana e feminista Adelaide Cabete (1867-1935).

Formou-se em Letras, quando escassas mulheres usufruíam de condições para aceder a uma academia dominada pelo sexo masculino; foi editora de periódicos que avocavam a reivindicação de direitos para quem nada tinha; escreveu na imprensa, antes de enveredar pela profissão de jornalista após o falecimento do pai; associou-se ao pacifismo e feminismo emergentes; tentou aceder a uma bolsa do reino para estudar a educação das raparigas em outros países e enveredar pela diplomacia; experimentou, momentaneamente, o ensino; assumiu-se, timidamente, como republicana; abraçou o jornalismo em Portugal e no Brasil, introduziu a publicidade redigida, representou agências publicitárias e revelou-se pioneira na organização da primeira agência de notícias internacional portuguesa. Culta e irreverente, geriu, durante décadas, sociabilidades contraditórias, viajou muito, em lazer e em serviço, e no Brasil, onde permaneceu dezenas anos, ainda que intercalados, esta antiga republicana aproximou-se, ideologicamente, do regime ditatorial português, virando, a partir dos anos trinta, admiradora confessa de Salazar, não enfileirando, mesmo que pontualmente, na Oposição democrática.

Desde a primeira década do século XX até ao falecimento, nos anos setenta, raramente a jornalista passou despercebida, sendo amiúde adjetivada como brilhante, culta, competente, profissional, objetiva, viajada, entusiasta, a que se acrescentam as características enquanto colega de profissão, deixando impressões duradouras em todos os que a conheceram neste cenário. Se o percurso ímpar, com visibilidade na imprensa e reconhecimento reiterado pelos pares e instituições, justifica, só por si, a recuperação da sua memória, não menos relevante é a vida pessoal que assumiu sem constrangimentos, só possível pela independência económica que soube assegurar, não se privando de a desfrutar como bem entendia. Recuperada, primeiro, como feminista pacifista e republicana e, depois, como jornalista, é, no entanto, de evitar anacronismos, transformando-a numa bandeira do lesbianismo (apesar de nunca ter ocultado a sua orientação sexual), ou do feminismo negro (ainda que tivesse origens negras por via, provavelmente, da avó materna, referida no assento de batismo da neta, datado de 14 de abril de 1883, como “incógnita”).

Independentemente das circunstâncias que a rodearam, Virgínia Quaresma conseguiu, durante décadas, notoriedade nas atividades que abraçou, assegurada pela imprensa, que raramente a destratou. Em 1900, estava nos Açores, na Ilha Terceira, onde o pai, já general de brigada, era o comandante do Regimento de Guarnição n.º 1 sediado na Fortaleza de São João Batista. Aí terá conhecido Maria Evelina de Sousa (1879-1946), que voltou a reencontrar quando esta se deslocou a Lisboa em setembro de 1909, participando nas receções que lhe foram proporcionadas, e cruzou-se com a amiga Olga Morais Sarmiento (1881-1948), também filha de militar e com quem passara parte da infância em Elvas, estudando juntas.

Virgínia Quaresma começou a frequentar o Curso Superior de Letras em 1903, que funcionava na Academia das Ciências, situada na então Rua do Arco a Jesus, tendo-o concluído no ramo Diplomático. Terá feito, em simultâneo, o Curso de Habilitação para o Magistério, sediado na mesma instituição e com cadeiras em comum, versando a sua dissertação de pedagogia os tipos diferentes do curso liceal e coeducação. Aliás, a pedagogia e a história da pedagogia apenas constavam desse currículo e destinavam-se aos alunos que frequentavam o curso profissionalizante para lecionar. A *Revista Pedagógica*, de 30 de setembro de 1909, refere que Virgínia Quaresma era redatora/colaboradora de *O Século* e, simultaneamente, professora de instrução secundária da Real Casa Pia, o que inviabiliza a possibilidade, repetidamente referida, de ser diplomada pela Escola Normal.

Em 1904, Virgínia Quaresma surge como Secretária da Redação dos três últimos números da revista *Sociedade Futura* (1903-1904), dirigida por Olga Morais Sarmiento e, paulatinamente, vai-se impondo no grupo restrito da elite letrada feminina, conjugando a participação em serões literários com a escrita em periódicos e o associativismo. Os anos entre 1906 e 1910 corresponderam ao espaço temporal em que mais se evidenciou como oradora e publicista pacifista e feminista.

Sete anos depois do aparecimento da Liga Portuguesa da Paz, presidida pela pedagoga Alice Pestana (1860-1929), deu-se, em 18 de maio de 1906, a formação da sua Secção Feminista, em sessão presidida por Olga Morais Sarmiento, que discursou, secretariada por Emília Patacho (1870-1940) e Domitila de Carvalho (1871-1966): tratou-se, segundo Virgínia Quaresma, Secretária da Direção, do primeiro episódio público feminista, passando-se das palavras aos atos e da intervenção individual à coletiva. No ano seguinte,

em discurso no Banquete da Paz, de 22 de fevereiro, é reafirmado o vínculo entre feminismo e pacifismo: «O feminismo tem encontrado na propaganda pacifista a sua maior força, os seus mais fervorosos adeptos. E não é estranho que estes dois ideais se compreendam, se confundam, se mergulhem no mesmo sonho de luz e de amor» (Jornal da Mulher: Crónica pacifista. O pacifismo em Portugal, 1907, p. 4).

Ainda em 1906, surgiu a secção portuguesa da agremiação *La Paix et le Désarmement par les Femmes*, com sede em Paris, sob a direção internacional de Sylvie Petiaux-Hugo Flammarion (1836-1919). Em Portugal, a secção tinha como Vice-Presidente Madeleine Frondoni Lacombe (1857-1936), a qual se propunha solucionar os conflitos pela arbitragem, implantando comités constituídos somente por mulheres nos diversos países. Após a reunião realizada em Paris, em novembro, Madeleine Frondoni Lacombe foi indigitada para organizar o núcleo português: a primeira reunião decorreu em 6 de dezembro na sede provisória, na Rua de Santo Antão, 193, e entre os corpos gerentes estava Virgínia Quaresma, devidamente identificada como diplomada pelo Curso Superior de Letras, juntamente com Adelaide Cabete, Albertina Paraíso (1864-1954), Aureliana Teixeira Bastos, Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), Cláudia de Campos (1859-1916), Domitila de Carvalho, Emília Patacho e Maria do Carmo Lopes. Ser apresentada como diplomada era uma forma de a credibilizar perante os outros, assim como dos movimentos que integrava enquanto Secretária-Geral.

Se o ideal pacifista teve a particularidade de agregar, temporariamente, monárquicas, republicanas e maçónicas, não seria para algumas das intervenientes mais do que uma forma de sociabilização e notoriedade: por exemplo, a vogal Albertina Paraíso, em carta a Ana de Castro Osório (1872-1935), relatou criticamente o que se passou na reunião fundadora desse Comité, descreu do eventual desarmamento feito por mulheres e duvidou do seu futuro, transparecendo da epístola incredulidade quanto ao projeto (Esteves, 2001; 2014).

O ano de 1906 revelou-se crucial para Virgínia Quaresma, já que a partir de 25 de junho surgiu ligada ao “Jornal da Mulher”, secção autónoma do diário republicano *O Mundo* dirigida por Albertina Paraíso e inteiramente dedicada às mulheres, onde se cruzavam informações, textos literários, escritos de opinião, traduções da imprensa internacional e biografias, com a temática feminista a destacar-se. Tinha 23 anos, e talvez tenha sido este o projeto que mais contribuiu para a sua afirmação pública. Aí escreveu

sobre o feminismo, denunciando a forma como era depreciado pela sociedade, acarretando ofensas às suas defensoras, divulgou o que se passava no mundo, com destaque para os casos inglês, francês e americano, destacou feministas nacionais e internacionais, e deu a palavra a muitas das mulheres que se dedicavam à escrita, à educação e ao ensino.

A orientação da secção motivou uma polémica com Maria Veleda (1871-1955), onze anos mais velha, optando ambas mais por ataques pessoais do que pela troca de argumentos: desde os seus primórdios que o feminismo português não era uno. Apesar de, socialmente, as duas autoras estarem nos antípodas uma da outra e de quase nunca se terem cruzado no seu ativismo (até porque Virgínia Quaresma nem sequer era maçom e Maria Veleda, tal como Ana de Castro Osório, nunca foi pacifista), são exemplos de mulheres independentes que trilharam caminhos próprios, correram riscos e assumiram as consequências ao tomarem decisões inabituais quanto à vida privada: Maria Veleda recusou um casamento quando estava grávida, permanecendo como mãe solteira e criando uma outra criança, por falecimento da mãe; Virgínia não ocultava a sua homossexualidade.

De certa forma, aquela secção diária permitiu que Virgínia Quaresma ganhasse rotinas de jornalista, pesquisando, selecionando, relatando, divulgando, entrevistando e opinando. Aquando da mera hipótese de vir a reger uma cadeira de feminismo, surgida num contexto particular de contestação estudantil ao conservadorismo da Academia de Coimbra, o “Jornal da Mulher” descreveu-a da seguinte forma:

Conhecemo-la pessoalmente de a vermos, por vezes, aqui, ao nosso lado, redigindo, em poucos minutos, um artigo cheio de fé e de ardor pela causa feminista. Num artigo que escreve, num discurso que profere, numa opinião que expõe, a sua alma apaixonada e os seus nervos irrequietos de apóstolo dum Ideal tão combatido e mal julgado, são o maior e mais inconfundível cunho da sua individualidade literária, conquistada aos 24 anos que hoje conta, longe e indiferente a tudo o que a sociedade estupidamente legaliza de convencionalismo e de hipocrisia. (Jornal da Mulher: Crónica Feminista, 1907, p. 4)

Ainda em 1906, em 29 de outubro, a jornalista discursou na Sociedade Promotora do Ensino Popular, onde se assumiu como feminista («a minha única carta de recomendação, o meu único título de glória no mundo

intelectual») e proclamou que «não me dispenso dessa honra em parte nenhuma, embora eu saiba muito bem que o nosso meio social, ainda em grande parte, não compreende todo o orgulho, toda a altivez, toda a satisfação de razão e de consciência que me podem advir dela» (Jornal da Mulher: Um discurso feminista, 1906, p. 4).

A recente notoriedade levou a que *O Mundo* publicasse, em 16 de março de 1907, a fotografia de Virgínia na secção “As Mulheres Portuguesas” e o *Jornal da Mulher*, na “Crónica feminista”, noticiasse a possibilidade de vir a lecionar Feminismo numa Universidade Popular a ser criada, entrevistando-a sobre tal hipótese: Virgínia confessou, mais uma vez, que era uma sincera e convicta defensora do feminismo e, por isso, «tudo que o possa levantar entre nós, enche-me de prazer e de vaidade» (Jornal da Mulher: Crónica Feminista, p. 4). A ideia da criação daquela Universidade, contendo uma hipotética disciplina «sob o nome genérico de feminismo», fora avançada por Teófilo Braga em 7 de março de 1907, em simultâneo com os acontecimentos na Universidade de Coimbra que levariam à célebre greve daquela academia na sequência da reprovação, de forma vexante, da candidatura do bacharel em Direito José Eugénio Dias Ferreira (1882-1953) à obtenção do grau de doutor. A proposta vinha de alguém que conhecera muito bem o nome indicado, já que Teófilo Braga tinha sido, juntamente com Adolfo Coelho e Zófimo Consiglieri Pedroso, entre outros, professor de Virgínia Quaresma no Curso Superior de Letras.

Entre maio de 1907 e janeiro de 1908, Virgínia Quaresma foi Secretária de Redação dos vinte e quatro números da revista *Alma Feminina*, cuja Diretora era, mais uma vez, Albertina Paraíso. Jornal de mulheres e feito para mulheres, propunha-se, entre outros objetivos mais comezinhos, dedicar em cada edição algum espaço a “esse grande problema social” que era o feminismo: Ana de Castro Osório, Angelina Vidal (1847-1917), Beatriz Pinheiro (1872-1922), Domitila de Carvalho e Maria Veleda constavam do rol de colaboradoras. Nesse periódico, Virgínia voltou a pronunciar-se sobre “Feminismo e feministas...” e, para além de constatar que «duas correntes intensas e desencontradas representam no nosso meio social as reivindicações feministas», considerava, a partir do seu caso pessoal quando frequentara «uma Escola Superior no nosso país», que a educação da mulher não poderia ser ministrada simplesmente com o intuito de a tornar uma educadora dos filhos, pois nem todas as mulheres tinham como destino

o casamento ou o serem mães. Por isso, os estudos eram primordiais para assegurar a própria subsistência, tornando-se o aspeto económico «o ponto capital em que deve assentar o problema feminista» (Quaresma, 1907, p. 66).

Nos meios frequentados por Virgínia Quaresma, havia monárquicas, republicanas, maçónicas ou espíritas, mas a jornalista estendia os laços ainda à elite republicana de antes de 5 de Outubro de 1910. Tornara-se, em pouco tempo, um dos nomes femininos mais afamados, requisitados e elogiados. Em 1908, num artigo em que compara “A mulher francesa e a mulher portuguesa”, Madeleine Frondoni Lacombe apresentava-a como um exemplo que destoava das compatriotas:

Temos também em Portugal mulheres de subido valor intelectual correspondente ao nosso meio – que têm cursos superiores que as fazem sobressair do vulgar.

Exemplo: Virgínia Quaresma, jornalista do *Século* que se destaca superiormente entre nós, possuindo o curso superior de letras, trabalhando com coragem em luta com a vida, desprendida de todas as convenções e conservando a mesma linha de mulher honesta e superior, na companhia de jornalistas que a estimam e apreciam a sua colega com o máximo respeito e carinho fraternal!... (Lacombe, 1908, p. 2)

Em 1909, Virgínia Quaresma engrossou, tal como outros nomes femininos conhecidos por contribuírem para a afirmação das mulheres no espaço público, o movimento de apoio à discussão e aprovação, pelo Parlamento, de um projeto de lei sobre o divórcio, subscrevendo, enquanto escritora e diplomada com o Curso Superior de Letras, a petição da autoria da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) (*Jornal da Mulher: Em favor do divórcio*, 1909, p. 5).

Aquando do triunfo da República, a proximidade ao Partido Republicano era evidente. Em 2 de outubro de 1910, durante uma festa de beneficência para crianças da freguesia de Santos, realizada no Centro Republicano local, a jornalista enalteceu o papel daquele partido, pois «É pela instrução que os povos são grandes e se impõem e isso é o que o partido republicano está fazendo, pertencendo-lhe por isso o futuro» (*Festas Republicanas: No Centro Republicano de Santos*, 1910, p. 4). E, sem nunca ter sido sócia da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

(Quaresma, 1912a, p. 1), foi oradora na reunião de 26 de outubro, na qual se aprovou o documento a ser entregue ao governo, contendo as principais reivindicações da organização. A 11 de dezembro, voltou a estar presente na sessão realizada em honra da sufragista Madeleine Pelletier (1874-1939), de visita a Portugal enquanto jornalista, onde «produziu um substancioso discurso sobre o feminismo, concluindo por dizer que a propaganda feminista devia, de facto, começar agora e prosseguir persistentemente, fossem quais fossem os escolhos encontrados no seu caminho» (Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Sessão de propaganda feminista, p. 2).

Só que, sob o novo regime, a ação pública de Virgínia Quaresma esbateu-se em favor de outras protagonistas, mais envolvidas na militância feminista, sufragista ou republicana. Também as inflamadas proclamações de convicta defensora do feminismo começaram a ser espaçadas e o tempo encarregar-se-ia de as secundarizar, coincidindo com a consolidação da carreira como jornalista e a partida, em 1912, para o Brasil.

Entretanto, em 10 de fevereiro de 1911, o jornalista Francisco da Silva Passos (1884-1931), seu colega em *A Capital*, escreveu em defesa da nomeação de Virgínia Quaresma para um cargo diplomático, para o qual tinha formação académica específica, na sequência de um pedido da direção da LRMP para que ela « não deixasse de concorrer aos futuros e urgentemente necessários concursos para segundos-secretários de Legação, há tanto prometidos pelo atual ministro dos estrangeiros» (Passos, 1911, p. 1), o ex-correligionário Bernardino Machado. Na argumentação do articulista transparece um conjunto de informações cedidas pela visada quanto às suas habilitações.

Pela segunda vez, Virgínia Quaresma via-se impossibilitada de exercer uma função por uma questão de género. E talvez por se ter candidatado, em 1907, «a uma bolsa do governo para fazer um relatório sobre as Escolas femininas da França, Suíça, Bélgica e países escandinavos», sendo «excluída do concurso por ser do sexo feminino, facto contra o qual reclama, numa exposição endossada ao ministério do reino» (Seixas, 2005, p. 891), o jornal *A Capital*, de 26 de agosto de 1911, informava que ela seria «nomeada para, em comissão de serviço público, estudar, em França, Itália, Suíça e Alemanha, a organização e funcionamento dos estabelecimentos modelares de educação feminina» (D. Virgínia Quaresma, 1911, p. 2).

Num dos últimos atos de cariz feminista antes de emigrar pela primeira vez, Virgínia participou na homenagem a Beatriz Ângelo, organizada pelo

Grupo das Treze em 3 de novembro de 1911, um mês após o falecimento, tendo na sua alocução afirmado «sentir-se satisfeita por poder fazer ali um pouco de propaganda. Conhecia D. Carolina Beatriz Ângelo e pôde apreciar-lhe o papel altíssimo na marcha do feminismo português. Aponta também o facto da grande feminista ter tomado parte no ato eleitoral e elogia a sua atitude» (Os mortos [...] Na Liga Republicana das Mulheres proferem-se palavras de saudade, 1911, p. 3).

Mas foi como jornalista remunerada que vivia exclusivamente dessa profissão, frequentando as redações dos jornais, redigindo notícias, fazendo entrevistas e reportagens, explorando versões contraditórias para melhor informar, que Virgínia Quaresma passou a ser citada, sendo «presentemente, entre nós, a única profissional feminina de imprensa». Numa declaração ao diário onde trabalhava, a propósito de profissões exercidas por mulheres, Virgínia expressou o quanto gostava da sua:

Estou satisfeita com a carreira que escolhi, nem quero outra. Da vida do jornal é a reportagem a que prefiro. Agradam-me o movimento, a variedade, o imprevisto e, por isso, a reportagem tem, para mim, um atractivo muito especial, sobretudo quando ela oferece dificuldades a vencer. Os estratagemas, os artifícios, os disfarces de que às vezes é necessário lançar mão para conseguir o que desejamos saber ou obter, encantam-me. Gosto da dificuldade, creia, chego mesmo a ter por ela o culto. Além disso, a vida do jornal obriga-me a acompanhar a par e passo, o movimento político e social. E as questões políticas e, sobretudo, as sociais, merecem-me todo o interesse.

[...]

A mulher, porém, que queira enveredar por este caminho tem que ter uma educação especial, tem de ser despida de certos preconceitos para poder suportar os preconceitos dos homens. Daí a necessidade e as vantagens da coeducação.

Com o contacto, com a camaradagem dos rapazes nas escolas, nós, as mulheres, adquirimos um pouco da sua energia e da sua vontade, qualidades essas de que, em geral, a mulher está muito necessitada para poder, pelo seu trabalho, emancipar-se economicamente do homem. Tanto nas escolas por onde passei, como nas redações dos jornais, eu tenho-me dado excelentemente com os meus camaradas, sempre rodeada da amizade e do respeito de todos eles. (Inquérito às profissões femininas, 1911, p. 1)

Se havia mulheres a escrever na imprensa, nomeadamente em revistas literárias, periódicos femininos, folhas de instrução e jornais conotados com o republicanismo (Esteves, 1999), tal não implicava vencimento, nem vínculo profissional. Eram colaboradoras designadas, como muitos homens que escreviam, como “publicistas”.

Virgínia Quaresma começou no *Jornal da Noite*, em 1907, onde teve como colegas Alfredo Lamas, António Guimarães, Paulo Osório e Rocha Martins; passou, em 1908, devido à proibição deste periódico aquando do regicídio, para *O Século*, de José Joaquim da Silva Graça (1858-1931) e, em 1910, entrou em *A Capital*, fundado em julho desse ano por Manuel Guimarães (1868-1938). Aí se relacionou com Avelino de Almeida, Camilo Sousa e Almeida, Fernando da Silva Passos, Garibaldi Falcão, Herculano Nunes, Hermano Neves, Jorge de Abreu e Mayer Garção. Neste período, arrendou uma casa na Rua do Norte, mesmo em frente ao jornal, que funcionava no n.º 3.

Ao fim de escassos anos, Virgínia Quaresma era um nome respeitado na profissão. Partiu, então, para o Brasil, acompanhada da escritora Maria da Cunha Zorro (1872-1917), considerada por Cândido de Figueiredo (1846-1925) como «a maior poetisa do seu tempo» (Oliveira, 1983, p. 57), e desembarcou no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1912, depois de uma passagem por Paris (Cruz & Castro, 2021, p. 390). Embora já tivesse procurado fixar-se noutro país, nomeadamente quando aspirou a trabalhar na Legação de Portugal em Paris, esta decisão, algo inesperada para quem se sentia tão bem a trabalhar com os pares, não pode ser desligada da pressão social sobre condutas homossexuais, penalizadas com pena de prisão pela Lei da Mendicidade de 20 de julho de 1912, e da crescente hostilidade contra monárquicos, entre os quais estavam algumas das suas amigadas de há muito.

No novo país, para onde seguiu sem ter nada assegurado, foi admitida em *A Época* que, em 27 de setembro de 1912, informava na primeira página a contratação dos «serviços da jornalista portuguesa recentemente chegada», considerando que ela introduzia «Uma nota de modernismo na imprensa carioca» (*A Época* contratou os serviços da jornalista portuguesa recentemente chegada, 1912, p. 3). Seria, desde então, reconhecida como a primeira repórter feminina da cidade carioca, assinando entrevistas políticas, reportagens e crónicas.

Passou, seguidamente, pelas redações do *Correio da Manhã* e da *Gazeta de Notícias* e, em maio de 1915, retornou a Portugal, ao jornal *A Capital* e,

posteriormente, a *O Século*, mantendo-se como correspondente de *A Época*. Devido à sua mestria, foi o primeiro jornalista a saber que a Alemanha declarou guerra a Portugal em 9 de março de 1916, ato confirmado por Augusto Soares que, no Palácio das Necessidades, acabara de receber o barão Von Rosen, Ministro da Alemanha em Lisboa. Finda a guerra, foi agraciada, em 19 de março de 1919, com o Grande Oficialato da Ordem de Santiago.

Virgínia Quaresma estava ainda no país quando, em 1 de janeiro de 1917, faleceu no Rio de Janeiro Maria da Cunha, antiga companheira. Contudo, em julho de 1916, chegara a ser noticiada a sua partida para o Rio de Janeiro, a fim de continuar «a sua vida de imprensa». *A Época* dedicou-lhe, então, relevante elogio na primeira página, ilustrado com a sua fotografia:

Eis uma notícia que não pode deixar de ser grata a todos quantos no Rio tiveram a felicidade de conhecer Virgínia Quaresma.

Jornalista profissional na mais ampla aceção da palavra, conhecendo o ‘métier’ e sabendo, como ninguém, tratar e ferir o ponto que mais pode impressionar o leitor. Virgínia Quaresma escreveu nestas colunas muitas e muitas linhas, todas elas caracterizadas por uma viveza de espírito que fez e consolidou a reputação que, entre nós, soube conquistar – pelo seu esforço e pela sua inteligência.

É por tudo isto e ainda porque Virgínia Quaresma é um modelo de excelente camaradagem, que ‘*A Época*’ se regozija com o regresso ao Rio da sua ex-repórter, embora lastime perder as cartas que, de Lisboa, estava encarregada de lhe mandar. (Portugal: Virgínia Quaresma, 1916, p. 1)

Surpreendentemente, em 1919, segundo o *Almanaque das Senhoras para 1920*, Virgínia teria sido «presa duas vezes, para que o seu espírito aventureiro não ignore nenhum dos espinhos da carreira profissional que durante quinze longos anos lhe tem gasto e apaixonado a existência» (D. Virgínia Quaresma, 1920, p. 129).

Com a imprensa a enfrentar dificuldades decorrentes da Guerra, a jornalista introduziu nos jornais a publicidade redigida, ou seja, textos devidamente elaborados sobre empresas, e pagos por estas, dando outro rumo à sua vida profissional. Em 1918, fundou a Atlântida, «um escritório de publicidade em todos os jornais nacionais e estrangeiros», a funcionar na Rua António Maria Cardoso, n.º 26 – passando a ser empresária nessa área.

Ainda nesse ano, transformou a Atlântida no Escritório de Publicidade Latino-Americano (cujos colaboradores eram jornalistas) e, em 1919, «entra no universo das agências de notícias ao tornar-se diretora da sucursal de Lisboa da agência brasileira *Americana*» (Sales & Mota, 2020, p. 294), criada no Rio de Janeiro com o propósito de divulgar na Europa o Brasil e, em menor escala, outros países da América do Sul. Manter-se-ia na *Americana* até 1921, quando abriu, em outubro, a sua própria agência telegráfica internacional de notícias, denominada Latino-Americana, que, segundo José Sales e Susana Mota, seria a «primeira agência de notícias de serviço internacional exclusivamente portuguesa, fundada com capitais portugueses» (Sales & Mota, 2020, p. 309).

Em finais desse ano, a contratação da Empresa Latino-Americana e de Virgínia Quaresma pelo comissário Alfredo Augusto Lisboa de Lima (1866-1935) para publicitar e fazer o Catálogo da presença portuguesa na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, a inaugurar em 7 de setembro de 1922, levantou celeuma e foi contestada no Parlamento, na sessão de 17 de maio de 1922, pelo senador Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior (1876-1939). Pelo acordo firmado, alcança-se a real influência da jornalista junto da imprensa (nacional, província, ilhas adjacentes e colónias), pois propunha-se assegurar contactos com cerca de duzentos jornais, ganhando inusitada notoriedade durante os preparativos e vigência daquela Exposição. Em agosto, Virgínia deslocou-se ao Brasil: mais do que jornalista, ela era, cada vez mais, um importante elo entre os dois países, sendo que as designações “Atlântida” e “Latino-Americana” evidenciavam a influência que o outro lado do Atlântico passou a ter na sua vida, profissional e familiar. Reencontrou Ana de Castro Osório, então de passagem naquele país, e teve, em dezembro de 1922, «colaboração ativa no Congresso pelo Progresso Feminino, presidido pela feminista brasileira Bertha Lutz», integrando a comissão de trabalho “Carreiras apropriadas à mulher” (Cruz & Castro, 2021, p. 413).

Em 1933, já sob o Estado Novo português, Virgínia Quaresma rumou, pela última vez, ao Brasil, no âmbito da organização e promoção da Semana Cultural Portuguesa, patrocinada pelo jornal *O Século* e a folha carioca *A Noite*, cujos objetivos se identificavam com a ideologia propagandeada pelo novo regime. Acabou por ficar um longo período, passando a trabalhar no *Diário Português*, a convite de António Guimarães. Na década seguinte,

dirigia a publicidade no diário *Brasil-Portugal*, órgão de enaltecimento do Estado Novo de Getúlio Vargas. Tornou-se, entretanto, relações-públicas da Companhia Colonial de Navegação, da qual o cunhado, Fernando Trindade Vasconcelos, era gerente.

No derradeiro fôlego no lado de lá do Atlântico, a antiga feminista, cuja relevância no início do século XX não é demais salientar, e a mulher que comungara ideais republicanos tornara-se, inequivocamente, partidária do regime que vigorava em Portugal. Como Eduardo da Cruz e Andreia Castro revelam em recente artigo, era defensora dos «interesses de instituições conservadoras, nacionalistas e bastante afinadas com o Estado Novo português». Em 1954, criticou a posição da União Indiana em relação a Goa (Cruz & Castro, 2021, p. 422), «aquela pequena nesga lusa na Índia», que para os portugueses representaria «um luminoso marco da História» (Fechará o comércio para a concentração de portugueses hoje, 1954, p. 2) e, em 1961, aquando do assalto ao navio Santa Maria, comandado por Henrique Galvão, lamentou o sucedido por representar «um golpe vibrado não contra um governo, mas contra uma nação» (Ato de Pirataria: o Assalto ao Transatlântico Português, 1961, p. 6).

Virgínia Quaresma regressou a Portugal nos anos sessenta, após o falecimento, em 9 de dezembro de 1964, de Maria Luiza Vallat da Silva Passos, viúva de Francisco da Silva Passos, também jornalista e companheira de tantos anos que, a pouco e pouco, numa postura bem pouco feminista, fora despersonalizada e transmutada em sua “governanta” ou “dama de companhia”, instalando-se em casa da irmã Adelaide.

Virgínia Quaresma soube construir o seu caminho e ser economicamente independente permitiu-lhe ser livre quanto à sua sexualidade, conhecida de quem com ela convivia, bem como dos círculos sociais que frequentava, não sendo por aí que se impôs ou se tornou numa bandeira antes do tempo. E se aparentemente, talvez só aparentemente, não sofreu discriminações na intensa vida social e profissional que levava era porque integrava uma elite. Se calhar, a exclusão mais notória foi ser enterrada no Cemitério de Benfica, em campa rasa, e não no jazigo da família no Alto de São João.

Agustina Bessa-Luís, num texto de 2001 sobre o caso de Maria Adelaide Coelho da Cunha (1869-1954), bem revelador de um conservadorismo eivado de estereótipos e de preconceitos, envolveu o nome de Virgínia Quaresma.

Escreveu então que Virgínia «foi provavelmente uma protetora» de Maria Adelaide, baseada na suposição de que se tratava de uma mulher «sem peias sociais, claramente assumida como lésbica e que tinha o seu lugar de encontros entre as mulheres mais belas de Lisboa mesmo defronte do local de trabalho»; reconhecia, porém, que a «sua sexualidade desviante, como hoje se diz, não parece ter implicado com a profissão, que desempenhou brilhantemente». Também sem qualquer fundamentação, a não ser o facto de Virgínia Quaresma ter aberto em Paris, no Boulevard des Capucines, um escritório da agência Latino-Americana, alvitrava que seria «provavelmente uma agente secreta e os seus proventos não se resumiam ao ordenado de redatora d'A Capital» (Bessa-Luís, 2001, p. 79).

Tal como Ana de Castro Osório, Virgínia Quaresma revelou mágoa pelo país não ter aproveitado as habilitações que a credibilizavam para o desempenho de certos cargos, tal como esclarecia na entrevista ao político brasileiro José Gomes Pinheiro Machado: «Nunca solicitei favores no tempo da monarquia como nunca os solicitei da república, não obstante o meu curso tirado com distinção na faculdade de Letras da Universidade de Lisboa me tivesse permitido o direito de pedir um lugar à mesa do orçamento, o que nunca fiz» (Quaresma, 1912a, p. 1). Essa amargura voltou a ser expressa quando, no artigo “A ingratidão dos que mandam em Portugal” (Quaresma, 1912b, p. 2), referia o abandono a que a República deixara Angelina Vidal, que há muito se debatia com dificuldades financeiras, tendo Virgínia conseguido assegurar-lhe, à distância, a colaboração de um ano no jornal onde trabalhava: entre 20 de novembro de 1912 e 30 de novembro do ano seguinte, a escritora publicou em *A Época* «52 textos, sendo 46 como correspondência de Lisboa» (Cruz & Castro, 2021, p. 405). E, como Ana de Castro Osório, Virgínia foi assumindo uma postura pública conservadora, silenciando o passado feminista e gerindo, cada vez com mais cautela, a vida íntima, e defendendo no Brasil a visão salazarista do país.

Virgínia Quaresma tinha 90 anos quando faleceu, em 26 de outubro de 1973, em Lisboa, na Rua do Salitre, 106 – 3.º, junto das duas irmãs, Adelaide e Berta, ambas viúvas. Terminava uma vida intensamente desfrutada e cujo reconhecimento se centrava, exclusivamente, nas qualidades de repórter que, com reconhecida capacidade profissional e faro jornalístico, fizeram história quando publicadas nos dois lados do Atlântico. A morte repôs, momentaneamente, a notoriedade que tantas vezes a acompanhara,

dela dando notícia vários periódicos, já que a “Senhora D. Virgínia” tinha conseguido marcar o seu tempo e os seus contemporâneos.

Década e meia decorrida sobre o falecimento, as investigações no âmbito dos Estudos Sobre as Mulheres deram-lhe nova visibilidade e repuseram-na na História, permitindo que seja, recorrentemente, objeto de releituras, tal se tem revelado a singularidade do percurso desta Mulher livre, profissional e afetivamente, que foi muito mais do que uma jornalista: a primeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ato de pirataria: O assalto ao transatlântico português [Piracy act: The assault on the Portuguese transatlantic]. (1961, janeiro 25). *O Globo*, 10655, p. 6.
- Bessa-Luís, A. (2001, dezembro 28). O mistério da légua da Póvoa – Capítulo XXXI [The mystery of Póvoa's mile – Chapter XXXI]. *Independente*, p. 79.
- Cruz, E. da, & Castro, A. A. M. (2021). O primeiro ‘repórter’ feminista do Rio de Janeiro: Virgínia Quaresma no Brasil [The first feminist ‘reporter’ from Rio de Janeiro: Virgínia Quaresma in Brazil]. *Convergência Lusíada*, 32 (46), 386-432. <https://doi.org/10.37508/rcl.2021.n46a466>.
- D. Maria Evelina de Sousa. (1909, setembro 30). *Revista Pedagógica*, p. 1.
- D. Virgínia Quaresma. (1911, agosto 26). *A Capital*, p. 2, col. 2.
- D. Virgínia Quaresma. (1920). *Almanaque das Senhoras para 1920*, p. 129.
- ‘A Epoca’ contratou os serviços da jornalista portuguesa recentemente chegada [‘A Epoca’ hired the services of the recently arrived Portuguese journalist]. (1912, setembro 27). *A Epoca*, p. 3.
- Esteves, J. G. (1988). A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma organização política e feminista (1908-1919) [The Republican League of Portuguese Women: A political and feminist organization (1908-1919)]. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Esteves, J. G. (1992). *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma organização política e feminista (1908-1919)* [The Republican League of Portuguese Women: A political and feminist organization (1908-1919)]. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Esteves, J. (1999). O movimento feminista em Portugal: Periódicos (1899-1928) [The feminist movement in Portugal: Periodicals (1899-1928)]. *Faces de Eva*, 1-2, 185-196.
- Esteves, J. (2001). Dos salões literários ao associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e socialista [From literary salons to pacifist, feminist, masonic, republican and socialist associations]. Comunicação ao Colóquio Internacional “Em busca da História das Mulheres”, 4.º Encontro da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM), Vila Nova de Gaia. <http://lagosdarepublica.wikidot.com/associativismopacifista>
- Esteves, J. (2014). O pacifismo feminino, feminista e antifascista em Portugal enquanto construção da cidadania das mulheres (1899-1935) [Feminist, feminist and anti-fascist pacifism in Portugal as the construction of women’s citizenship (1899-1935)]. In M. M. T. Ribeiro, M. F. Rollo, I. M. F. Valente & A. Cunha (Eds.), *Pela Paz!, For Peace!, Pour la Paix!* (pp. 263-276). P. I. E. Peter Lang.
- Fechará o comércio para a concentração de portugueses hoje [Will close trade for the concentration of Portuguese today]. (1954, julho 30). *Tribuna da Imprensa*, p. 1.
- Festas republicanas: No Centro Republicano de Santos [Republican parties: At the Republican Center of Santos] (1910, outubro 3). *O Mundo*, p. 4, col. 5.
- Inquérito às profissões femininas [Survey of female professions]. (1911, agosto 26). *A Capital*, p. 1, cols. 3-4.
- Jornal da Mulher: Um discurso feminista [Women’s Journal: A feminist discourse]. (1906, novembro 6). *O Mundo*, p. 4, cols. 1-4.
- Jornal da Mulher: Crónica pacifista. O pacifismo em Portugal [Women’s Journal: Pacifist chronicle. Pacifism in Portugal]. (1907, fevereiro 26). *O Mundo*, p. 4, col. 3.
- Jornal da Mulher: Crónica feminista [Women’s Journal: Feminist chronicle]. (1907, março 16). *O Mundo*, p. 4, cols. 1-5.
- Jornal da Mulher: Em favor do divórcio [Women’s Journal: In favor of divorce]. (1909, julho 14). *O Mundo*, p. 5, col. 5.
- Lacombe, M. F. (1908, julho 23). A mulher francesa e a mulher portuguesa [The French woman and the Portuguese woman]. *Diário Ilustrado*, p. 2, cols. 5-7.
- Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Sessão de propaganda feminista [Republican League of Portuguese Women: Feminist propaganda session]. (1910, dezembro 12). *Diário de Notícias*, p. 2, col. 5.
- Oliveira, A. L. (1983). *Escritoras brasileiras, galegas e portuguesas* [Brazilian, Galician and Portuguese writers]. Tip. Silva Pereira.
- Os mortos: Homenagem à memória de D. Carolina Beatriz Ângelo: No cemitério dos Prazeres espargem-se flores sobre o seu ataúde: Na Liga Republicana das Mulheres

- proferem-se palavras de saudade [The dead – Homage to the memory of D. Carolina Beatriz Ângelo. In the Prazeres cemetery, flowers are scattered over her coffin. In the Republican League of Women, words of longing are uttered]. (1911, novembro 4). *O Mundo*, p. 3, cols. 3-5.
- Passos, F. da S. (1911, fevereiro 10). “Sim ou Não! As mulheres ganham terreno! Que fará o sr. ministro?...” [“Yes or no! Women gain ground! What will Mr. minister do?...”]. *A Capital*, p. 1, cols. 2-3.
- Portugal: Virgínia Quaresma [Portugal: Virgínia Quaresma] (1916, julho 10). *A Epoca*, p. 1, col. 4.
- Quaresma, V. (1912a, setembro 28). A actual situação política [The current political situation]. *A Epoca*, p. 1.
- Quaresma, V. (1912b, outubro 12). A ingratidão dos que mandam em Portugal [The ingratitude of those who rule in Portugal]. *A Epoca*, 75, p. 2.
- Quaresma, V. (1907, agosto 8). Feminismo e Feministas... [Feminism and Feminists...]. *Alma Feminina*, 9, p. 66.
- Sales, J. D. C., & Mota, S. (2020). Agência Latino-Americana: Um contributo para a história das agências de notícias em Portugal [Latin American Agency: A contribution to the history of news agencies in Portugal]. In C. Baptista & J. P. Sousa (Eds.), *Para uma História do Jornalismo em Portugal* (pp. 285-311). ICNOVA-Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/e-book-para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal/>.
- Seixas, M. A. (2004). Virgínia Quaresma (1882-1973): A primeira jornalista portuguesa [Virgínia Quaresma (1882-1973): The first Portuguese journalist]. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Seixas, M. A. (2005). Virgínia Sofia da Guerra Quaresma. In Z. O. de Castro & J. Esteves (Dir.). *Dicionário no Feminino* [Dictionary in the Feminine] (pp. 882-889). Livros Horizonte.

Data de submissão/ Submission date: 03/03/2022

Data de aprovação/ Approval date: 23/04/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Currículo de arte e equidade de gênero: Existem compositoras?

ANDRÉIA SCHACH FEY* | MARGARIDA GANDARA RAUEN**

Resumo. Este estudo tem um aporte feminista e aborda o androcentrismo no currículo da educação básica, demonstrando a sub-representação de mulheres artistas em uma coleção de livros didáticos de arte para o Ensino Fundamental II no Brasil. Devido à pior visibilidade feminina nos conhecimentos estereotipados de música, propomos um repertório

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/f9ka-lag6>

* ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-7189-000X>

Doutoranda em Música pelo Programa de Pós-Graduação em Música da UFPR – Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Brasil). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste (Guarapuava, Brasil).

Grupo de Pesquisa em Artes, linha de Educação, Cultura e Diversidade

andreaifey@ufpr.br

** ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2466-339X>

(Margie Rauén, em arte). Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste (Guarapuava, Brasil).

Doutora (PhD in English/Teatro) pela Michigan State University (EUA), com revalidação USP. Fundadora e membro do Grupo de Pesquisa em Artes da UNICENTRO, atuante na linha de Educação, Cultura e Diversidade.

margie@unicentro.br

complementar de compositoras reconhecidas na história mundial marginal da arte. Incentivamos docentes a investigarem alternativas para a desnaturalização do androcentrismo, problema recorrente no campo educacional, apesar de haver orientações curriculares que defendem a equidade e a diversidade cultural.

Palavras-chave: Androcentrismo, currículo, gênero, recursos didáticos.

The art curriculum and women: An inclusive proposal? *This study has a feminist stance and addresses androcentrism in the curriculum of basic education by demonstrating the underrepresentation of women artists in a collection of school textbooks of Art for middle school in Brazil. Given the worst visibility of women in the stereotyped contents of music, we propose a complementary repertoire of composers who are acknowledged in the marginal history of world art. We foster teachers to research alternatives for the denaturalization of androcentrism, which is a recurring problem in the educational field despite the curricular guidelines that defend equity and cultural diversity.*

Keywords: *Androcentrism, curriculum, gender, didactic resources.*

INTRODUÇÃO

A invisibilidade de mulheres artistas é problematizada há cinquenta anos, se considerarmos que Linda Nochlin, em um artigo de 1971, já aplicara a crítica feminista à história da arte (Nochlin, 2016).

No presente artigo, apontamos as consequências do androcentrismo no currículo da disciplina de arte no Brasil, onde a consciência crítica de gênero na educação formal e não-formal cresceu nos anos 2000 (Loponte, 2005; Vaz, 2009; Coutinho & Loponte, 2015), usualmente com foco nas Artes Visuais. No entanto, a articulação do androcentrismo no currículo afeta todas as linguagens artísticas, conforme constatamos em pesquisas voltadas a manuais didáticos para todos os níveis da educação básica (fundamental I, fundamental II e médio) realizadas no contexto da linha de educação, cultura e diversidade do Programa de Pós-graduação em Educação da UNICENTRO (Batista & Rauen, 2017; Domingos Filho, 2018; Ribas, 2020; Rauen, 2020). No breve espaço deste artigo, difundimos um dos estudos

na referida linha, o qual constatou a pior sub-representatividade feminina na linguagem da música (Fey, 2020). No intuito de não apenas denunciar a tendenciosidade androcêntrica na coleção brasileira *Por toda Parte* (Ferrari et al., 2015), demonstramos que existem alternativas para a ampliação do repertório de autoria de mulheres.

O nosso contexto é o do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por meio do qual o governo federal do Brasil distribui manuais de todos os componentes curriculares para os três níveis da educação básica, de modo que o ensino de Arte também se realiza com o apoio destes livros.

A disciplina de Arte na educação básica brasileira sofreu muitas alterações: desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961, até à vigente Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 mas também a nomenclatura, chamada Educação Artística por longo período, e a sua organização, obrigatoriedade e expressões artísticas que a constituíam. Após a inclusão da Música como obrigatória (Lei nº 11.769, de 18 de Agosto de 2008), houve o reconhecimento das demais linguagens de Artes Visuais, Dança e Teatro (Lei nº 13.278, de 2 de Maio de 2016), levando as editoras a revisarem as coleções de livros didáticos ofertados no PNLD⁽¹⁾. Embora a oferta de livros de Arte para o ensino médio tenha iniciado em 2015, o ensino fundamental II ganhou o recurso somente em 2017, quando duas coleções foram aprovadas para utilização no triênio 2017-2019, sendo que *Por toda Parte* (Ferrari et al., 2015) foi distribuída em mais de cinquenta mil escolas de todo o território brasileiro, despertando o nosso interesse em investigar a consonância da obra com o preceito de equidade de gênero.

Na primeira parte deste artigo, contextualizamos a nossa concepção feminista de pesquisa, considerando a invisibilidade de obras de mulheres na história da arte (Nochlin, 2016; Perrot, 2007), a discriminação interseccional (Crenshaw, 2004) e o androcentrismo como *habitus* marcante da mentalidade patriarcal (Bourdieu, 2012), caracterizando a cultura de reprodução do sistema signifiante masculino no currículo conservador, numa lógica também reconhecida e discutida em Portugal (Santos, 2019).

1. O PNLD integra o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados adicionais disponíveis em <https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>.

Quando falamos da ausência das mulheres na história da arte, nos referimos a elas como autoras, pois há inúmeras representações da mulher sob a ótica masculina (Perrot, 2007). Na segunda parte, à luz desse aporte teórico, demonstramos a articulação do currículo androcêntrico com os resultados de análises dos repertórios dos livros didáticos de Arte da coleção *Por toda Parte* (Ferrari et al., 2015) para o ensino fundamental dos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos. Por fim, apresentamos uma proposta didática para a ampliação do repertório com ênfase em compositoras. Buscamos, portanto, um público de professores de arte cuja formação, por força do currículo, não incluiu música, dificultando o seu esclarecimento quanto a fontes representativas da produção de mulheres compositoras. Essa lacuna de formação é agravada quando os materiais didáticos reproduzem o androcentrismo inerente à lógica, o *habitus* da cultura patriarcal (Bourdieu, 2012).

FEMINISMO, ARTE E CURRÍCULO

A posição feminista de rejeição à dominação inerente às práticas culturais do patriarcado não é recente e reverberou na área de artes⁽²⁾. A posição privilegiada ou o maior capital social dos homens acarretou a invisibilidade de mulheres nos relatos históricos, além de sua menor presença nos ambientes públicos, conforme explicam Michelle Perrot (2007) e Michael Archer (2012). As construções simbólicas do patriarcado relacionavam o homem aos acontecimentos de ambientes externos e públicos, ligados à força física ou política. Já à mulher, eram destinados os ambientes internos, relacionados aos cuidados com as crianças e a casa, envolvendo-a com trabalhos domésticos e privados.

Foram notáveis os direitos conquistados por feministas em diversos países, mas ainda na atualidade permanecem os comportamentos androcêntricos. Pierre Bourdieu corrobora o feminismo quando retoma o conceito de *habitus* e enfatiza a prática cultural da violência simbólica, explicando que a dominação masculina

2. As lutas pelo direito à educação iniciaram em 1700, seguidas por pautas sufragistas, trabalhistas e de gênero. Para uma diacronia atualizada, já abrangendo os anos 2000 e 2010, recomendamos Hannah McCann et al. (2019).

[...] confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: [...] eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade [...]. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade [...] esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (Bourdieu, 2012, p. 45)

Naturalizada pelas próprias mulheres, a ordem social hierárquica se reafirma por meio da violência simbólica, cabendo relacioná-la à discriminação interseccional, conforme tem teorizado a feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw. Embora a sua tradução para português tenha levado cerca de vinte anos, os escritos de Crenshaw, desde os anos 1980, se referem às mulheres negras afetadas por uma sobreposição de preconceitos, pois, além de serem discriminadas por serem mulheres, enfrentam as exclusões por motivos étnicos e de classe: “diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas” (Crenshaw, 2004, p. 11).

Tanto o androcentrismo, quanto a baixa representatividade de artistas mulheres negras, de outras etnias, de diversas classes sociais e com deficiências físicas nos espaços de legitimação da arte, como museus e concertos musicais, refletem a discriminação interseccional. O *habitus* se manifesta no currículo escolar da disciplina de Arte, por meio dos materiais didáticos utilizados como aporte para docentes em suas práticas pedagógicas. O agenciamento feminista proporciona um aumento de pesquisas sobre mulheres artistas e nos instiga a redefinir a formação docente em relação à reprodução de currículos e critérios androcêntricos.

Essas ponderações de Perrot (2007), Bourdieu (2012) e Crenshaw (2004) reverberam em pesquisas voltadas à disciplina de Arte. Luciana Loponte (2005) reconhece a ausência feminina na história da arte e Adriana Vaz (2009) analisa a legitimação das artes segundo a concepção bourdieusiana de espaços simbólicos: “O Museu, a Academia e a Escola representam espaços simbólicos e exercem várias funções na tríade: artista-obra-público, dentre elas, a de gênero” (Vaz, 2009, p. 12) De fato, ao pesquisar a presença feminina no acervo do Museu Oscar Niemeyer e

em materiais didáticos, Vaz constatou a reprodução do androcentrismo, dada a maior visibilidade de homens artistas.

Andréa Coutinho e Luciana Loponte, trazendo a discussão de gênero para o campo da Educação e das Artes Visuais, reconhecem o olhar androcêntrico e defendem uma pedagogia de inclusão de artistas mulheres: “Conhecer mais sobre a produção artística feminina atrelada aos feminismos também permite a ampliação do repertório docente e, conseqüentemente, também do estudantil” (Coutinho & Loponte, 2015, p. 188).

Outros(as) autores(as) constataram a baixa representatividade de artistas mulheres em materiais didáticos e em currículos, também enfatizando o critério da interseccionalidade e instigando a reflexão dos(as) professores(as) no percurso das suas práticas pedagógicas por meio de perguntas sobre as categorias da diversidade: “eu incluo artistas mulheres? Incluo artistas mulheres de várias etnias? Incluo artistas mulheres de várias origens socioeconômicas?” (Batista & Rauen, 2017, p. 85).

Apesar da histórica invisibilidade de mulheres artistas pelo fato de elas serem mulheres, o mesmo se aplica à discriminação de arte *queer* por ser *queer*. Ou seja, o mecanismo de violência simbólica é transversal aos gêneros. Num estudo anterior acerca do androcentrismo, observamos o problema também em recursos didáticos da educação à distância, ou seja, a tecnologia de ponta no ensino de Arte não é garantia de respeito à diversidade de gênero (Fey & Rauen, 2020).

As referências resenhadas nos instigaram a conectar o androcentrismo no campo das artes com o teor cultural do currículo. Diferentes teorias definem currículo, entre elas o positivismo, o materialismo cultural e o pós-estruturalismo no contexto educacional brasileiro (Silva, 1999). A coexistência e, não raro, a mistura de critérios dessas três abordagens curriculares na Educação Básica refletem as ações de poder implícitas nos discursos pedagógicos e nos currículos, os quais selecionam e hegemonomizam o que e como se ensina. Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo apontam os extensos desmembramentos discursivos das concepções assimiladas no Brasil, a saber, a acadêmica, a instrumental, a progressivista e a crítica:

Assim como as tradições que definem o que é currículo, o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. [...] uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. [...] Trata-se, portanto, de

um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria. (Lopes & Macedo, 2011, p. 41)

Seja qual for a abordagem, portanto, o repertório curricular acarreta eternas disputas de disposições culturais e a escola opera como um sistema arbitrário, fazendo circular as relações de poder. Essas disputas têm sido evidenciadas nas inúmeras alterações feitas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, sobretudo no apagamento da categoria gênero, também realizado na Base Nacional Comum Curricular (2018; Ribas, 2020). Vale observar que o *habitus* androcêntrico, além de acarretar a invisibilidade da produção de mulheres, também afeta a diversidade de gênero para além das fronteiras do Brasil e num sentido mais amplo, conforme observa Hugo Santos, ao analisar o conservadorismo nas políticas curriculares de Portugal (Santos, 2019).

O ANDROCENTRISMO NA COLEÇÃO *POR TODA PARTE* – PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II NO BRASIL

O sistema de significação masculino no repertório da disciplina de Arte vem ao encontro da diversidade recomendada nos marcos legais da educação brasileira? Partimos desta pergunta e percebemos que, na disciplina de Arte, tal qual em exposições e concertos, não costuma haver a justa proporção de obras por autoras mulheres, sejam quais forem as suas etnias. Constatamos esse cenário nos resultados da investigação acerca da representatividade por gênero nos repertórios da coleção *Por toda Parte* (Ferrari et al., 2015), nos volumes do 6.º ao 9.º ano da educação básica⁽³⁾. Realizamos a análise quali-quantitativa a fim de identificar as menções de mulheres e homens artistas e verificar se existe a predominância do sistema de significação masculina.

Após fazer uma contagem de artistas individualmente associados às linguagens de artes visuais, dança, música e teatro, mencionados nos quatro livros da coleção, verificamos 608 menções no total, sendo 494 de artistas

3. Segundo o FNDE foram distribuídos 6 112 637 exemplares, somando os do 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos, destinados a docentes e alunos(as). Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>.

homens e 114 de artistas mulheres. O panorama abrangente da Tabela 1 corrobora os trabalhos de Vaz (2009), Coutinho e Loponte (2015) e Domingos Filho (2018), constatando a baixa visibilidade da mulher também na coleção *Por toda Parte* (Ferrari et al., 2015). Quanto a diversidade de gênero por linguagem artística, a Tabela 1 reflete igualmente a predominância masculina nos repertórios dos quatro volumes.

Tabela 1. Diversidade de gênero por linguagem artística na coleção *Por toda parte*

Linguagem artística	Masculino	Feminino	Total de Artistas
Artes Visuais	183	81%	225
Dança	25	63%	30
Música	215	85%	254
Teatro	71	80%	89
Total	494	77%	608

Fonte: Tabela elaborada pela primeira autora.

Além da baixa quantidade de artistas mulheres, observamos a variação da inequidade de acordo com a linguagem. No campo da dança, as mulheres têm a maior representatividade, mesmo estando longe da equidade de gênero. No teatro, artes visuais e música, a desigualdade se agrava, e a menor representatividade encontrada é a de musicistas, com ausência de menções de compositoras mulheres antes do século XIX. Entre as nascidas no século XIX, são citadas a compositora Chiquinha Gonzaga (1847-1935) e as musicistas Thérèse – Eugénie Emma Valladon (1837-1913) e Nair de Tefé (1886-1981). O baixo índice de mulheres musicistas e especialmente de compositoras em materiais para ensino de Arte é uma consequência da naturalização de repertórios masculinos e não de falta de artistas mulheres e fontes. Há livros, dissertações, teses e artigos dedicados a elas, muitos dos quais trataram de reescrever a história da música, tão marcada pela invisibilidade de mulheres (Fey, 2020). Dentre obras brasileiras, destacamos *Mulheres compositoras: elenco e repertório*, resultado de dez anos de pesquisas no acervo de partituras da Discoteca de São Paulo, da escritora Nilcéia Barancelli (1987). Na dedicatória da obra, pode ler-se: “Em memória de todas aquelas

compositoras que não conseguiram sair do anonimato” (Baroncelli, 1987, p. 5). O livro consiste em cerca de 2400 nomes de compositoras de várias nacionalidades e épocas. A própria Nilcéia Baroncelli é compositora, mencionada por Eliane Monteiro da Silva (2015; 2018) em sua diacronia de mulheres na música. Tania Mello Neiva também se dedicou às mulheres compositoras no mestrado e doutorado (2006; 2018), e Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel (2016), historiadora cultural, publicou trabalhos sobre a presença feminina nas composições desde a antiguidade até a contemporaneidade.

O nosso acesso a esses estudos acerca de inúmeras compositoras de música erudita e popular, de diferentes nacionalidades, nos permite afirmar que, ao ignorar a produção de mulheres em materiais didáticos, os(as) autores(as) reproduzem um *habitus*, perpetuando a visibilidade masculina no repertório. Seja de maneira proposital ou inadvertidamente, geram a falsa representação autoral predominantemente masculina no campo da música. Segundo Karl Zelenka, “a mulher que compõe ainda leva uma existência sombria. Quase nunca tem a oportunidade de encontrar uma de suas obras na sala de concertos, no rádio ou mesmo na ópera” (Zelenka, 1980, p. 7)⁽⁴⁾.

Em detrimento da historiografia que documenta a extensa produção das mulheres compositoras, ocorre o descompasso na inclusão curricular. A escola é apontada, por Pierre Bourdieu (2012), como um dos agentes legitimadores de comportamentos. Por isso, ressignificar a história das mulheres nas artes é romper com os mecanismos de reprodução androcêntricos. Para tanto, elaboramos uma proposta de ampliação de repertório, vislumbrando um público de pesquisadores(as) e professores(as) de arte com interesse em incorporar exemplos de compositoras na sua rotina de aulas de música erudita e popular, por ser a linguagem artística com a mais baixa representatividade feminina.

SIM, EXISTEM MUITAS COMpositoras

A constatação de disparidade de conteúdos por gênero na coleção *Por toda Parte* (Ferrari *et al.*, 2015) nos levou a produzir duas propostas, com o objetivo de demonstrar a forte presença de mulheres na história da música e

4. “[...] die Komponierende Frau nach wie vor ein Schattendasein führt. Kaum jemals hat man Gelegenheit, im Konzertsaal, im Rundfunk oder gar in der Oper einem ihrer Werke zu begegnen” (Zelenka, 1980, p. 7, tradução nossa).

oferecer, ao público de estudantes e docentes de Arte, alternativas de repertório adequadas para a desarticulação do androcentrismo. A primeira delas é eurocêntrica e traz nomes de mulheres que romperam preconceitos de gênero, fazendo suas composições em parceria com compositores eruditos consagrados, inclusive um marido compositor. Nela também estão mulheres que nasceram em famílias musicais e tiveram a oportunidade de entrar no campo da música, mas não tiveram visibilidade. A segunda proposta busca desnaturalizar preconceitos interseccionais e destaca mulheres negras mantidas invisíveis devido à sobreposição dos preconceitos de gênero, etnia e classe no campo da música erudita e popular. Assim, a interseccionalidade desafia uma percepção ainda mais além das discriminações tradicionais: “ao mergulhar nas tramas, nos deparamos com as várias escolas dentro da escola e [...] percebemos as inscrições de diversos códigos, muitas vezes invisíveis, que montam o cenário dessas tramas cotidianas e seus fluxos infinitos” (Oliveira & Sabino, 2020, p. 73).

Selecionamos seis nomes masculinos “consagrados” na música erudita ocidental entre os séculos XVIII e XIX, pertencentes aos períodos clássico e romântico, todos mencionados nos livros analisados. Apontamos, em paridade, seis compositoras obscuras e pertencentes à mesma linha do tempo, cujas obras estão disponíveis na Internet, considerando que este critério facilita o acesso de professores(as) de Arte e leitores(as) deste artigo.

A fase clássica e romântica da história da música varia entre 1770 e 1900, mas os compositores não utilizavam os padrões estilísticos de forma rígida (Grout & Palisca, 2007). Os termos *clássico* e *romântico*, se considerados nas belas-artes, na literatura e na história em geral, são ambíguos para a música. Apesar de haver diferenças composicionais, os períodos têm uma continuidade nos aspectos harmônicos, de ritmo e forma:

‘Clássico’ sugere uma obra acabada, perfeita, exemplar, um modelo com base no qual pode ser avaliada a produção ulterior. As obras de alguns autores mais admirados são conhecidas como “os clássicos”, mas nos séculos XIX e XX foi a música de Haydn, Mozart e Beethoven que passou a constituir o ideal clássico. Quanto à palavra ‘romântico’, é constantemente usada com tantos e tão diversos sentidos que se torna absolutamente inútil para caracterizar um estilo musical [...]. (Grout & Palisca, 2007, p. 571)

Assim, além dos nomes de Joseph Haydn, Wolfgang Amadeus Mozart e Ludwig van Beethoven, nossa tabela inclui Gioachino Rossini, Giuseppe Verdi e Richard Wagner, citados nos livros analisados. Nossa intenção está longe de priorizar menções, mas sim qualificá-las, e nisto referimo-nos também às mulheres selecionadas para compor a Tabela 2, sendo seis as proposições de grandes compositoras⁽⁵⁾.

Tabela 2. Compositores consagrados e compositoras obscuras da música erudita ocidental

Compositor homem	Compositora mulher
Joseph Haydn (1731-1809)	Maria Theresia von Paradis (1759-1824)
Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791)	Isabella Colbran (1785-1845)
Ludwig van Beethoven (1770-1827)	Fanny Mendelssohn Hensel (1805-1847)
Gioachino Rossini (1792-1868)	Clara Wieck Schumann (1819-1896)
Giuseppe Verdi (1813-1901)	Carlotta Ferrari (1837-1907)
Richard Wagner (1813-1883)	Augusta Hólmes (1847-1903)

Fonte: Tabela elaborada pela primeira autora.

Ao construir tabelas comparativas deste tipo, o(a) docente de Arte minimizará a impressão de que só houve nomes masculinos na história da música erudita ocidental. Também poderá propor pesquisas sobre os nomes e obras das compositoras, incluindo momentos de escuta de áudios ou vídeos baixados da Internet. Entre dificuldades, percebemos que as biografias podem enfatizar a conexão com compositores homens ou estar disponíveis apenas em outros idiomas. Por exemplo, Isabella Colbran é geralmente mencionada como cantora de ópera que foi casada com Gioachino Rossini, mas sites europeus mencionam que ela escreveu quatro coleções musicais, cada uma dedicada ao seu professor Girolamo Crescentini, à Rainha Isabel II da Espanha, à Imperatriz da Rússia e ao Príncipe de Beaumarchais⁽⁶⁾.

5. Outras compositoras merecem ser exploradas, tais como Maria Anna Mozart (1751-1829), Marianne Anna Martinez (1744-1812), Amanda Röntgen-Maier (1853-1894) e Ethel Smyth (1858-1944).

6. Informação disponível em: <https://www.amodernreveal.com/isabella-colbran>.

Em sítios brasileiros, há vídeos das óperas compostas por Gioachino Rossini para ela⁽⁷⁾, mas não de suas próprias composições.

A relação familiar entre compositores e compositoras também aconteceu no caso de Fanny e Félix Mendelssohn, ambos instruídos para o piano e para a composição. Ela, no entanto, foi desencorajada pelo pai a seguir a profissão de musicista, mas, ao se tornar a esposa de Hensel, fez do ofício um ornamento para priorizar as obrigações de esposa (Perrot, 2007).

A alemã Clara Wieck, sofisticada pianista instruída pelo pai, Johann Friedrich Wieck, com apenas 11 anos, realizou uma turnê pela Europa. Robert Schumann passou também a ter aulas com Johann e, afinal, casou-se com Clara, cuja biografia, diferente da maioria das compositoras, já tem versão em língua portuguesa (Monteiro da Silva, 2015).

Ao acrescentar uma proposta de inclusão das deficiências visuais e auditivas às aulas de Arte, o(a) professor(a) poderá apresentar a pianista, cantora e compositora austríaca Maria Theresia von Paradis, que perdeu a visão ainda na infância mas não abandonou a arte, tal qual o célebre Beethoven, que compôs a 9.^a Sinfonia após perda auditiva. A arte transcende as deficiências físicas e pode ser tema para uma aula inclusiva, para a qual os(as) estudantes selecionem e ouçam peças de Maria Theresia von Paradis e Ludwig van Beethoven disponíveis em plataformas de áudio e vídeo⁽⁸⁾.

Gioachino Rossini, Giuseppe Verdi e Richard Wagner são nomes famosos nas composições de óperas do século XIX, mas tão competente quanto eles foi Carlota Ferrari, que, para apresentar sua primeira composição no gênero, precisou pagar as despesas de exibição, pois não se investia em óperas produzidas por mulheres⁽⁹⁾. A francesa Augusta Hólmes também tem um repertório de composições operísticas, além de criações orquestrais para voz solo e coro (Baroncelli, 1987).

Não incomum é a dificuldade em encontrar informações precisas a respeito das composições de mulheres que sofriam a imposição de que compor não é ofício feminino. Manuela Paraíso, do Centro de Investigação

7. Sugestão de vídeo: <https://youtu.be/wrfX2GBdf5w>.

8. Sugestão de vídeos: a pequena violinista Leila Warren, interpretando “Sicilienne” de Maria Theresia von Paradis (https://www.youtube.com/watch?time_continue=20&v=rEhkTkyC4lo&feature=emb_logo) e “Sonata n.º 5 – Spring” de Beethoven (<https://www.youtube.com/watch?v=A-rfToeScXc>).

9. Informação disponível em: <https://www.encyclopedia.com/women/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/ferrari-carlotta-1837-1907>.

& Informação da Música Portuguesa, aponta essa ausência de compositoras anteriores à segunda metade do século XX, pois a elas apenas eram dados os papéis de intérpretes e professoras; somente as inconformadas perseveravam. A abundância de compositoras apontadas por ela atualmente contrasta com os poucos exemplos mencionados no passado, como Dona Maria Bárbara de Bragança, filha do rei João V de Portugal, ou Leonora Duarte, flamenga de origem portuguesa, compositora de obras para violas da gamba⁽¹⁰⁾.

Apesar do impasse quanto à baixa quantidade de informações em língua portuguesa acerca das compositoras apresentadas, tanto na tabela, quanto nas nossas proposições, escutas do repertório composto por elas serão facilmente encontradas, por exemplo, no YouTube. Gostaríamos de motivar o(a) docente a vencer esses percalços com ferramentas de tradução e a desnaturalizar disposições do *habitus*, evitando a imposição da visão masculina pela maior difusão das obras dos homens compositores ao longo dos séculos.

A segunda proposta enfatiza compositoras negras que lutam com dificuldade por visibilidade e valorização, por enfrentarem apagamentos relacionados ao racismo, sendo vulneráveis também quando o sexismo acarreta o androcentrismo e inviabiliza a sua inclusão na história. Os livros didáticos analisados reproduzem esse padrão porque, embora ilustrem a diversidade étnica, o fazem por meio de nomes de cantores e compositores negros. Na Tabela 3, juxtapomos o repertório de compositoras negras ao dos nomes masculinos consagrados como representantes das raízes musicais históricas negras.

Tabela 3. Compositores(as) negros(as) brasileiros(as)

Compositor homem	Compositora mulher
Noel Rosa (1910-1937)	Joana Batista Ramos (1878-1952)
Martinho da Vila (1938)	Carolina Maria de Jesus (1914-1977)
Gilberto Gil (1942)	Dona Ivone Lara (1922-2018)
Milton Nascimento (1942)	Elza Soares (1937-2022)
Carilinos Brown (1962)	Dolores Duran (1930-1959)
Chico Science (1966-1977)	Jovelina Pérola Negra (1944-1998)

Fonte: Tabela elaborada pela primeira autora.

10. Informação disponível em: <http://www.mic.pt/noticias?where=8&what=3&id=102>.

Elza Soares é muito conhecida como cantora, mas atuou também como compositora e vale mencionar “Somos todos iguais”, uma canção de sua autoria, entre outras sobre as barreiras impostas por preconceitos ainda sofridos por afrodescendentes. A temática da letra⁽¹¹⁾ dessa composição é adequada para uma aula conduzida a uma reflexão acerca do racismo.

A luta de classe é símbolo de vida da escritora, poetisa e compositora Carolina Maria de Jesus, nascida em Minas Gerais e oriunda de família negra humilde. Recomendamos o *blog* “Mulheres Compositoras” de Nilceia Baroncelli⁽¹²⁾, no qual a jornalista e musicista apresenta “A Compositora Carolina Maria de Jesus (1914-1977)”, relatando o impacto de encontrar partituras e um disco com músicas somente dela no acervo da Discoteca Oneida Alvarenga, do Centro Cultural São Paulo⁽¹³⁾.

Dolores Duran, parceira de Tom Jobim, tem diversas composições individuais e, notavelmente, integrou a Série MPB Compositores, da RGE Discos, embora entre maioria masculina⁽¹⁴⁾. Outro nome ainda apagado é o de Dona Ivone Lara, que precisou, em 1947, ter suas composições sob a autoria do primo, Mestre Fuleiro, para driblar o sexismo vigente nas escolas de samba: “Apesar da liderança inegável [...] mulheres como Ciata – e mais tarde outras como Surica e Doca (na Portela) ou Neuma e Zica (na Mangueira) – não tinham direito à voz ativa no discurso artístico, nas letras de música” (Lichote, 2019, nd).

Joana Batista Ramos, a quem é atribuída a composição da “Marcha número um do Vassourinhas”, um frevo importante do estado de Pernambuco, levará os(as) docentes de Arte a ampliar seus olhares para diferentes regiões do Brasil. Procedimento similar é recomendável quanto à valorização, em outros países, de mulheres artistas locais e regionais.

11. Letra e escuta de “Somos todos iguais” disponível em: <https://www.letras.mus.br/elza-soares/775316/>.

12. Nilceia Baroncelli mantém o *blog* “Mulheres compositoras”, disponível em: <http://mulheres-compositoras.blogspot.com/2014/12/a-compositora-carolina-maria-de-jesus.html>.

13. Em 1961, Carolina de Jesus gravou suas canções em álbum pouquíssimo conhecido, pela RCA Victor, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t3dzlAr4euo>.

14. Coleção difusão da MPB, Editora Globo, 1997. O CD nr. 28 foi dedicado a Dolores Duran com selo da RGE Discos. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GI8lWfBaZs>.

O problema da discriminação interseccional (Crenshaw, 2004) também afeta a área de música, havendo sobreposições de preconceitos sofridos por musicistas e compositoras negras no Brasil, onde elas ainda são marginalizadas, apesar de terem maior valorização e visibilidade no eixo Rio-São Paulo. Mesmo no Rio de Janeiro, Jovelina Pérola Negra, cantora de voz potente e rouca, teve suas composições reconhecidas tardiamente. A antes empregada doméstica recebeu o apelido de “Pérola Negra” por causa da cor da pele, passando a viver da arte somente aos 40 anos, estreando na música em 1985 e gravando um total de seis discos com canções sobre problemas sociais¹⁵.

À luz de marcos legais e dos direitos humanos, portanto, o nosso trabalho busca promover a equidade. Há limitações de tempo da disciplina de Arte e as sugestões colocadas não deverão dobrar a carga horária prevista, mas proporcionar a justaposição de artistas por gênero de modo eficiente. A partir destas proposições, surgirão outros procedimentos nas aulas dedicadas às questões da diversidade, pois quando os olhos nos são abertos, passa-se a aguçar mais a percepção *do que* e *como* se está ensinando, sobretudo quanto aos sistemas de significação da cultura patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo corroborou a literatura mais recente, ratificando que livros didáticos de Arte do PNLD efetivam o currículo, mas seguem privilegiando um olhar masculino sobre a história da Arte. O fato de os materiais do PNLD serem distribuídos para escolas de todo o Brasil potencializa a problemática da reprodução de um repertório androcêntrico, acarretando a falsa impressão de que não existem mulheres artistas relevantes e ignorando a sua extensa produtividade ao longo da história.

Embora já existam diversos artigos que criticam a ausência de mulheres no campo da Arte, são escassos os estudos sobre livros didáticos distribuídos por um programa com tanta capilaridade quanto o PNLD. Constatamos, nas análises da coleção *Por toda Parte* (Ferrari *et al.*, 2015) para o ensino fundamental II, que prerrogativas legais de equidade de gênero ainda não são

15. Sugerimos a escuta de uma de suas composições chamada “Orgulho negro”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jYyNZe862HU>.

contempladas. O estudo do androcentrismo em materiais didáticos de Arte do PNL D merece atenção para além da referida coleção, mas, pelo fato de só haver investigações anteriores sobre os ensinos fundamental I (Ribas, 2020) e médio (Domingos Filho, 2018), o recorte deste artigo é inédito e, além de ratificar o androcentrismo também na coleção para o ensino fundamental II, demonstra a existência de mulheres compositoras, proporcionando a ampliação do repertório curricular.

Consideramos urgente a investigação de livros didáticos, assegurando a inclusão das mulheres na história da arte e desnaturalizando a reprodução do *habitus* característico da cultura patriarcalista eurocêntrica (Bourdieu, 2012). Cientes da necessidade de questionar os saberes apresentados como hegemônicos, também contra a naturalização de condutas racistas, a nossa proposição buscou minimizar a discriminação interseccional (Crenshaw, 2004) ao incluir as mulheres negras na história da música. Existem, entretanto, inúmeras lacunas a serem atendidas quanto às demais linguagens da Arte, sendo igualmente necessário considerar outras discriminações nas múltiplas categorias marginalizadas.

O androcentrismo é uma prática cultural hegemônica e frequentemente reproduzida nas práticas pedagógicas, seja por desconhecimento ou intencionalidade, seja por força de um repertório adquirido e jamais questionado (Lopes & Macedo, 2011). Assim sendo, a ênfase na produção cultural masculina e o eurocentrismo são inerentes aos planos político-pedagógicos, planos de trabalho docente, listas de leitura de vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio. Para desarticular a hegemonia masculina tradicional, as ações de agentes da educação são fundamentais na implementação de currículos com diversidade cultural. A postura do(a) professor(a) poderá restringir ou ampliar os repertórios para além dos materiais didáticos. O primeiro passo é objetivar e estar consciente acerca da diversidade para, então, analisar criticamente os recursos didáticos e ter iniciativa para pesquisar as fontes existentes e aperfeiçoar as aulas.

Cientes de que os livros do PNL D dão suporte aos docentes, a nossa proposta não desconsidera o valor ou a competência de nomes masculinos consagrados. Encorajamos, sim, as ações pedagógicas alinhadas com o princípio da equidade de gênero no sistema de significação da disciplina de Arte, devolvendo aos docentes a agência no preparo de aulas e nas decisões sobre o teor do repertório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Archer, M. (2012). *Arte contemporânea [Contemporary art]*. (A. Krug & V. L. Siqueira, Trads.; 2.^a ed.). Martins Fontes.
- Baroncelli, N. (1987). *Mulheres compositoras. [Women composers]*. Instituto Nacional do Livro.
- Batista, V. R., & Rauen, M. G. (2017). A desarticulação do androcentrismo e da discriminação interseccional por meio do ensino da arte contemporânea [Breaking down androcentrism and intersectional discrimination through the teaching of contemporary art]. *PÓS*. 7(14), 72-95. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15498>
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina [Masculine domination]*. (M. H. Kühner, Trad.; 11.^a ed.). Bertrand Brasil.
- Coutinho, A. S., & Loponte, L. G. (2015). Artes visuais e feminismos [Visual arts and feminisms]. *Revista Estudos Feministas*, 23 (1), 181-190.
- Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero [Intersectionality in race and gender discrimination]. In VV.AA. *Cruzamento*. Unifem. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>
- Domingos Filho, D. (2018). *A diversidade de gênero em materiais didáticos da disciplina de arte [Gender diversity in textbooks for the teaching of Art]*. Master of Education thesis. [UNICENTRO]. <https://www2.unicentro.br/ppge/dissertacoes-2018/>
- Ferrari, S. dos S. U., Dimarch, B. F., Kater, C. E., & Ferrari, P. F. (2015). *Por toda parte: Anos 6 a 9 [Art everywhere for middle school]*. Teacher's manual. 4v. FTD.
- Fey, A. S., & Rauen, M. G. (2020). A Inclusão de mulheres e gênero no currículo de arte para EaD [The inclusion of women and gender in the curriculum of art for distance education]. In A. Sens, C. Assis, J. Xavier, K. Miguel, M. Esperidião, S. Ruiz & S. Gadini (Orgs.), *Cidadania* (pp. 376-403). Ria. <http://www.riaeditorial.com/index.php/cidadania/>
- Fey, A. S. (2020). *Musicistas mulheres e sua inclusão em práticas de arte no ensino fundamental [Women musicians and their inclusion in middle school practices]*. Master of Education thesis. [UNICENTRO]. <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1492>
- Grout, D. J., & Palisca, C. V. (2007). *História da música ocidental [History of Western music]*. (5.^a ed.). Gradiva.
- Lei nº 4.034 de 20 de Dezembro, Governo do Brasil, (1961). [Law 4034 of 20 December, Government of Brazil].

- Lei nº 9.334 de 20 de Dezembro, Governo do Brasil, (1996). [Law 9394 of 20 December, Government of Brazil] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm
- Lei nº 11.769 de 18 de Agosto, Governo do Brasil (2008). [Law 11769 of August, Government of Brazil] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm
- Lei nº 13.278 de 2 de Maio, Governo do Brasil (2016). [Law 13278 of 2 May, Government of Brazil] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/13278.htm
- Lichote, L. (2019). *História feminina do samba reflete o machismo na sociedade brasileira*. [History of women in samba reflects the macho culture in Brazilian society]. <https://www.geledes.org.br/historia-feminina-do-samba-reflete-o-machismo-na-sociedade-brasileira/>
- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2011). *Teorias de currículo*. [Theories of the curriculum]. Cortez.
- Loponte, L. G. (2005). Gênero, educação e docência nas artes visuais. [Gender, education and teaching in the visual arts]. *Educação e realidade*, 30 (2), 243-259.
- McCann, H., Carroll, G., Duguid, B., Gehred, K., Kirillova, L., Kramer, A., Holmes, M. S., Weber, S., & Mangan, L. (2019). *O livro do feminismo*. [The book of feminism]. (A. Rodrigues, Trad.) Globo Livros.
- Ministério da Educação e Cultura do Brasil [Ministry of Education and Culture of Brazil]. (2018). Base nacional comum curricular (BNCC) [Common curriculum base]. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf
- Monteiro da Silva, E. M. de A. (2015). *Clara Schumann, compositora x mulher de compositor*. [Composer X composer's wife]. Ficções Editora.
- Monteiro da Silva, E. M. de A. (2018). *Compositoras latino-americanas*. [Latin American composers]. [University of São Paulo]. http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/webform/projetos/pos-doc/Relatorio%20Final.pdf?keepThis=true&TB_iframe=true&height=500&width=80
- Murgel, A. C. A. de T. (2016). Mulheres compositoras no Brasil dos séculos XIX e XX. [Women composers of Brazil in the 19th and 20th centuries]. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 3, 57-72.
- Neiva, T. M. (2006). *Cinco mulheres compositoras na música erudita brasileira contemporânea*. [Five women composers of contemporary erudite music]. Master of Education http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_ocaed719084a0cc1db489821ad86638b.
- Neiva, T. M. (2018). *Mulheres brasileiras na música experimental* [Brazilian women in experimental music]. Doctor's Dissertation in Music. [Federal University of Paraíba]. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16900>

- Nochlin, L. (2016). *Por que não houve grandes mulheres artistas?* [Why have there been no great female artists?]. (J. Vacaro Trad.). Aurora.
- Oliveira, W., & Sabino, I. (2020). Currículos, cotidiano(s) e interseccionalidade. [Curriculum, daily lives and intersectionality]. *Revista Espaço do Currículo*, 13 (1), 72-83.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. [My history of women]. (A. Côrrea, Trad.) Contexto.
- Rauen, M. G. (2020). Currículo, leitura e sistemas discriminatórios. [Curriculum, reading and prejudiced systems]. *Revista Interfaces*, 11, 283-294.
- Ribas, L. F. (2020). *O androcentrismo e a redefinição do repertório de arte para o ensino fundamental I*. [Androcentrism and the redefinition of the art curriculum for elementary school]. Master of Education thesis. [UNICENTRO]. <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1485>
- Santos, H. (2019). A evolução da 'diversidade sexual' no currículo escolar português. [The evolution of sexual diversity in the curriculum of Portugal]. *Currículo sem Fronteiras*, 19 (3), 944-962.
- Silva, T. T. da. (1999). *Documentos de identidade*. [Identity documents]. Autêntica.
- Vaz, A. (2009). Instituições culturais, gênero, narrativa e memórias. [Cultural institutions, gender, narrative and memories]. *Revista Científica FAP*, 4 (1), 1-19.
- Zelenka, K. (1980). *Komponierende Frauen, ihr Leben, ihre Werke* [Composing women, their lives, their works]. Ellenberg.

Data de submissão/ Submission date: 26/03/2021

Data de aprovação/ Approval date: 22/06/2021

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Um olhar sobre a participação feminina na Assembleia Nacional: A deputada Virgínia Faria Gersão ⁽¹⁾

SUSANA FONTES* E SÓNIA COELHO**

Resumo: O ano de 1935 marca o início da participação da mulher na Assembleia Nacional. Trata-se de um marco histórico na sociedade portuguesa, pois dá-se voz a um grupo que vivia à margem do domínio público. É neste contexto que, em 1945, é eleita a deputada Virgínia Faria Gersão, que se destacou pelo seu espírito ativo e pela forma entusiasta como advogou a causa do ensino. No presente artigo, pretendemos conhecer e compreender o contexto em que esta deputada se movimentou, assim

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/bzgg-vwfo>

* ORCID ID: 0000-0003-4414-9248

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Centro de Estudos em Letras, 5000-801 Vila Real, Portugal
sfontes@utad.pt

** ORCID ID: 0000-0002-8611-5209

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Centro de Estudos em Letras, 5000-801 Vila Real, Portugal
ccoelho@utad.pt

1. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência n.º UIDP/00707/2020.

como analisar a sua participação na Assembleia Nacional durante a IV Legislatura, socorrendo-nos para tal de fontes arquivísticas e bibliográficas.

Palavras-chave: Virgínia Faria Gersão, mulher, deputada, Assembleia Nacional.

Abstract: *The year 1935 marks the beginning of women's participation in the National Assembly. This is a historic milestone in the Portuguese society, as it gives voice to a group of the population that lived on the fringes of the public domain. It is in this context that, in 1945, the MP Virgínia Faria Gersão was elected, a high school teacher, who stood out for her active spirit and enthusiastic manner in advocating the cause of education. In this article, we intend to know and understand the context in which this MP moved, as well as to analyze her participation in the National Assembly during the IV Legislature, using archivist and bibliographic sources.*

Keywords: *Virgínia Faria Gersão, woman, MP, National Assembly.*

INTRODUÇÃO

O ano de 1935 constituiu-se como um marco decisivo na história da participação feminina na atividade política, pois neste ano foram eleitas as primeiras mulheres deputadas na história de Portugal. Na sequência das eleições de 16 de dezembro de 1934, passaram a integrar a Assembleia Nacional a professora e médica Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho⁽¹⁾ (1871-1966), a advogada Maria Cândida Bragança Parreira⁽²⁾ (1877-1942) e a professora Maria Baptista dos Santos Guardioli⁽³⁾ (1895-

1. Domitila Carvalho foi professora, médica e poetisa. Foi a primeira mulher a frequentar a Universidade de Coimbra, tendo-se licenciado em Matemática, Filosofia e Medicina com distinção (Pimentel & Esteves, 2003, p. 292). Ocupou o cargo de deputada à Assembleia Nacional durante duas legislaturas (1935-1942).
2. Maria Cândida Parreira licenciou-se em direito em 1919. Para além de advogada, era também escritora e conferencista. Foi deputada à Assembleia Nacional na I Legislatura (1935-1938) (Souza, 2005a, p. 601).
3. Maria Guardioli licenciou-se em Matemática em 1920, tendo exercido a docência nos principais liceus femininos nacionais. Foi reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho de 1928 a 1946. Para além da sua participação parlamentar, teve um papel de relevo nas principais organizações femininas do regime: A Obra das Mães e a Mocidade Portuguesa Feminina, nas quais ocupou cargos de direção durante muitos anos. Foi deputada à Assembleia Nacional na I, II, III e V Legislaturas, sendo considerada “uma das mulheres mais importantes e emblemáticas do Estado Novo” (Pereira, 2005, p. 593).

1987). Esta integração das mulheres “na Assembleia foi efusivamente saudada pelos senhores deputados, em termos encomiásticos que não deixam de denotar a intromissão de entes até então estranhos que cumpria receber cavalheirescamente” (Souza, 2013, p. 42).

A participação das mulheres no campo político pode ser considerada como uma importante estratégia de António de Oliveira Salazar (1889-1970), que viu na mulher um meio necessário para edificar e propagar a ideologia do Estado Novo. Repare-se que, ao contrário do que seria expectável, não foi o regime democrático, durante a 1.^a República, que integrou a mulher na esfera política, negando-lhe a possibilidade de votar e de ser eleita, tendo sido o regime de Salazar que lhe abriu estas portas, ainda que de uma forma muito condicionada. Esta característica não é específica de Portugal, pois, como nota Yolande Cohen, citada por Maria Reynolds de Souza (1986, p. 430), “é doloroso verificar que foram as ideologias totalitárias, reaccionárias ou pelo menos conservadoras quem primeiro compreendeu a importância das mulheres no jogo político”.

As primeiras deputadas portuguesas pertenciam a um grupo privilegiado da sociedade, possuindo todas elas formação superior, o que contrastava com uma população feminina que, na sua maioria, era analfabeta, de origem rural e estava confinada ao espaço doméstico. Segundo Adão e Remédios (2005),

se, em termos de ocupação profissional, elas se demarcam do papel de género reservado à mulher, tal ruptura acentua-se ainda mais ao serem escolhidas num universo fortemente masculino para desempenhar funções políticas fulcrais de estruturação ideológica do regime e de implementação das políticas de Oliveira Salazar. Essa apropriação diferente do papel de género salienta-se também quando algumas destas deputadas não se casam, e, deste modo, não vão realizar a missão que lhes está reservada, a maternidade, tendo em atenção a sua natureza. (p. 90)

Na verdade, a participação das mulheres ao longo das diversas legislaturas do Estado Novo foi sempre muito reduzida, como se pode confirmar pelos dados disponibilizados no estudo de Ana Vargas, que analisa a presença da mulher na Assembleia Nacional de 1934 a 1974:

Figura 1. Percentagem de mulheres eleitas nas várias legislaturas durante o Estado Novo

Ano	Lugares	Homens	Mulheres	%
1934	90	87	3	3,3%
1938	90	87	3	3,3%
1942	90	88	2	2,2%
1945	120	118	2	1,7%
1949	120	118	2	1,7%
1953	120	118	2	1,7%
1957	120	118	2	1,7%
1961	130	127	3	2,3%
1965	130	126	4	3,1%
1969	130	126	4	3,1%
1973	148	139	9	6,1%

Fonte: Vargas (2000, p. 59)

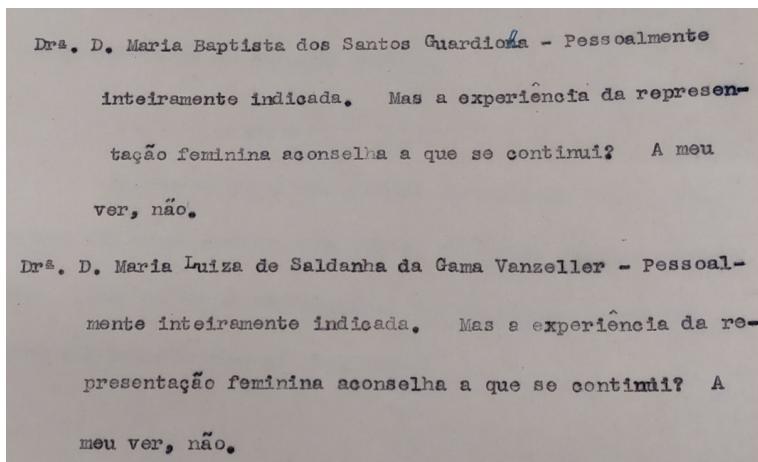
Estes dados não surpreendem, uma vez que Portugal vivia numa ditadura, possuía uma sociedade marcadamente conservadora e tradicional, que, na generalidade, não reconhecia à mulher o direito de intervir ativamente no domínio político. Como salientam Massa e Almeida (2016),

o papel expressivo atribuído às mulheres era por demais vincado em atos como, por exemplo, na tríade que o regime fazia questão de afirmar e reafirmar: ‘Deus, Pátria e Família’. Se no acesso ao sufrágio, como vimos até aqui, a mulher era considerada um ser inferior ao homem na capacidade de discernimento para votar, nas funções executivas de poder o processo era ainda mais esclarecedor sobre o papel da mulher na sociedade. (p. 12)

No que respeita concretamente à participação das mulheres na Assembleia Nacional, várias vezes se opunham declaradamente à sua integração neste órgão, como o comprovam as palavras de um dos presidentes da Assembleia, José Alberto dos Reis⁽⁴⁾, a propósito da possível continuidade das deputadas na III Legislatura:

4. José Alberto dos Reis (1875-1955) foi advogado e professor de Direito na Universidade de Coimbra, tendo sido diretor da Faculdade de Direito e ainda vice-reitor da mesma Universidade. No domínio

Figura 2. Opinião de José Alberto dos Reis sobre a participação feminina na Assembleia Nacional



Fonte: Reis (1942, p. 9)

Apesar de o Presidente da Assembleia Nacional ser de opinião contrária à continuidade das mulheres neste órgão, o facto é que elas aí se mantiveram, ainda que integrassem principalmente a Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social e a Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais, por se considerar que se tratava de assuntos mais ligados aos interesses da mulher.

No presente artigo, é nosso intuito analisar a presença feminina na Assembleia Nacional, especificamente os contributos da deputada Virgínia Faria Gersão (1896-1974), que integrou a IV Legislatura. Por forma a cumprirmos este objetivo, damos destaque a alguns aspetos do seu percurso biográfico, que nos permitem compreender o contexto em que se formou e se movimentou. Num momento seguinte, analisamos as principais ideias subjacentes às suas intervenções na Assembleia Nacional, designadamente no que se refere às duas temáticas mais abordadas pela deputada – a tuberculose e a educação.

político, este amigo pessoal de Salazar foi nomeado para o Conselho Político Nacional em 1931 e para o Conselho de Estado em 1933. Foi Presidente da Assembleia Nacional entre 1935 e 1945.

A DEPUTADA VIRGÍNIA FARIA GERSÃO

Numa época em que as mulheres tinham pouca representatividade no mundo político, Virgínia Faria Gersão⁵⁾ foi eleita deputada à Assembleia Nacional na IV Legislatura (1945-1949).

Figura 3. Registo biográfico da deputada Virgínia Gersão

ASSEMBLÉIA NACIONAL

IV LEGISLATURA

1945 - 1949

120

Pede-se a fizeza
de jantar
quatro
fotografias

Boletim para o Registo Biográfico de Senhores Deputados

Nome: *Virgínia Faria Gersão*

Filiação: *Augusto Liberatto de Figueiredo Gersão e
Virgínia da Conceição Barcelos Faria Gersão*

Naturalidade: *Penafiel - Concelho e distrito de Coimbra*

Data do nascimento: *7 de julho* de *1876*. Estado: *Loteira*

Funções públicas, políticas ou particulares que desempenha: *Professora
efectiva, do 2.º grupo, do Liceu da Infancia
e Maria*

e que tem desempenhado: *Professora
aparejada da Escola Normal Primária de Penafiel - Lisboa*

Condecorações e louvores que possui: _____

Obras que tem publicado: *O teatro infantil: A Jeta Borracheira, A ruína de Nave,
A farsa, etc., de carácter didáctico: A juventude dos Penafielenses, A Juventude
no País das Figueiras, etc. Têm artigos em jornais de carácter pedagógico. Algumas peças p. o
Teatro e Poesia.
Lisboa, 26 de Novembro de 1945*

Assinatura

Virgínia Faria Gersão

Fonte: Assembleia Nacional (1945-1949, p. 120)

5. Para mais informações acerca da vida e obra de Virgínia Gersão, veja-se Castelo (2003), Souza (2005d), Coelho e Fontes (2018), Coelho e Fontes (2019) e Coelho e Fontes (2021).

Tal como as primeiras deputadas, Virgínia Gersão pertencia a um contexto social privilegiado, tendo convivido com as mais altas figuras da sociedade e distinguindo-se da maioria das mulheres portuguesas do seu tempo. Por exemplo, entre os seus correspondentes, encontram-se nomes como os de António Oliveira Salazar, Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁽⁶⁾ (1851-1925), Mário de Figueiredo (1890-1969), Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932) e Maria Lúcia Vassalo Namorado⁽⁷⁾ (1909-2000).

Virgínia cresceu numa família que valorizava a instrução e que aplicava o mesmo grau de exigência nos estudos a rapazes e raparigas, não fazendo qualquer discriminação⁽⁸⁾. Todos os seus irmãos beneficiaram de acesso ao ensino superior, tendo sido a sua irmã mais velha, Augusta Faria Gersão Ventura⁽⁹⁾, a primeira a abrir as portas de Coimbra aos restantes irmãos. Foi precisamente na Universidade de Coimbra que Virgínia Gersão se licenciou em Filologia Românica e seguidamente concluiu o curso de magistério liceal na Escola Normal Superior da mesma Universidade.

O seu percurso profissional ficou marcado pela docência na Escola Normal Primária de Lisboa e no Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra, desenvolvendo neste último a maior parte da sua atividade profissional. Virgínia Gersão teve um papel muito importante na vida deste liceu, sendo muito ativa em diferentes níveis. Para além de ter sido uma notável professora, esteve muito envolvida no espírito cultural que marcou esta escola e até a própria cidade de Coimbra. Como atesta Moreirinhas Pinheiro (2004, p. 86), “foi uma brilhante professora e educadora dos ensinamentos primário, normal e secundário, tendo dedicado grande parte da sua vida profissional ao ensino e à cultura no Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra”.

6. Carolina Michaëlis de Vasconcelos foi a primeira mulher a dar aulas numa universidade portuguesa, onde ministrou lições de Filologia Portuguesa, que viriam mais tarde a ser compiladas no livro *Lições de Filologia Portuguesa*.

7. O percurso de Maria Lúcia Vassalo Namorado ficou marcado pela sua intensa atividade jornalística, tendo colaborado em diversos jornais e revistas, com destaque para a revista *Os Nossos Filhos*, da qual foi diretora e editora. Publicou vários livros, ficando a sua vida “marcada por uma preocupação constante com a intervenção social, a educação da mulher e da mãe, o bem-estar das crianças” (Pessoa, 2003, p. 972).

8. Estas informações foram prestadas pela sua sobrinha, a Dr.^a Eliana Gersão, a quem manifestamos o nosso agradecimento pela colaboração.

9. Augusta Faria Gersão licenciou-se em Ciências Matemáticas na Universidade de Coimbra. Foi professora no Liceu Infanta D. Maria em Coimbra, tendo tido “um papel determinante na organização administrativa e pedagógica inicial do liceu” (Seabra, 2003, p. 213).

No seu meio, era tida como uma referência, circulando entre as elites. Estas suas eminentes relações ter-lhe-ão valido o convite para o cargo de deputada, que lhe terá sido endereçado pelo médico e também deputado José dos Santos Bessa (1905-1991)⁽¹⁰⁾.

Assim, no ano de 1945, Virgínia Gersão foi eleita deputada pelo círculo de Lisboa, com um total de 107 549 votos (Assembleia Nacional, 1947, p. 30), não se verificando uma grande discrepância relativamente aos votos obtidos pelos seus pares masculinos. Se atentarmos, por exemplo, na votação obtida pelo deputado Mário de Figueiredo⁽¹¹⁾, também candidato pelo círculo de Lisboa, constatamos que este obteve uma votação inferior, com um total de 107 499 votos (Assembleia Nacional, 1947, p. 30). Na mesma legislatura, foi eleita apenas outra mulher, Maria Luísa de Saldanha da Gama van Zeller⁽¹²⁾ (1906-1983), com um total de 107 373 votos (Assembleia Nacional, 1947, p. 30)⁽¹³⁾.

Em termos etários, Virgínia Gersão ingressou na Assembleia numa fase da sua vida de bastante maturidade, pois já tinha 49 anos, ao passo que, por exemplo, a sua colega de legislatura tinha apenas 32 anos. Paralelamente, destaca-se ainda o facto de ser solteira, tal como a maioria das outras deputadas, o que de certa forma era contraditório, tendo em conta o tipo de mulher idealizado pelo Estado Novo: uma mulher casada e dedicada à sua família.

Virgínia Faria Gersão integrou a Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais, tendo sido eleita com 85 votos (Gersão, 1946a, p. 663). Note-se que esta deputada foi uma das

-
10. José dos Santos Bessa permaneceu na Assembleia Nacional desde a IV Legislatura (entrou ao mesmo tempo que Virgínia Gersão) até ao final do Estado Novo.
 11. Mário de Figueiredo foi Presidente da Assembleia Nacional a partir de 1961, sendo considerado um dos membros mais próximos de Salazar, com quem mantinha relação de amizade desde os tempos de infância no Seminário de Viseu. Este deputado também fazia parte das relações de Virgínia Gersão, havendo registo de troca de correspondência entre ambos.
 12. Maria Luísa de Saldanha da Gama van Zeller licenciou-se em Medicina em 1932, exercendo a profissão de médica e dirigente em várias instituições de saúde. Foi bastante ativa, integrando e dirigindo várias associações femininas da época, como por exemplo a Liga da Ação Católica Feminina. Enquanto deputada, foi eleita durante três legislaturas (1938-1949) e referiu-se, “em muitas das suas intervenções parlamentares, aos problemas mais prementes das mulheres do seu tempo, assumindo-se, por vezes, como sua ‘representante’” (Souza, 2005c, p. 724).
 13. Note-se que, nesta altura, era frequente o cenário de fraude eleitoral, como nos documenta Rosas (2008, p. 90) a propósito das eleições realizadas em 1945.

responsáveis pela proposta de alteração do nome desta Comissão, que inicialmente se chamava “Educação Nacional e Cultura Popular” (Gersão, 1945, p. 42).

A integração de Gersão nesta comissão faz todo o sentido, tendo em conta a sua atividade profissional e a sua forte dedicação à causa da educação. Na verdade, um dos seus maiores desejos era colaborar numa grande reforma do sistema de ensino, como a própria assume nas primeiras palavras que dirige ao Presidente da Assembleia Nacional:

Sr. Presidente: eu esperava que os problemas da instrução e educação fossem abordados nesta Câmara para pedir a honra de me ser concedida a palavra. [...] levava-me apenas o desejo de colaborar nessa obra formidável, que tem sido o ideal de toda a minha vida – e de tal modo que se me afigura, pela sua importância, a primeira de todas. (Gersão, 1946b, p. 780)

Neste sentido, percebe-se que a maioria das suas intervenções parlamentares durante a IV Legislatura versasse sobretudo sobre a temática do ensino.

1. TEMAS ABORDADOS PELA DEPUTADA NAS SUAS INTERVENÇÕES PARLAMENTARES

Para além dos vários discursos parlamentares dedicados ao ensino, o outro assunto em destaque foi a causa dos tuberculosos, a que Virgínia Gersão se entregou com grande dedicação e espírito solidário⁽¹⁴⁾.

Para uma perceção mais rigorosa das suas intervenções na Assembleia Nacional, apresenta-se, de seguida, uma síntese das mesmas:

– na 1.^a sessão legislativa (1945-1946), debruçou-se sobre o problema das circunstâncias materiais dos funcionários públicos tuberculosos;

14. Outro deputado com um importante papel no combate à tuberculose foi precisamente o seu amigo José dos Santos Bessa, que foi o responsável pela introdução da vacina gratuita contra a tuberculose para as crianças.

- na 2.^a sessão legislativa (1946-1947), discutiu a proposta de lei de reorganização do ensino técnico profissional e defendeu a causa dos tuberculosos pobres;
- na 3.^a sessão legislativa (1947-1948), referiu-se à reforma do ensino liceal;
- na 4.^a sessão legislativa (1948-1949), falou sobre o problema da instrução, destacando o excessivo esforço exigido aos alunos, e discutiu a proposta de lei relativa ao ensino particular (Castilho, 2009, p. 139).

Seguidamente, destacaremos as ideias essenciais presentes nos discursos que proferiu na Assembleia relativamente à causa dos tuberculosos e ao ensino.

1.1. A causa dos tuberculosos

Um dos temas abordados por Virgínia Gersão na Assembleia Nacional foi, como referido, o tema dos tuberculosos. Como salienta Almeida (2017, p. 664), “em Portugal, a mortalidade por tuberculose pulmonar, durante o Salazarismo, foi sempre muito elevada, crescendo durante a década de quarenta”. Nos seus discursos, a deputada abordou os problemas da sanatorização dos funcionários públicos tuberculosos, assim como dos tuberculosos pobres. Relativamente ao primeiro, Virgínia Gersão analisou-o na sessão legislativa de 1 de março de 1946, denunciando a situação penosa em que viviam estes doentes e propondo medidas por forma a minimizar as suas dificuldades. Seguem-se as sugestões apresentadas pela deputada:

- 1.º De que o período destinado à cura do funcionário pobre possa ultrapassar os quatro anos nos casos em que isso seja absolutamente necessário;
- 2.º De que os seus vencimentos sejam pagos sem atraso, como os de qualquer outro funcionário ao serviço; e, finalmente,
- 3.º De que, enquanto a reforma da Assistência Nacional aos Tuberculosos não for um facto, se dispensem, para efeitos de concurso, as disposições do

artigo 1.º do decreto-lei n.º 33:549, visto acarretarem uma despesa que inibe a assistência de socorrer muitos infelizes. (Gersão, 1946b, p. 782)

Na sequência deste discurso na Assembleia Nacional, Virgínia Gersão foi muito aplaudida quer interna quer externamente, e prova disso são os numerosos telegramas e comunicações que recebeu a felicitá-la e a agradecer-lhe pela dedicação que imprimiu à causa destes doentes. No arquivo do Parlamento, pode encontrar-se um exemplar destes telegramas em que a deputada é muito louvada pela forma como abordou este tema:

Permitam vossas excelencias que levemos ao conhecimento dessa assembleia o nosso profundo reconhecimento pela maneira sobre e desinteressada como a excelentissima senhora doutora virginia gersao advogou a causa dos funcionarios civis tuberculosos que bem merecem a atençao dessa assembleia. (Telegrama n.º 2560, 16 de março de 1946)⁽¹⁵⁾

Na segunda sessão legislativa, embora não fosse seu intento voltar a esta questão, Virgínia Gersão abordou novamente o problema da tuberculose, desta feita para se debruçar particularmente sobre a questão dos tuberculosos pobres. Na verdade, o que impulsionou esta iniciativa foi o facto de ter sido interpelada por um jovem tuberculoso que lhe pediu que advogasse a sua causa, assim como de ter recebido numerosos telegramas, que iam desde simples agradecimentos a queixas ou a súplicas acompanhadas de relatos dramáticos.

Perante a impossibilidade de o erário público suportar todos os custos inerentes ao tratamento desta doença, a deputada sugeriu que todos colaborassem individualmente à medida das suas possibilidades em obras de voluntariado e propôs que se realizassem festas educativas abertas ao público, à semelhança do que a própria fazia no seu liceu em Coimbra, sendo que os lucros reverteriam para esta causa. Pela sua parte, disponibilizou as suas peças teatrais para serem encenadas em diferentes locais, angariando dinheiro que seria usado nestas obras de beneficência. Como a própria refere:

15. Manteve-se na transcrição do presente telegrama o texto de acordo com o original.

Gostava tanto de que o Estado me autorizasse a realizá-las em Lisboa e de encontrar, da parte das Ex.^{mas} reitoras e colegas dos liceus femininos, essa comunhão de ideais que nos leva a uma colaboração desinteressada e sincera, sem emulações mesquinhas, num verdadeiro sentimento de arte e caridade cristã!... [...]

Ponho este alvitre, num preito de homenagem, nas mãos de S. Ex.^{as} os Ministros da Educação Nacional e do Interior, e toda a minha boa vontade, o meu trabalho, a minha alma, na dos tuberculosos pobres. (Gersão, 1947b, p. 1001)

1.2. A causa do ensino

O assunto que despertou mais interesse à deputada Virgínia Gersão e mereceu a sua maior dedicação foi a causa do ensino. Na Assembleia, refletiu sobre o problema da instrução em geral, nomeadamente a reorganização do ensino técnico profissional e a reforma do ensino liceal, assim como sobre a proposta de lei relativa ao ensino particular.

Para a deputada, a instrução era a base de toda a sociedade, constituindo-se como a solução para resolver os mais variados problemas que nela se encontravam. Um dos flagelos que mais afetava o país na época, como a própria refere, era a elevada taxa de analfabetismo, que atingia mais de 50% da população, colocando, “de uma forma clara, Portugal entre os países menos escolarizados e alfabetizados do mundo ocidental da altura” (Candeias & Simões, 1999, p. 166). Na verdade, esta realidade interessava ao regime ditatorial, que considerava vantajoso proporcionar à criança apenas noções elementares, como saber ler, escrever e contar, reduzindo, assim, a possibilidade de contestação às ideias do regime. Como salienta Nóvoa (1997, p. 177), “o Estado Novo concede uma grande importância às questões educativas e define, desde o início, políticas que investem a escola como espaço privilegiado de doutrinação e de integração social”.

Por outro lado, estes valores do analfabetismo também se devem ao número insuficiente de escolas primárias e à falta de condições nas escolas existentes, como Virgínia Gersão (1947a) denuncia:

É certo que há muitas de construção moderna; mas, em geral, aproveitam-se para salas de aula divisões horríveis, sem condições de higiene, de iluminação

e ventilação; as crianças, no inverno, sem aquecimento algum, tiritam de frio; chegam às vezes molhadas e enxugam no corpo as suas roupinhas pobres.

É este o triste panorama da maior parte das nossas escolas. (p. 446)

Perante estes constrangimentos, o rendimento das crianças teria de ficar aquém do desejado, pois não lhes eram asseguradas as condições mínimas necessárias para se poderem concentrar e retirar aproveitamento dos ensinamentos do professor. Dada a importância que as condições dos estabelecimentos de ensino tinham para o processo de ensino e aprendizagem, nesta época ganharam força as discussões em torno dos edifícios escolares. Como salientam Nóvoa e Bandeira (2005),

No decurso do século XX, eles adquirem uma enorme visibilidade pública, ocupando um lugar de primeiro plano na geografia do país, mas também no imaginário individual e colectivo. Para além das suas funções internas, a casa da escola delimita um território de poder e de expectativas: o futuro de muitas crianças joga-se no interior destas paredes mais ou menos majestosas. (p. [47])

Outro problema a que Virgínia Gersão alude é a falta de preparação dos professores primários que se formam na época. Constata que, apesar de se estudar mais, a qualidade da formação é notoriamente inferior à da sua altura, discordando absolutamente das práticas adotadas na formação de professores. No seu tempo, para se aceder a estas escolas, era necessário fazer um exame de admissão, de nível equivalente ao do 3.º ano do liceu. Por outro lado, o curso tinha a duração de três anos e regia-se por práticas pedagógicas muito rigorosas; ao passo que, na época em que a deputada profere este discurso, o curso tem a duração de apenas dois anos e o nível de exigência é inferior.

A este propósito, recorde-se que, se durante a I República se investiu na formação dos professores com a criação das Escolas Normais Primárias e das Escolas Normais Superiores, o novo regime propôs-se “acabar com a preparação pedagógica e científica dos professores de quem muito pouco agora se viria a exigir para a execução da doutrina do ler, escrever e contar” (Carvalho, 2008, p. 732).

Assim, na opinião de Virgínia Gersão, era fundamental inverter este quadro e investir na formação dos professores, sem os quais não seria possível garantir a qualidade do ensino.

Do mesmo modo, era importante ter o cuidado de ajustar os programas ao contexto educativo, por forma a evitar os constrangimentos variados que daí podiam advir, como o insucesso escolar e a desmotivação dos alunos. Como a própria refere, não pode ocorrer nenhuma reforma “sem o concurso de duas condições fundamentais: a primeira é a rigorosa escolha do pessoal docente, capaz de fazer da sua carreira um sacerdócio e não só um ganha-pão; a segunda reside essencialmente na organização e adaptação dos programas” (Gersão, 1947a, p. 447).

Este segundo aspeto foi bastante debatido pela deputada, que considerava os programas pouco adequados às necessidades dos alunos. Nas escolas, professores e alunos confrontavam-se com programas demasiado extensos, que não respeitavam a necessidade de uma progressão gradual, do mais simples para o complexo: “Não os acho adequados à idade dos alunos nem vejo que se parta, como o exige rigorosamente o primeiro princípio da verdadeira pedagogia, do mais simples para o mais complexo, do geral para o especial” (Gersão, 1947a, p. 448).

Por outro lado, havia um recurso excessivo à memorização de conhecimentos, muitas vezes inúteis, não contemplando as especificidades de cada faixa etária da criança. Esta ideia de Virgínia Gersão está claramente alinhada com o ideário da Escola Nova, que estabelece como um dos princípios básicos o seguinte: “Em relação à educação intelectual, a Escola nova procura abrir a mente para uma *cultura geral* do espírito e não para uma acumulação de conhecimentos memorizados” (Ferrière, 2015, p. 12).

Esta elevada exigência de que Gersão dava conta implicava uma dedicação quase sobre-humana por parte do aluno, não lhe restando tempo livre para brincar, para poder ser criança. A deputada alertou também para o sentimento de aflição dos próprios pais que acompanhavam impotentes o processo de esgotamento dos filhos, com claros danos para a sua saúde. Na sua opinião, o sistema vigente tratava a criança como um adulto, não seguindo os princípios de renovação pedagógica da Escola Nova, caracterizados pela defesa de uma escola ativa e preocupada com a individualidade do aluno. Na verdade, a política educacional do Estado Novo não se identificava com estes valores e assentava fortemente na violência e na repressão.

Para o Regime, “tornava-se imperioso destruir o chamado movimento da ‘Escola Nova’, que teorizava sobre os processos activos e interessantes de aprendizagem, argumentando que tudo isso não passava de frutos da democracia e do livre-pensamento” (Mónica, 1978, p. 308).

As palavras da deputada deixam transparecer a sua preocupação constante em colocar a criança e as suas necessidades no centro do processo educativo: “o que eu queria – e não me canso de o dizer – é que a criança tivesse tempo para ser criança, que o ensino fosse adequado às necessidades de cada época da sua vida, que tivesse horas livres para correr e pular” (Gersão, 1948, p. 34).

Todas as suas intervenções acerca da educação denotam uma consciência da realidade do ensino e dos seus problemas, focada na criança e nos seus interesses, tendo Virgínia Gersão sido a deputada que mais interveio no panorama da educação (Braga, 2014, p. 18).

2. O FIM DAS FUNÇÕES DE DEPUTADA

No final de cada legislatura, diversas entidades, como o Presidente da Assembleia Nacional ou a Comissão Executiva da União Nacional, enviavam a Salazar propostas de listas para a constituição da nova legislatura. Apesar das sugestões apresentadas pelas várias personalidades, todos tinham consciência de que “a inclusão ou exclusão das listas em preparação depende de Salazar, que conduz pessoalmente todo o processo” (Castilho, 2007, p. 233).

No caso específico da V Legislatura, nas listas elaboradas por Albino Soares Pinto dos Reis (1888-1983) e enviadas a Salazar, o nome de Virgínia Gersão surge como um dos que poderiam ser substituídos⁽¹⁶⁾, apesar do seu enorme interesse e dedicação à causa do ensino, reconhecidos pelo Presidente da Assembleia Nacional, como se pode comprovar na figura que se segue:

16. Apesar da indicação de que se poderia substituir, o discurso usado pelo presidente da Assembleia é diferente do usado para outros deputados, em que diz perentoriamente “Sem interesse parlamentar”.

Figura 4. Proposta de lista de deputados para a V Legislatura

Teotónio Machado Pires	Correio. Sem relevo parlamentar.	20 - Angra do Heroísmo			
✓ Ulisses Cruz de Aguiar Cortês		11 - Lisboa			
✗ D. Virgínia Faria Gersão	Poderia ser substituída, não obstante o seu interesse pelas coisas do ensino]	11 - Lisboa			

Fonte: Reis (1949)

[? n Teotónio Machado Pires Correcto. Sem relevo parlamentar.

Ulisses Cruz de Aguiar Cortês

✗ n D. Virgínia Faria Gersão Poderia ser substituída, não obstante o seu interesse pelas coisas do ensino]

(Transcrição nossa)

A continuidade de Virgínia Gersão como deputada terá sido posta em causa pelo facto de esta não silenciar os aspetos com os quais discordava. Na verdade, a sua condição feminina não a impediu de expressar a opinião, criticando situações ou propostas que considerava desadequadas ou erradas. Por vezes, assumiu até um tom duro, como podemos ver na intervenção que se segue em que discute a proposta de lei que reorganiza o ensino técnico-profissional:

Pois bem: analisando a proposta do Governo e o parecer da Câmara Corporativa, tive também impressão de que se não tratava de nada extraordinário e parecia-me impossível que pessoas inteligentes, encarregadas há tantos anos de uma reforma destas, tivessem produzido tão pouco. (Gersão, 1947a, p. 444)

O momento que terá gerado maior desagrado em relação à sua posição crítica foi a forma como denunciou alguns aspetos da reforma do ensino liceal do ministro da Educação Nacional, Fernando Andrade Pires de Lima (1906-1970). Na sua opinião, era necessário remediar urgentemente alguns aspetos que considerava graves, nomeadamente o tempo excessivo que as crianças passavam na escola, a extensão exagerada dos programas e a falta de adaptação dos mesmos aos alunos, o elevado grau de exigência a que se submetia a criança, entre outros.

Em suma, independentemente das razões que terão estado na base da sua eliminação das listas de deputados, o facto é que a participação de Virgínia Gersão na Assembleia Nacional se circunscreveu apenas à IV

Legislatura. No entanto, as mulheres continuaram a ter lugar no hemiciclo, desta feita, na V Legislatura, pelas mãos da já experiente Maria Guardiola e da estreante Maria Leonor Correia Botelho⁽¹⁷⁾ (1915-1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À distância de quase um século, analisar o percurso de Virgínia Faria Gersão, que viveu num país muito tradicionalista e pouco aberto à mudança, permite-nos perceber que estamos perante uma figura detentora de um elevado nível cultural e que circulava entre as elites da época.

O facto de ter crescido numa família que valorizava a educação e na qual as mulheres tinham um papel ativo permitiu-lhe não só ter acesso a uma formação superior, mas também assumir-se enquanto mulher ativa com uma profissão e com participação social, cultural e política.

Nos vários contextos em que atuou, deixou a sua marca. No liceu, ao qual dedicou quase toda a sua vida, ficou gravado para sempre o seu nome e o seu contributo, sendo ainda hoje amplamente reconhecidos.

Na esfera política, teve o privilégio de ser uma das primeiras e poucas mulheres deputadas, num momento em que, em Portugal, se sentiam as amarras de um regime autoritário, que reservava à mulher o lugar doméstico e de responsável pelo cuidado do lar.

Neste mundo marcadamente masculino, a sua voz fez-se ouvir maioritariamente em favor da educação, que pode ser considerada a sua bandeira de luta. Influenciada pelo ideário pedagógico da época, pugnou por uma escola mais adequada às necessidades da criança e que a valorizasse enquanto tal. Em seu entender, o sucesso e a felicidade de qualquer nação civilizada passariam sempre pelo acesso à educação, como nos ilustram as suas sábias palavras: “o povo precisava de ser educado para ser mais feliz” (Gersão, 1946b, p. 781).

17. Maria Leonor Correia Botelho concluiu o curso de assistente social com distinção, em 1939. Colaborou ativamente em diversas organizações, tais como a OMEN, o Instituto de Serviço Social, o Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, o Instituto de Assistência à Família, entre outros. Foi deputada à Assembleia Nacional durante a V e a VI legislaturas. “A sua actividade parlamentar caracterizou-se pela lucidez e coragem com que ousou chamar a atenção para situações sociais que considerava profundamente injustas e que exigiam correção” (Souza, 2005b, p. 716).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adão, Á., & Remédios, M. J. (2005). A narratividade educativa na 1.^a fase da governação de Oliveira Salazar: A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945) [Educational narrativity in the first period of Oliveira Salazar's government: Women's voices in the Portuguese National Assembly (1935-1945)]. *Revista Lusófona de Educação*, (5), 85-109.
- Almeida, A. da S. (2017). *A saúde no Estado Novo de Salazar (1933-1968): Políticas, sistemas e estruturas* [Health in Salazar's Estado Novo (1933-1968): Policies, systems and structures]. Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras.
- Assembleia Nacional (1945-1949). *Boletim biográfico dos senhores deputados: Quarta legislatura. 1945-1949* [Biographical bulletin of the members of parliament: Fourth legislature. 1945-1949]. Assembleia Nacional.
- Assembleia Nacional (1947). *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (IV Legislatura). 1. Sessão Legislativa. 1945-1946* [Proceedings of the National Assembly and the Corporate Chamber (IV Legislature). 1st Legislative Session. 1945-1946]. Imprensa Nacional de Lisboa.
- Braga, P. D. (jan./jun. 2014). A educação em debate na Assembléia Nacional portuguesa: O contributo das mulheres deputadas (1945-1957) [Education in debate in the Portuguese National Assembly: The contribution of women MPs (1945-1957)]. *Caderno Espaço Feminino – Uberlândia-MG*, 27, (1), 1-23.
- Candeias, A., & Simões, E. (1999). Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos nacionais e estudos de caso [Literacy and education in Portugal in the 20th century: National censuses and case studies]. *Análise Psicológica*, 1 (XVII), 163-194.
- Carvalho, R. (2008). *História do ensino em Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano* [History of education in Portugal: From the foundation of nationality to the end of the Salazar-Caetano regime] (4.^a edição). Fundação Calouste-Gulbenkian.
- Castelo, C. (2003). Gersão, Virgínia Faria. In A. Nóvoa (Dir.). *Dicionário de educadores portugueses* (pp. 625-626). Edições Asa.
- Castilho, J. M. T. (2007). *A Assembleia Nacional (1934-1974)* [The National Assembly (1934-1974)]. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Castilho, J. M. T. (2009). Gersão, Virgínia Faria. In *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)* [The Members of the National Assembly (1935-1974)]. http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/deputados_g.html

- Coelho, S., & Fontes, S. (2018). The role of women in the history of Portuguese grammar in the early 20th century. *Dossiers d'HEL, SHESL Aspects historiques des grammaires portugaises et brésiliennes* (12), 88-99.
- Coelho, S., & Fontes, S. (2019). A gramática das criancinhas: Um projeto inovador da educadora portuguesa Virgínia Gersão [A gramática das criancinhas: An innovative project of the Portuguese educator Virgínia Gersão]. *Revista História da Educação* (23), 1-23. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/87497>
- Coelho, S., & Fontes, S. (2021). Virgínia Faria Gersão (1896-1974): A Portuguese teacher, grammarian and member of the National Assembly. *ARENAL. Revista de Historia de las Mujeres*, 28, (2), 503-522.
- Ferrière, A. (2015). Prefácio [Foreword]. In A. F. de Vasconcelos, *Uma escola nova na Bélgica* (pp. 7-20). UA Editora.
- Gersão, V. F. (1945, dezembro 6). *Diário das sessões* [Sessional Diary], 5, p. 42.
- Gersão, V. F. (1946, março 1). *Diário das sessões* [Sessional Diary], 39, p. 663.
- Gersão, V. F. (1946, março 14). *Diário das sessões* [Sessional Diary], 46, pp. 780-782.
- Gersão, V. F. (1947, fevereiro 1). *Diário das sessões* [Sessional Diary], 82, pp. 444-448.
- Gersão, V. F. (1947, março 24). *Diário das sessões* [Sessional Diary], 111, p. 1001.
- Gersão, V. F. (1948, dezembro 11). *Diário das sessões* [Sessional Diary], 161, p. 34.
- Massa, V., & Almeida, R. N. (2016). Um longo caminho: Uma análise da participação política feminina no Portugal democrático [A long road: An analysis of women's political participation in democratic Portugal]. *IS Working Papers*, 25, (3.ª Série) 1-32.
- Mónica, M. F. (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar* [Education and society in Salazar's Portugal]. Editorial Presença.
- Nóvoa, A. (1997). A "Educação Nacional" (1930-1974): Análise histórica e historiográfica [The "National Education" (1930-1974): Historical and historiographical analysis]. In A. Escolano Benito & R. Fernandes (Coord.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975): Actas del II encuentro ibérico de historia de la educación* (pp. 175-203). Soc. Esp. de Historia de la Educación.
- Nóvoa, A., & Bandeira, F. (2005). *Evidentemente: Histórias da educação* [Evidently: Histories of education]. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4810/1/9789724142142.pdf>
- Pereira, S. M. (2005). Maria Baptista dos Santos Guardioli. In Z. O. de Castro & J. Esteves (Dir.), A. F. de Sousa, I. S. de Abreu & M. E. Stone (Coord.). *Dicionário no feminino (Séculos XIX-XX)* (pp. 593-599). Livros Horizonte.
- Pessoa, A. M. (2003). Namorado e Silva Rosa, Maria Lúcia Vassalo. In A. Nóvoa (Dir.), *Dicionário de educadores portugueses* (pp. 971-972). Edições Asa.

- Pimentel, I. F., & Esteves, J. (2003). Carvalho, Domitila Hormizinda Miranda de. In A. Nóvoa (Dir.), *Dicionário de educadores portugueses* (pp. 292-293). Edições Asa.
- Pinheiro, J. E. M. (2004). *Textos dispersos sobre educação e cultura* [Scattered texts on education and culture]. Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Reis, J. A. (1942). Critérios de orientação para a constituição da Assembleia Nacional que há-de funcionar desde Novembro de 1942 a Novembro de 1946 [Criteria for the constitution of the National Assembly which is to function from November 1942 to November 1946]. In *Arquivo Oliveira Salazar* (A.O.S.), Correspondência Oficial (C.O.), Presidência do Conselho (P.C.), 17A, pasta 1, p. 9). Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Reis, A. S. P. dos (1949). Proposta de Comissão Executiva à Comissão Central, das candidaturas a deputados no acto eleitoral de Novembro de 1949 [Proposal of the Executive Committee to the Central Commission, of the candidatures for deputies in the electoral act of November 1949]. In *Arquivo Oliveira Salazar* (A.O.S.), Correspondência Oficial (C.O.), Presidência do Conselho (P.C.), 4C, pasta 15). Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Rosas, F. (2008). O Estado Novo (1926-1974) [The Estado Novo (1926-1974)]. In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal*. Volume XIV. Círculo de Leitores.
- Seabra, M. J. (2003). Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra [Liceu Infanta D. Maria, in Coimbra]. In A. Nóvoa & A. T. Santa-Clara (Coord.). *“Liceus de Portugal”: Histórias, arquivos, memórias* (pp. 203-221). Edições Asa.
- Souza, M. R. de (1986). As primeiras deputadas portuguesas [The first female members of the Portuguese parliament]. In *A mulher na sociedade portuguesa: Actas do colóquio*, Vol. II (pp. 427-444). Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social.
- Souza, M. R. de (2005a). Maria Cândida Bragança Parreira. In Z. O. de Castro & J. Esteves (Dir.), A. F. de Sousa, I. S. de Abreu & M. E. Stone (Coord.). *Dicionário no feminino (Séculos XIX-XX)* (pp. 601-602). Livros Horizonte.
- Souza, M. R. de (2005b). Maria Leonor Correia Botelho. In Z. O. de Castro & J. Esteves (Dir.), A. F. de Sousa, I. S. de Abreu & M. E. Stone (Coord.). *Dicionário no feminino (século XIX-XX)* (pp. 715-717). Livros Horizonte.
- Souza, M. R. de (2005c). Maria Luísa Saldanha da Gama Van Zeller. In Z. O. de Castro & J. Esteves (Dir.), A. F. de Sousa, I. S. de Abreu & M. E. Stone (Coord.). *Dicionário no feminino (século XIX-XX)* (pp. 724-727). Livros Horizonte.

- Souza, M. R. de (2005d). Virgínia Faria Gersão. In Z. O. de Castro & J. Esteves (Dir.), A. F. de Sousa, I. S. de Abreu & M. E. Stone (Coord.). *Dicionário no feminino (século XIX-XX)* (pp. 886-888). Livros Horizonte.
- Souza, M. R. de (2013). *A concessão do voto às portuguesas: Breve apontamento* [The concession of the vote to Portuguese women: A brief note]. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Telegrama n.º 2560. 16 de março de 1946. Telegrama enviado aos Excelentíssimos Senhores Presidente e Deputados da Assembleia Nacional [Telegram sent to the Honorable President and Members of Parliament of the National Assembly]. In *Processo n.º 120/DP/Caixa 52.ª*, N.º 17. Arquivo da Assembleia Nacional.
- Vargas, A. (2000). Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974) [Women in the National Assembly (1933/1974)]. *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, 6, 43-62.

Data de submissão/ Submission date: 03/03/2021

Data de aprovação/ Approval date: 03/01/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Frankenstein ou a monstruosidade como prática feminista e subjetividade *queer*

MIGUEL ÂNGELO BAPTISTA*

Resumo: A análise do romance *Frankenstein, or the modern Prometheus* procurou ressignificar a figura do monstro, subvertendo o conceito da abjeção que estrutura o texto narrativo. O processo de subjetivação da personagem permite-lhe tomar consciência de si mesma, enunciando o «eu» ontológico, ato que atesta a sua emancipação como corpo-potência e sujeito *queer*, face à hostilidade humana. A fim de se estabelecer uma leitura em prol da personagem literária, tentou-se evidenciar certos aspetos textuais que confirmam a benevolência do sujeito despersonalizado, revelando o seu desejo de aceitação.

Palavras-chave: feminismo, literatura gótica, intertextualidade, subjetividade *queer*.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/fvpd-kkdq>

* <https://orcid.org/0000-0001-8570-2025>

Mestrando, Curso de Mestrado em Edição de Texto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

bap.arcanjo@gmail.com

Frankenstein or monstrosity as feminist practice and queer subjectivity.

The analysis of the novel Frankenstein, or the modern Prometheus sought to re-signify the figure of the monster, subverting the concept of abjection that structures the narrative text. The process of subjectivation of the character allows it to become aware of itself, enunciating the ontological self, act that testifies its emancipation as a body of potency and as a queer subject, in the face of human hostility. In order to provide a reading in favour of the literary character, certain textual aspects that confirm the benevolence of the depersonalised subject have been highlighted, revealing its desire for acceptance.

Keywords: feminism, gothic literature, intertextuality, queer subjectivity.

INTRODUÇÃO

O presente estudo centra-se na análise do romance gótico *Frankenstein, or the modern Prometheus*, cuja problematização se ensaia a partir de três perspetivas: crítica feminista, psicanalítica e, por fim, *queer*. Os argumentos a considerar dividem-se, portanto, em três abordagens teóricas, o que permite uma leitura polissémica no que diz respeito ao *topos* literário da obra. Após o desenvolvimento do enunciado, espera-se que cada leitor(a) consiga (re)ler o romance através de um olhar feminista e *queer*. A ficção do monstro contém uma leitura política, pois o sujeito subalterno (a criatura sem nome) considera, a título de exemplo, aspetos como a classe social, o género, a sexualidade ou, até, a deficiência física e mental na sua constituição ontológica.

O livro foi impresso em três volumes (com uma tiragem de 500 exemplares), em 1818, e recebeu logo críticas muito variadas, dado que continha elementos que atentavam contra a moral vitoriana e os valores cristãos da sociedade inglesa do século XIX. Além disso, o romance foi publicado sob anonimato, prática bastante comum entre várias escritoras, cujas obras literárias eram frequentemente editadas com um pseudónimo masculino ou anonimamente. Como Virginia Woolf viria a escrever mais tarde: «Anon, who wrote so many poems without signing them, was often a woman» (Woolf, 2016, p. 48). Em todo o caso, Mary Shelley conseguiu entrar no cânone literário inglês, admissão que começou a permitir a presença de mulheres na literatura canónica, sobretudo enquanto figuras autorais num

espaço predominantemente masculino. Os motivos que justificam a ocultação do nome da escritora na primeira edição do romance têm que ver com a desigualdade de tratamento entre géneros na consideração de obras literárias. Ora, é nas palavras de Charlotte Brontë que a resposta à questão da omissão do nome é esclarecida: «I wish all reviewers believed 'Currer Bell' [o seu pseudónimo masculino] to be a man; they would be more just to him. You will, I know, keep measuring me by some standard of what you deem becoming to my sex» (Gary, 1936, p. 527).

A sociedade inglesa oitocentista, assim como outras culturas ocidentais do mesmo período, não assentia ver as mulheres como sujeitos financeiramente independentes, autónomas de figuras masculinas. As expectativas eram fundadas no confinamento da mulher, sobretudo se esta pertencesse a um estrato social médio. Isto não significa que as mulheres das camadas sociais baixas não fossem também vítimas do patriarcado. As suas funções eram regidas pelo matrimónio e pela subsequente administração do espaço doméstico a que eram sujeitas. Para além de esposas, preocupavam-se também com a sua condição de mães e filhas, garantindo assim uma sucessão, que legava às gerações posteriores um estatuto social, herdeiras de costumes androcêntricos (Gleadle, 2001).

A intenção deste estudo é a de evidenciar uma leitura bastante ausente, particularmente no imaginário coletivo, do monstro de Frankenstein. A personagem, frequentemente mal-entendida, é pois vítima de uma tresleitura, isto é, uma interpretação descuidada que procura defini-la, sem entender as especificidades da criatura. Além disso, a paisagem, manifestamente gótica, é construída a partir de condições meteorológicas hostis, um ambiente lúgubre ou as gélidas montanhas, que compõem uma espécie de teatro do horror, apelando assim à alienação e ao medo alheio. Eis um exemplo da atmosfera sombria: «Darkness had no effect upon my fancy; and a church-yard was to me merely the receptacle of bodies deprived of life, which, from being the seat of beauty and strength, had become food for the worm. Now I was led to examine the cause and progress of this decay, and forced to spend days and nights in vaults and charnel houses» (Shelley, 2018, p. 40).

Todavia, é bastante curioso observar as representações que se têm feito do monstro na cultura popular. Este não só foi desvirtuado no cinema norte-americano, como ainda é incompreendido pelo público de hoje (comparem-se respetivamente as adaptações cinematográficas, ambas

intituladas *Frankenstein*, de 1910 e 1931, e considere-se a primazia de Victor Frankenstein sobre a criatura, cuja existência é insignificante). A versão de James Whale foi, com efeito, a adaptação que ajudou a criar o mito do monstro. Ora, por que motivo prevalece a repulsa pela criatura e não a sua aceitação? O que escapou? Um dos aspetos que pode ajudar a refletir sobre esta problemática é o da (a)moralidade: é importante recordar que, embora a criatura tenha nascido num corpo adulto, falta-lhe o desenvolvimento afetivo e moral, necessário no processo de formação identitária das crianças. Portanto, é o abandono e a negligência que levam a criatura, desprovida de estímulos psicossociais, a cometer os atos de vingança. O monstro nunca foi senão vítima de um sistema político que não o reconheceu como pessoa e a articulação desta ideia está ancorada na sua imagem como sujeito *queer*: o seu corpo ininteligível não obedece à estética e ética da narrativa, acabando pois por ser considerado uma figura grotesca e anacrónica, em relação aos costumes e valores da sua época histórica.

Ora, a fundamentação teórica a que se recorreu para a análise do romance foi essencialmente construída a partir do pensamento de duas filósofas determinantes para a teoria feminista: Judith Butler e Simone de Beauvoir. A partir da desconstrução do significado de mulher, foi possível dissecar certas noções que, embora tidas como reais, não são mais do que artifícios que formam representações aparentemente verosímeis do corpo, da identidade e da sexualidade humana. Assim, procurou-se ler a performatividade da criatura abjeta e temível como exemplo da violência a que vários corpos são sujeitos: a mulher lésbica, negra e/ou trans, bem como tantas outras subjetividades *queer*, são percecionadas como monstros numa sociedade que nega a existência de tais identidades.

A ABJEÇÃO DO CORPO

A crítica literária feminista, sob uma perspetiva interseccional, é um exercício que coloca algumas das problematizações da tese em causa. De acordo com esta proposição teórica, o feminismo entende a mulher enquanto sujeito e, por extensão, as identidades sexuais, segundo as teorias *queer*. Isto significa que, ao tornar-se consciente de si mesmo, o sujeito passa a ser capaz de enunciar a sua realidade subjetiva, mesmo que a partir de um vocabulário finito.

Assim, o acesso à palavra não só se torna num ato político, como também legitima a realidade da pessoa falante: «centro-me numa figura que escreveu com o próprio corpo. É como se ela tivesse tentado “falar” além da morte, tornando o seu corpo grafemático» (Spivak, 2021, p. 17). Aludindo ao suicídio de uma mulher, Spivak lê assim a enunciação do sujeito subalterno, onde a morte funciona como modo de se fazer ouvir num regime capitalista e falogocêntrico⁽¹⁾, em que o sujeito colonial não tem voz.

O monstro, tal como a mulher do ensaio (Spivak, 2021), considera a morte uma espécie de agenciamento irrevogável, no qual as lógicas do poder masculino são interrompidas, procurando pois ser ouvido através do seu aniquilamento. A vindicação pela autonomia e emancipação do sujeito, quer este seja feminino ou *queer*, quer seja deficiente físico ou neurodivergente, permite-lhe a apreensão do seu corpo, tornando-se politicamente visível diante do outro. Se a subjetividade do monstro não for considerada, então não há lugar para si no mundo. Ora, é aqui que o sujeito se constrói, partindo assim em busca do que significa ser e ter um corpo. *Frankenstein* é, por excelência, um romance basilar para a conceção da crítica literária feminista, na medida em que o texto é passível de várias leituras, que vão ao encontro de algumas disciplinas académicas, como a dos estudos de género e *queer*, estudos pós-coloniais, ou ainda os mais recentes estudos sobre a deficiência.

A questão do género em relação à sua inscrição num corpo foi amplamente discutida em *O Segundo Sexo*, obra incontornável dos estudos de género. Beauvoir analisa extensamente o conceito do eu e do outro, embora refletindo, em primeira instância, no campo da filosofia, sobre o significado da mulher: «A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o não-essencial perante o essencial. O homem é o ser, o Absoluto; ela é o Outro» (Beauvoir, 2016, p. 16). A alteridade presente no eu e no outro, aqui evocada por Beauvoir, é desenvolvida na introdução do livro: «o sujeito só se põe opondo-se: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objecto» (Beauvoir, 2016, p. 17).

O dualismo do opressor/oprimido prefigura o texto literário: a criatura nasce num corpo medonho, mas são as instituições que a remetem para o lugar da monstruosidade. Logo, o sujeito constrói-se através de

1. Consultar verbete sobre falogocentrismo, em particular a segunda aceção do *E-Dicionário de Termos Literários* (Carlos Ceia: s.v. “falogocentrismo”, *E-Dicionário de Termos Literários* (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, < <https://edtl.fcsh.unl.pt/> >, consultado em 19-04-2022).

estruturas sociais pré-estabelecidas ao seu devir ôntico; ou seja, o olhar do outro regula biopoliticamente o corpo a partir de um complexo sistema, em que a vontade do eu pouco importa: «The point of the exercise [...] is to ask which types of power are promoted [...], affirmed by official discourse, and reiterated at the level of informal practices over and over again? Who tends to gain by receiving symbolic recognition as the “normal”, and who tends to lose out as the excluded “other” as a result?» (Smith, 2016, p. 967). Pode a criatura escapar à formulação estigmatizante que a desumaniza? Por mais que queira, não pode, visto que ela não é dona de si mesma e a sua existência está subordinada aos dispositivos de poder que Michel Foucault criticou (Foucault, 2019).

As relações de poder são cruciais para o entendimento do sujeito subalterno. A criatura, nunca nomeada, é exemplo dessa tensão. A *desumanização* é uma forma de dominação e esvaziamento do corpo colonizado, e, assim, noções existentes sobre humanidade ou inumanidade, percepções que anulam ontologicamente o monstro de Frankenstein, são elaboradas a partir do *logos*, construído à imagem do homem como arquétipo universal. Julia Kristeva analisa o abjeto na literatura como um conflito entre partes, diluindo pois as fronteiras entre eu/outro ou sujeito/objeto. A criatura, abjetamente grotesca, obriga o sujeito a confrontar-se com determinados tabus, como o da morte, visto que o seu corpo representa uma dicotomia: este existe entre a vida e a morte, forçando qualquer leitor(a) a deparar-se com o seu próprio fim. O aspeto cadavérico do monstro abjeto lembra portanto a mortalidade dos humanos: «The corpse, seen without God and outside of science, is the utmost of abjection. It is death infecting life. Abject. It is something rejected from which one does not part, from which one does not protect oneself as from an object» (Kristeva, 1982, p. 4).

O aniquilamento da subjetividade do outro foi engendrado com o objetivo de obliterar o sujeito, o que confirma a tese de Spivak, revelando não só a submissão não consentida do sujeito colonizado (leia-se aqui o monstro), como também a rasura do outro, o abjeto: «Até muito recentemente, o mais claro exemplo disponível dessa violência epistémica era o projecto orquestrado à distância, vasto e heterogéneo de constituir o sujeito colonial como o Outro» (Spivak, 2021, p. 53). Em paralelo, a dinâmica da relação entre pai e filho, isto é, o criador e a criatura por si gerada,

concretiza-se numa relação abusiva. O tratamento atroz a que a criatura sem nome é sujeita revela a dimensão perversa da violência física e mental, perpetrada pelas personagens do romance visado.

PERSPETIVA FEMINISTA

A crítica literária feminista estruturou-se sobre três correntes de pensamento: a perspetiva britânica, a francesa e a norte-americana. Estas foram, em traços gerais, as escolas que moldaram a teoria feminista no decorrer do século XX. Enquanto as feministas norte-americanas teorizavam sobre os padrões recorrentes da experiência feminina presente na literatura produzida por mulheres (veja-se o tema das obras literárias escritas por mulheres no contexto norte-americano: o espaço doméstico, os distúrbios mentais, a imagem do corpo da mulher, etc.), as feministas francesas questionavam antes o sistema linguístico, que produzia significado a partir de práticas discursivas, subsequentemente legitimando a objetificação da mulher e a sua redução a fetiche. As táticas das mulheres, subjugadas à falocracia institucionalizada, passavam por recorrer ao silêncio ou à muito citada *écriture féminine*. Por outro lado, as feministas britânicas criticavam as perspetivas anteriormente referidas, entendendo-as como abordagens essencialistas, pois não consideravam o capitalismo como a verdadeira causa da subalteridade das mulheres, vítimas de um regime económico que as oprimia. As relações sociais eram assim engendradas por um modelo economicista, que procurava remeter as mulheres para um lugar de inferioridade. As suas preocupações eram, pois, de cariz material, na medida em que a literatura, como instrumento de doutrinação, não só servia para fixar um discurso misógino, como para limitar o acesso das mulheres à palavra (Hoeveler, 2004).

Segundo Hoeveler, *Frankenstein* é um trabalho literário propenso a leituras várias, com perspetivas distintas entre si. Moers (1976) foi uma das primeiras críticas literárias que trabalhou sobre o romance a partir de uma leitura feminista: «Moers [...] recognize[s] that *Frankenstein* evolved out of Shelley's own tragic experience as a young, unwed mother of a baby who would live only a few weeks. [...] *Frankenstein* is a "birth myth" that reveals the "revulsion against newborn life [...]» (Hoeveler, 2004, p. 46). Para a autora, o romance permitiu que Mary Shelley manifestasse a sua culpa internalizada

por ter causado a morte da mãe, falecida dias depois do seu nascimento, e expurgasse a angústia sentida pela perda do seu próprio filho, vítima de um aborto. Esta interpretação lembra a importância da escrita para recuperar de um possível estado de melancolia. Knoepfelmacher (1979) foi outro crítico literário que analisou a obra, embora sob uma leitura psicanalítica. Para este autor, a abordagem psicobiográfica revela a relação conflituosa entre Mary Shelley e os seus progenitores: «*Frankenstein* resurrects and rearranges an adolescent's conflicting emotions about her relation both to the dead mother she idealized and mourned and to the living, 'sententious and authoritative' father-philosopher she admired and deeply resented» (Hoeveler, 2004, p. 47).

Outras autoras, como Sandra M. Gilbert e Susan Gubar (1979), são referidas na discussão sobre o romance. Para elas, *Frankenstein* é um livro híbrido, que procura remendar as noções de literariedade e feminilidade, potenciando o seu lugar como espaço afetivo: «Gilbert and Gubar coin[ed] the term "bibliogenesis" to capture their sense of Shelley's "fantasy of sex and reading", that she brought herself to birth not through a human mother, but through the reading and consumption of books which "functioned as her surrogate parents"» (Hoeveler, 2004, p. 47). Esta é seguramente uma das mais curiosas abordagens, visto que assinala a importância da leitura para a construção da subjetividade da autora, sobretudo considerando a ausência dos pais. Poovey (1984) é também chamada para localizar a tensão entre sexualidade e textualidade implícita no romance: «[T]he narrative strategy of *Frankenstein*, like the symbolic presentation of the monster, enables Shelley to express and efface herself at the same time and thus, at least partially, to satisfy her conflicting desires for self-assertion and social acceptance» (Hoeveler, 2004, p. 48). O confronto entre perspetivas evidencia uma (re)leitura feminista do romance. De acordo com as análises referidas, é possível observar o seguinte em todas elas: *Frankenstein* não só reflete a interioridade psíquica de Mary Shelley, como ainda depende da capacidade de interpretação de cada leitor(a).

Não obstante, é conveniente recordar determinadas observações a propósito da mulher na literatura inglesa, ensaiadas por Virginia Woolf, no seu célebre ensaio *A Room of One's Own*. Não deixa de causar estranheza que o nome de Mary Shelley nunca seja referido no texto, havendo apenas sido evocado o do seu esposo, Percy Bysshe Shelley. Como pode a escritora de *Frankenstein* ter sido assim esquecida? Virginia Woolf, em diálogo

intertextual com outras escritoras inglesas que a precederam, propõe a figura da mulher como espelho, que reflete o ego do homem, situação análoga na relação entre Victor Frankenstein e a criatura: «Women have served all these centuries as looking-glasses possessing the magic and delicious power of reflecting the figure of man at twice its natural size» (Woolf, 2016, p. 35). O corpo sexuado surge aqui como uma espécie de cárcere, em que o sujeito, que procura expressar-se, não pode escapar ao gênero que lhe é socialmente designado, sujeitando-se a que a sua identidade seja colocada em causa: «she wrote as a woman, but as a woman who has forgotten that she is a woman, so that her pages were full of that curious sexual quality which comes only when sex is unconscious of itself» (Woolf, 2016, p. 90). Esta frase adequa-se perfeitamente à obra literária de Mary Shelley e encontramos-la no modo como *Frankenstein* foi escrito.

PERSPETIVA PSICANALÍTICA

A psicanálise, fundada por Sigmund Freud, foi objeto de estudo da crítica literária feminista. Houve uma vontade de (re)ler *Frankenstein* como uma ficção terapêutica, onde a escrita opera como processo de libertação. Deste modo, a autora pôde reparar os seus episódios traumáticos, revivendo-os através da *catarse*. A ressignificação da criatura em monstro permite que o protagonista, Victor Frankenstein, possa escapar ao papel do anti-herói, atribuindo esse lugar indesejado ao filho. Talvez seja possível entender o monstro como a manifestação do *id* em Victor Frankenstein/Mary Shelley, ou seja, a emersão dos seus desejos reprimidos, permitindo à autora resolver emocionalmente a morte da mãe. Considerando estas últimas palavras, atente-se no seguinte trecho:

Unable to endure the aspect of the being I had created, I rushed out of the room, and continued a long time traversing my bed-chamber, unable to compose my mind to sleep. [...] and I threw myself on the bed in my clothes, endeavouring to seek a few moments of forgetfulness. But it was in vain: I slept indeed, but I was disturbed by the wildest dreams. I thought I saw Elizabeth, in the bloom of health [...] her features appeared to change, and I thought that I held the corpse of my dead mother in my arms. (Shelley, 2018, p. 45)

O nascimento da criatura é também um dos símbolos presentes no enredo, pois testemunha a história da ambição prometeica de um homem que, ao cobiçar o fogo do Olimpo, é castigado por Zeus e exila-se da humanidade. Eis o mito da procura incessante de conhecimento que Victor Frankenstein tanto cobiçou, desejando encontrar a pedra filosofal. Mary Jacobus refere a importância da mãe para a construção psíquica da criatura: «A curious thread in the plot focuses not on the image of the hostile father (Frankenstein/God) but on that of the dead mother who comes to symbolize to the monster his loveless state. Literally unmothered, he fantasizes acceptance by a series of women but founders in imagined rebuffs and ends in violence» (Hoeveler, 2004, p. 49).

É necessário contextualizar alguns aspectos biográficos da autora, pois estes são elementos cruciais para a conjectura do seu quadro psicológico. Em 1797, Mary Wollstonecraft⁽²⁾ falece, dez dias após o nascimento da filha. William Godwin, o pai, responsabilizar-se-á pela educação intelectual de Mary Wollstonecraft Godwin (o apelido Shelley chegará, mais tarde, do casamento com Percy Bysshe Shelley), embora a tivesse negligenciado durante a sua infância. Em 1814, aos 17 anos de idade, Mary Godwin conhece Percy Bysshe Shelley, figura de proa do romantismo inglês, com quem casará após o suicídio da primeira esposa de Shelley no ano de 1816. Da relação nascem quatro crianças, mas apenas uma sobrevive. Percy Shelley afoga-se na sequência de um naufrágio durante uma tempestade.

Profundamente marcada pela perda da sua família biológica, Mary Shelley, sem sequer contar com a interrupção involuntária de uma gravidez, vê a morte levar-lhe Clara Shelley (1817-1818), William Shelley (1816-1819) e, por último, Percy Shelley (1792-1822). Mary Shelley regressa a Londres com o seu único filho, Percy Florence, e aí viverá como escritora até ao seu falecimento no ano de 1851. A autora de *Frankenstein* terá sido muito ligada à figura da mãe, aspecto que a atormenta e que é visível na sua escrita, bastando recordar o sonho da mãe morta (Shelley, 2018). Contudo, é na literatura que a escritora encontra algum apaziguamento e

2. Mary Wollstonecraft, mãe de Mary Shelley, foi uma escritora inglesa, que nasceu em 1759 e faleceu em 1797. A sua obra literária é diversa e foi decisiva para o que poderia ser denominado profeminismo, um conceito que precede o feminismo. A sua grande obra, *A Vindication of the Rights of Woman*, é uma referência incontornável para os estudos de género e para a filosofia. Além de produzir reflexões inovadoras acerca da mulher, Mary Wollstonecraft também discorreu profusamente sobre a educação das crianças.

reconciliação emocional, recordando a proposta de Gilbert e Gubar sobre leitura reparativa (Hoeveler, 2004).

Todavia, há outro ser mitológico que importa à perspectiva psicanalítica e que ecoa na figura do monstro de Frankenstein: Cronos, o deus do tempo, filho de Gaia e Úrano. Tal como Cronos, a criatura deseja «matar» o seu pai, ainda que sem a solicitação da mãe. O desejo de devorar o pai, em termos psicanalíticos, está relacionado com a sua incapacidade de amar o filho, levando-o a um estado de melancolia. A criatura pede afeto, compaixão e reconhecimento, procurando sempre o diálogo, mas é declaradamente rejeitado: «All men hate the wretched; how then must I be hated, who am miserable beyond all living things! Yet you, my creator, detest and spurn me, thy creature, to whom thou art bound ties only dissoluble by the annihilation of one of us» (Shelley, 2018, p. 90).

O excerto anterior é o primeiro diálogo entre Victor Frankenstein e a criatura, filha. Este episódio evoca o desejo de Mary Shelley de aprovação do seu pai e a tristeza sentida pela perda da sua mãe. Poder-se-á sugerir, no quadro de uma abordagem psicanalítica, que o monstro lhe permite reconfigurar o universo psíquico, devolvendo-lhe as figuras parentais. Ora leia-se:

Be calm! I entreat you to hear me, before you give vent to your hatred on my devoted head. Have I not suffered enough, that you seek to increase my misery? Life, although it may only be an accumulation of anguish, is dear to me, and I will defend it. [...] Oh, Frankenstein, be not equitable to every other, and trample upon me alone, to whom thy justice, and even thy clemency and affection, is most due. Remember, that I am thy creature: I ought to be thy Adam; but I am rather the fallen angel, whom thou drivest from joy for no misdeed. (Shelley, 2018, p. 90)

PERSPETIVA QUEER

A terceira e última análise textual tem em conta que a (des)construção do monstro, cujo corpo é lido como abjeto, apresenta estreitas semelhanças com as das subjetividades *queer*. O texto contém leituras bastante elucidativas para (re)pensar os significados do abjeto e do monstruoso: quando a criatura desamparada pede uma companheira ao seu criador, uma mulher fabricada

à sua imagem, este nega-lhe tal pedido. Deve destacar-se a importância deste episódio, já que o seu conteúdo explícito revela a repulsa pela sexualidade feminina: «she might become ten thousand times more malignant than her mate, and delight, for its own sake, in murder and wretchedness. [...] I thought [...] and, trembling with passion, tore to pieces the thing on which I was engaged» (Shelley, 2018, p. 160). O excerto aqui transcrito expõe as estruturas de poder existentes entre Victor Frankenstein e a criatura, como ainda a ideia estigmatizante de que o sujeito feminino é pior que o homólogo masculino, procurando agir de má-fé. Esta Eva do porvir, não concretizada, denuncia os valores heteropatriarcais que reproduzem desejos e identidades fixas:

The fact that Victor constructs the body and then, when contemplating the realities of sexuality, desire, and reproduction, rips that body apart, suggests that the female body is for Victor infinitely more threatening and “monstrous” than was the creature’s male body. [...] But Victor’s inability to allow the female creature to live is, for feminist critics, more than narcissism; it is another instance of the misogyny and fear of female sexuality that Shelley exposes and condemns. (Hoeveler, 2004, p. 52)

Susan Stryker, autora de uma análise transfeminista, reviu-se também na figura do monstro, aludindo à ostracização enquanto mulher trans e aos efeitos da reconstrução do seu corpo: «She also compares the reconstruction of her new female body to Victor’s assembly of the monster’s, noting that both operations bespeak the conservative attempt to stabilize gender in the service of heterosexism» (Hoeveler, 2004, p. 58). A cirurgia do monstro e dos corpos trans desmascara a vontade de patologizar e «taxonomizar» o polimorfismo das espécies pelas instituições médicas, ao serviço do Estado: «It was on a dreary night of November, that I beheld the accomplishment of my toils. With an anxiety that almost amounted to agony, I collected the instruments of life around me, that I might infuse a spark of being into the lifeless thing that lay at my feet» (Shelley, 2018, p. 45). Por fim, Judith Butler recorda que são os dispositivos de poder que definem sujeitos: «A crítica feminista deve compreender também como a categoria de “mulheres”, sujeito do feminismo, é produzida e confinada pelas próprias estruturas de poder que procuram a sua emancipação» (Butler, 2017, p. 56).

CONCLUSÃO

É justamente na ideia da abjeção que se encontra o *topos* literário do romance *Frankenstein*: o monstro, cujo aspeto perturba o olhar alheio, é sujeito à alienação pelas personagens ficcionais que sentem repulsa por ele. A sua condição ciborgue, isto é, um organismo híbrido que incorpora elementos tecnológicos e orgânicos, apavora qualquer pessoa que se aproxime da criatura, sentimento análogo na exclusão sistemática das minorias sexuais. A teoria feminista articula esta proposição, sublinhando o facto de que tornar-se sujeito é antes um processo histórico, inerente ao estabelecimento de estruturas sociais e anteriores à humanidade. Assim, o célebre aforismo de Beauvoir: «Ninguém nasce mulher: torna-se mulher» (Beauvoir, 2016, p. 13), sintetiza o princípio da artificialidade em sistemas binários como homem/mulher, branco/negro, ou qualquer outra dualidade que esteja dependente de constructos sociais. A monstrosidade é construída a partir de práticas discursivas que legitimam a leitura da criatura como uma aberração, um monstro, algo indecifrável que rompe semioticamente com as significações que lhe são atribuídas, ignorando por completo o seu carácter senciente.

Mary Shelley narrou assim o impensável, quando decidiu escrever a sua peculiar ficção sobre a criação e a destruição de um ser votado à *alienação*. Talvez seja possível vindicar a criatura através de um processo de subjetivação e empatizar com a sua condição monstruosa, que a impede de se tornar sujeito e, por isso, de passar a ser uma entidade enunciadora, isto é, alguém capaz de tomar a palavra. A urgência de voltar a esta personagem literária e fazer dela um exemplo com o qual se possam estabelecer afinidades é de enorme importância, nomeadamente para as pessoas que estão em processos de (des)construção identitária e/ou sexual. Que outras subjetividades possam emergir de cada corpo e passar, por fim, de objeto a sujeito: «Os [corpos e] géneros “inteligíveis” são os que de alguma forma instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, género, prática sexual e desejo» (Butler, 2017, p. 79).

A inteligibilidade dos corpos por criar permite configurações identitárias e sexuais que escapam ao desejo branco, colonial, capitalista e heteronormativo. Ora, mesmo que as culturas «ocidentais» se recusem a entender outras possibilidades ontológicas, isto é, a manifestação de

outros sujeitos que interrompam práticas sexuais vigentes, haverá sempre alguém cujo desejo é movido por diferentes políticas de afeto. A estas pessoas inomináveis, percecionadas como figuras monstruosas, pelos seus comportamentos desviantes e marginais, apenas se pode pedir que tomem a palavra. É preciso que falem e tenham licença para recuperar as suas narrativas, elaborando assim a escrita do corpo, a sua própria autobiografia. Portanto, humanizar o monstro é entender o outro. Tal como a criatura, as lésbicas, os homossexuais, as identidades trans e não binárias também são frequentemente desumanizadas, o que acaba por levar muitas pessoas, lamentavelmente, ao suicídio, vítimas de um sistema político que não lhes confere qualquer valor humano. Outras são ainda assassinadas, sem que isso tenha, por vezes, consequências para os responsáveis de tais atos cruéis.

Quando optei por ensaiar um estudo do romance *Frankenstein, or the modern Prometheus*, fi-lo porque vi na figura literária do monstro uma estranha e familiar imagem. Foi quase como se a narrativa da criatura, manifestamente *queer*, ressoasse na história dos direitos *gay*, onde, a partir da segunda metade do século XX, o pessoal se tornou político e surgiram vários movimentos de contestação contra o silenciamento das minorias sexuais e de género. A teoria feminista permite, com efeito, (re) pensar alguns conceitos e noções que são comumente aceites como irrefutáveis (por exemplo, o significado do género). Não obstante, a literatura pode articular outras economias de afeto e desejo, multiplicando todas as possibilidades que estejam ao alcance da humanidade. Espero assim ter contribuído para uma leitura anticanónica, uma vez que deixou de importar a separação entre criatura e monstro. Afinal, tornar-se monstro é aceitar o eu.

«Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, simultaneamente uma criatura com realidade social e uma criatura de ficção.» (Haraway, 2022, p. 25)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beauvoir, S. (2015). O segundo sexo [The second sex]. (S. Milliet, Trad.). Quetzal. (Original work published 1949).
- Butler, J. (2017). Problemas de género: Feminismo e subversão da identidade [Gender trouble: Feminism and the subversion of identity]. (N. Quintas, Trad.). Orfeu Negro. (Original work published 1990).
- Foucault, M. (2019). *História da sexualidade IV: As confissões da carne* [The history of sexuality IV: Confessions of the flesh]. (M. S. Pereira, Trad.). Relógio d'Água. (Original work published 2018).
- Gary, F. (1936). XXXVI: Charlotte Brontë and George Henry Lewes. *PMLA/Publications of the Modern Language Association of America*, 51(2), 518-542. <https://doi.org/10.2307/458068>
- Gilbert, S. M., & Gubar, S. (1979). *The madwoman in the Attic: The woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. Yale University Press.
- Gleadle, K. (2001). *British women in the nineteenth Century*. Palgrave.
- Haraway, D. (2022). *Um manifesto ciborgue: O manifesto das espécies de companhia* [A cyborg manifesto: Science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century]. (A. M. Chaves, Trad.). Orfeu Negro. (Original work published 1985).
- Hoeveler, D. (2003). Frankenstein, feminism and literary theory. In E. Schor (Ed.) *The Cambridge Companion to Mary Shelley* (pp. 45-62). <https://doi.org/10.1017/CCOLO521809843.004>
- Knoepfmacher, U. C. (1979). Thoughts on the aggression of daughters. In G. Levine & U. Knoepfmacher, *The endurance of "Frankenstein": Essays on Mary Shelley's novel* (pp. 88-119). University of California Press.
- Kristeva, J., & Roudiez, L. S. (1982). *Powers of horror: An essay on abjection*. Columbia University Press.
- Moers, E. (1976). *Literary women*. Doubleday.
- Poovey, M. (1984). *The proper lady and the woman writer*. University of Chicago Press.
- Shelley, M. (2018). *Frankenstein, or the modern Prometheus: The 1818 text*. Penguin Books.
- Smith, A. M. (2016). Subjectivity and subjectivation. In M. H. Lisa Disch (Ed.), *The Oxford Handbook of Feminist Theory*, 955-972. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199328581.013.46>
- Spivak, G. C. (2021). *Pode a subalterna tomar a palavra?* [Can the subaltern speak?]. (A. S. Ribeiro, Trad.). Orfeu Negro. (Original work published 1988).
- Whale, J. (Director). (1931). *Frankenstein* [Filme]. Universal Pictures.

Woolf, V. (2016). *A room of one's own*. Vintage.

Data de submissão/ Submission date: 14/03/2022

Data de aprovação/ Approval date: 30/04/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial
(CC-BY-NC)

Teresa de Ávila: Poesia e mística

TERESA VASCONCELOS*

Resumo. Partindo dos textos de Santa Teresa de Ávila, doutora da Igreja, debruçar-nos-emos sobre a atualidade do pensamento e obra da autora à luz de uma epistemologia da subjetividade e na perspetiva do contexto em que viveu. Deter-nos-emos sobre o significado de uma “teologia da experiência” em Teresa de Ávila, constituindo-se *As Moradas* no expoente máximo dessa teologia. A autora usa metáforas poderosas para explicar e descrever o que considera não explicável. Algumas dessas metáforas são apresentadas.

Palavras-chave: Teresa de Ávila, teologia, mística.

Teresa of Ávila: Poetry and mystics. *Taking as a starting point the written works by Teresa of Ávila, doctor of the Catholic Church, we will reflect upon the actuality of her thinking and doings from the point of view of an epistemology of*

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/cmrb-vlwi>

* Movimento do GRAAL, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, 1549-003 Lisboa, Portugal
t.m.vasconcelos49@gmail.com

subjectivity and of her life context. We will go deeper into the meaning of a “theology of experience” in Teresa of Ávila, taking As Moradas as the maximum expression of this theology. Teresa of Ávila uses powerful metaphors to describe and explain what is not explainable. Some of these metaphors are described.

Keywords: *Teresa of Ávila, theology, mystics.*

Terei de me aproveitar de alguma comparação,
embora as quisesse escusar por ser mulher
e escrever simplesmente o que me mandam.
(Ávila, 2000, *As Moradas*, p. 1)

Teresa de Ávila foi uma santa do século XVI (1515-1582), uma mística e doutora da Igreja: uma mulher profética num tempo de reformas religiosas e de afirmação da Igreja face às dissidências. Questionou o luxo em que viviam as ordens religiosas do seu tempo e devolveu a ordem carmelita (feminina e, depois, masculina) à sua inspiração original – pobreza, obediência e contemplação.

No presente trabalho procurarei falar na dimensão poética e feminista de Teresa de Ávila à luz de uma teologia da experiência. Ao contemplar o quadro de Juan de la Cruz, pintado ainda em vida, Teresa afirmou, com o seu peculiar sentido de humor: “que me pintaran muy fea y *ramelenta...*” (Ávila, 2000, *Vida*, p. 25). Teresa de Ávila é vista por inúmeros autores como uma “teóloga da experiência”. No entanto I. A. Magalhães (2011) afirma que “Teresa de Jesus não se considerava teóloga. A sua reflexão incidia sobre a experiência de abertura a Deus, por um discurso elaborado à luz do Divino, coisas que as teologias deveriam também poder incluir, isto é: a reflexão sobre a experiência” (p. 423).

Santa Teresa foi uma prolíxa escritora até à sua morte. Refere na introdução a *Caminho de Perfeição*: “Não direi coisa de que não tenha experiência por a ter visto em mim ou em outras” (Ávila, 2000, p. 464). A experiência é o fundamento do seu saber e da credibilidade dos seus ensinamentos às irmãs dos conventos por ela fundados: “Sei por experiência que a alma neste caminho de oração mental começa a caminhar com determinação... Quem tem experiência vê-lo com grande clareza... sei por experiência que é verdade isto que digo.”

1. TEOLOGIA DA EXPERIÊNCIA: CONCEITOS E PRÁTICAS

A experiência, que garante o que é expresso por quem a vive, “é [...] o fundamento da claridade e a coerência das expressões que suscita [...]. Algumas vezes consiste na experiência o sabê-lo dizer” (Velasco, 2002, p. 128).

Velasco (2002), referindo-se a Teresa de Ávila, fala “[n]uma teologia experiencial, um conhecimento de Deus conseguido graças à experiência pessoal, e expressa em brilhantes imagens e em relatos simples” (p. 136).

Magalhães (2011), referindo-se também a Teresa, considera “a experiência como fonte de toda a sua vida espiritual” (p. 426).

Na sua aceção direta, experiência indica “ação de pôr à prova, de ensaiar, de verificar a utilidade” (Academia de Ciências de Lisboa & Fundação Gulbenkian, 2001, p. 1645). No entanto, no campo da espiritualidade, será importante que se possa avaliar qual a experiência que vale a pena refletir e “teologizar”.

Em linguagem corrente, experiência designa o conhecimento obtido pelo convívio reiterado com pessoas e coisas, em oposição ao saber adquirido nos livros. Ora, qualquer experiência refletida modifica o sujeito. No clássico ensaio de John Dewey, *Experience and Education*, é afirmado:

Every experience enacted and undergone modifies the one that acts and undergoes, while this modification affects, whether we wish it or not, the quality of subsequent experiences (...). Every experience is a moving force [...]. (1938, pp. 35 e 38)

Numa aceção filosófica mais vasta, a experiência denota geralmente toda a percepção simples produzida por uma impressão externa. Como esta só é naturalmente possível mediante a ação de corpos exteriores sobre os órgãos sensoriais, a experiência, em sentido próprio, é característica da alma unida ao corpo, o que não quer dizer que seja necessariamente algo de pura natureza sensível. Rocha (2010) afirma que a experiência é um elemento da racionalidade na perspetiva filosófica, surgindo enquanto capacidade da experiência de perceber e comunicar as expressões da religião, segundo um ponto de vista fenomenológico. A oposição entre experiência e pensamento é o primeiro falso lugar-comum que convém remover. Uma tradição que corre

paralela, seja na inspiração *sensista*, seja na inspiração intelectualista, costuma estabelecer entre experiência e pensamento ou entre o experimental e o racional, uma oposição fictícia, oposição comumente admitida, mas que é necessário superar. Com efeito, segundo o mesmo autor, a experiência não é senão a face do pensamento que se volta para a *presença* do objeto.

Na obra *Escritos de filosofia: Problemas de fronteira*, Lima Vaz (1986) dedica-se a desdobrar com “suficiente rigor” a noção de experiência e a ambiguidade intrínseca a ela. Propõe a remoção de um equívoco que se tornou lugar-comum ao abordar o tema da experiência e enfrenta a temática da experiência do ponto de vista filosófico, mas como um “problema de fronteira” na relação com a teologia.

Leonardo Boff, na obra *Experimentar Deus: A transparência de todas as coisas*, discute o conceito de experiência e responde à questão “que é *ex-peri-encia*?”. De forma introdutória ele propõe: “*ex-peri-encia* é a ciência ou o conhecimento (ciência) que o ser humano adquire quando sai de si mesmo (*ex*) e procura compreender um objeto por todos os lados (*peri*)” (2002, p. 25). Sendo, portanto, um conhecimento, é-o na perspectiva distinta dos demais: a experiência não é um conhecimento teórico ou livresco, mas é adquirido em contacto com a realidade, afirma Boff, corroborando John Dewey. Quando Boff secciona *ex-peri-encia*, fá-lo para reencontrar a profundidade da sua significação. A experiência constitui-se como uma *cons-ciência* geradora de uma forma de ser-no-mundo, ou seja, um horizonte onde a existência se pode realizar. Poderemos afirmar com base na reflexão de Boff que Teresa, ao sair de si mesma e situando-se na interação com os outros no horizonte de Deus, estaria a realizar uma certa experiência que é do âmbito da teologia. Entendemos então as expressões físicas da sua relação com Deus (*arroubamentos*, arreatamentos).

Por outro lado, perante a [uma] *epistemologia da subjetividade* enquanto teoria da “interioridade da pessoa individual”, Neubern (2001) afirma uma posição privilegiada em que é discutida como momento integrante da construção do saber. Velasco (2002) refere-se a uma componente autobiográfica de toda a produção espiritual de Teresa.

A espiritualidade teresiana vem na linha da reforma das ordens inaciana e franciscana à luz do Concílio de Trento, mas também das suas leituras de livros medievais de cavalaria. Teresa propunha uma ordem religiosa que regressasse à fidelidade das suas origens.

2. O PAPEL DA CULTURA NOS MOSTEIROS

Steggink (1974), carmelita e professor na Universidade de Nijmegen, escreveu sobre Teresa, referindo que ela tinha um doutoramento em experiência e sublinhando a cientificidade teológica da obra desta mística.

Kristeva, na sua reconhecida obra *Thérese, mon amour* (2008), considera que Teresa trouxe universalidade ao misticismo a partir da narrativa da sua experiência teológica muito peculiar:

A palavra *mística* espria-se com força e brilho: não designa já um escondido inacessível, mas convida o escondido a manifestar-se, os tormentos da carne e do espírito a fazerem-se à luz, e a seduzir. O *corps verum* – a Paixão de Cristo a que me uno – deixa de ser um segredo protegido. Pela graça dos místicos e da Igreja que os consagra, torna-se uma sedução universal. *A experiência de Teresa tem lugar neste contexto.*⁽¹⁾ (p. 62)

Teresa afirmava reiteradamente não ser mulher letrada, o que não correspondia à realidade: desde a sua infância devorava livros de cavalaria e era “mestra” em grande parte dos místicos do seu tempo, que lera atentamente, na busca de uma resposta à sua inquietação religiosa (Francisco de Osuna, Santo Inácio de Loyola, Frei Pedro de Alcântara, etc.). Com eles aprendeu o valor da oração silenciosa em contraponto às orações apenas verbais, comuns às ordens religiosas, em que a espiritualidade se baseava numa recitação sistemática de orações e fórmulas. Teresa esclareceu que outro tipo de “literacia” tinham as mulheres: “porque como nós, as mulheres, não temos letras, tudo isto é preciso [fazer ficção para vos dar a entendê-la] para que entendamos com verdade que dentro de nós há outra coisa mais preciosa, sem comparação alguma, que o que vemos por fora” (*Ávila, 2000, Caminho de Perfeição*, 28, p. 10).

Dando importância à vida intelectual (as “letras”), a autora questiona-se se esta tem algum significado para uma religiosa carmelita sem uma profundidade de oração. Tal como em outras ordens religiosas, Teresa aceita mulheres iletradas nos seus conventos, garantindo uma posterior alfabetização das mesmas para que possam rezar todas as orações da liturgia da Igreja.

1. Tradução de Celeste Isabel Sousa Lopes.

Segundo ela, não vale a pena rezar sem uma busca da verdade e do conhecimento:

Digo que nos princípios, se eles não têm oração, de pouco aproveitam as letras. Não digo que não se trate então com letrados, porque o espírito que não vá fundado na verdade, eu mais o quisera sem oração. Grande coisa é ter letras, porque estas nos ensinam aos que pouco sabemos e nos dão luz e, apoiados nas verdades da Sagrada Escritura, fazemos o que devemos. De devoções tontas, livre-nos Deus! [...] Assim como há muitas moradas no Céu, há muitos caminhos. (Ávila, 2000, *Vida* (13), pp. 13-16)

No entanto, falando novamente na possibilidade de “muitas moradas no céu”, a autora alerta para a importância de um diálogo com os teólogos: “[...]letrados, religiosos em especial [...]. Que seríamos de nós sem eles entre tão grandes tempestades que agora tem a Igreja? [a Reforma]” (Ávila, 2000, pp. 15-16).

3. UMA TEOLOGIA DA EXPERIÊNCIA EM TERESA DE ÁVILA

Analisando alguns dos escritos retirados de *Vida*, *Caminho de Perfeição* e de *As Moradas*, entre outros, abordaremos de seguida o significado de uma “teologia da experiência” em Teresa de Ávila através de um conjunto de temas que selecionei como relevantes. Kristeva, na sua obra *Thérèse, mon amour* (2008), chama-lhe uma “psicologia teológica”. Terá razão: Teresa demonstra, em *Caminho de Perfeição*, uma inteligente intuição e percepção quanto ao modo de ser e formas de relacionamento com as suas irmãs. A sua subtileza linguística vai a ponto de falar no coletivo e não no singular quando lhes quer fazer alguma repreensão ou admoestação: “Parece coisa imperfeita, minhas irmãs, este queixarmo-nos sempre de males leves; [...] E não se perde o costume de o dizer e de nos queixarmos de tudo [...]” (Ávila, 2000, pp. 1-3).

As Mulheres, suas irmãs

Kristeva afirma que “o meu telescópio (visão de longe) que é o meu microscópio (aumento daquilo que é ínfimo) faz de ti uma mulher atormentada mas alegre, uma monja louca mas espantosamente lúcida, que apresentou/impôs ao mundo inteiro as metamorfoses do seu corpo apaixonado” (2008, p. 58).

Nas palavras de hoje, diríamos que Teresa trabalha no *empowerment* (empoderamento) das suas monjas:

[...] Não nos imaginemos ocas e vazias interiormente. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição*, 28, p. 10)

Disse-me que [...] estas freiras destes mosteiros de Nossa Senhora do Carmo têm necessidade de que alguém lhes declare algumas dúvidas de oração, e lhe parecia que melhor entendem a linguagem umas das outras. (Ávila, 2000, *As Moradas*, p. 529)

[...] é muito de mulheres e eu não quereria, minhas filhas, que o fôsseis em nada, nem o parecêsseis, senão varões fortes; que, se fizerem quanto estiver nas vossas mãos, o Senhor vos fará tão varonis, que espante os mesmos homens. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição*, pp. 7, 8)

Admoesta as irmãs a não se refugiarem em comportamentos negativos de modo a dar prioridade à sua vocação contemplativa:

Ó irmãs minhas em Cristo! Ajudai-me a suplicar isto ao Senhor, que para isto vos juntou Ele aqui. Esta é a vossa vocação; estes não-de ser os vossos negócios; estes não-de ser os vossos desejos. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição* 1, p. 5).

[...] E creiam, minhas filhas, que, para vosso bem, deu-me o Senhor a entender um pouquinho dos bens que há na santa pobreza e, as que o experimentarem, entendê-lo-ão; talvez não tanto como eu, porque não só eu não tinha sido pobre de espírito, mas sim *louca de espírito*, porque experimentei o contrário. É este um bem que encerra em si todos os bens do mundo [...] Digo que é um assenhorear-se de novo de todos os bens da terra para quem deles não faz caso. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição* 2, p. 5)

Santa Teresa afirma a possibilidade de serem independentes, fiéis a si próprias, a começar pela prelada (volto a sublinhar o coletivo “nós”), numa autocrítica muito salutar:

Não consintamos, ó irmãs, que a nossa vontade seja escrava de ninguém senão d'Aquele que a comprou com o Seu sangue. [...] Oh, valha-me Deus! As ninharias que daqui vêm não têm conta! E porque são tão miúdas, só quem as vê o entenderá e acreditará, não há para que dizê-las aqui. Somente direi que em qualquer uma será mau e, na prelada, *pestilência*. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição* 4, pp. 4-8)

Teresa demonstra um profundo conhecimento das necessidades e da psicologia feminina:

[...] Procurai também recrear-vos com as irmãs, quando têm necessidade de recreação e no tempo em que é costume, ainda que não seja de vosso gosto [...]. Assim é muito bom que umas se compadeçam das necessidades das outras [...]. Atenda muito a priorisa [...] a não dar lugar a isto [...]. À que ela entender que é causa do alvoroço [as irmãs apelidadas por Teresa de *melancólicas*], procure que se vá a outro convento [...]. Afastem de si esta peste. Cortem como puderem os ramos; e, se não bastar, arranquem a raiz. [...] Muito mais vale isto do que se pegue a todas tão incurável pestilência. Deus nos livre de mosteiro aonde entra! Mais quisera eu que neste entrasse um fogo que nos abrasasse a todas. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição* 7, pp. 6-8 e 11)

Para os juízes do mundo – todos eles homens – não há virtude nas mulheres de que eles não suspeitem. Digo isto porque há momentos em que é errado desvalorizar almas fortes e virtuosas, ainda que sejam de mulheres. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição* 3, p. 7)

Por experiência própria, Teresa conhecia a desvalorização das mulheres comum às estruturas da Igreja Católica de então (e de ainda hoje). Efetivamente, o Núncio Apostólico Felipe Sega (que não gostava da obra de Teresa na fundação de conventos) considerava-a “uma vagabunda inquieta, rebelde e cabeçuda, que inventava doutrinas retorcidas, lhes chamava devoções e permitia-se ‘ensinar’ quando o apóstolo Paulo de tal proibira as mulheres” (citado em Kristeva, 1995, p. 151).

A mudança de confessores – todos considerados teólogos e “mestres letrados” –, até encontrar os mais adequados às suas religiosas, indica que Teresa punha frequentemente em questão a sua capacidade de orientar almas, não deixando de procurar incessantemente outros mais competentes:

Parecerá que isto qualquer confessor o sabe; mas é engano. A mim aconteceu-me tratar de coisas de consciência com um que tinha ouvido todo o curso de Teologia, e me fez muito dano em coisas que me dizia não serem nada; e sei que não pretendia enganar-me nem havia para quê, senão que não sabia mais. Com outros dois ou três, sem ser este, aconteceu-me na mesma [...]. Pois há diferentes caminhos por onde Deus leva as almas e não por força os saberá todos um confessor. (Ávila, 2000, *Caminho de Perfeição* 5, pp. 3 e 5)

Não admira, pois, que a hierarquia da igreja não apreciasse os enormes talentos, desassombro, energia vital, compreensão humana e profunda espiritualidade de Teresa.

O cotidiano

Teresa valoriza os elementos do cotidiano como promotores de uma vida espiritual mais intensa. Numa afirmação clara do que pode ser uma teologia da experiência, descreve a riqueza da vida espiritual de uma das Irmãs:

Assim o estava uma pessoa [em muitos negócios e ocupações] com quem falei há poucos dias. Havia quinze anos que a obediência a trazia tão ocupada em ofícios e governos que, em todo este tempo, não se recorda de ter tido um só dia para si, embora procurasse o melhor que podia ter diariamente uns momentos de oração e viver com muita pureza de consciência. [...] Não foi só esta pessoa; mas outras ainda conheci a quem aconteceu da mesma sorte. Não as via há bastante anos; e perguntando-lhes eu em que os haviam passado, me diziam que todos em ocupações de obediência e caridade. Por outro lado, achava-as tão medradas em coisas espirituais, que me espantavam. Eia pois, filhas minhas! Não haja desconsolo quando a obediência vos trazer empregadas em coisas exteriores, entendi que, até mesmo na cozinha, entre

as caçarolas, anda o Senhor a ajudar-vos interior e exteriormente. (Ávila, 2000, *Fundações* 5, pp. 7-8).

Igualdade e paridade entre as irmãs

Segundo Teresa, a priora deve ser a primeira a esfregar o chão: “a tábua para os varridos deve começar com a madre priora para que, em tudo, dê bom exemplo” (Ávila, 2000, *Constituições* VII, p. 6).

Acredita que as mulheres – mesmo as pouco letradas – podem ser fiéis e santas na vida monástica e não impõe restrições à sua entrada na Ordem. Magalhães afirma:

Ao constituir diversas comunidades de Carmelitas Descalças, duas de homens e várias de mulheres, ao longo de vinte anos, Teresa de Ávila fê-lo em moldes que eram, para a época, revolucionários. Procurou contrapor uma atitude em que o “status” socioeconómico deixasse de ter relevo, substituindo a ostentação que a sociedade exibia pela escolha de uma pobreza radical [...]. Aceitava nos seus mosteiros [...], não apenas jovens que trouxessem o seu enxoval [...] como as que nada traziam porque nada possuíam. [...] Do mesmo modo, o preceito de que nenhum mosteiro poderia aceitar conversos ou conversas [judeus convertidos] foi rejeitado por Teresa de Ávila que, pelo contrário, aceitava todas as pessoas que demonstrassem ter as condições de uma vocação religiosa, segura de que diante de Deus todos somos iguais. (Citado em I. A. Magalhães, 2011, pp. 416-417)

Leitura

Tal como mencionado anteriormente, Teresa é uma devoradora de livros. Não pretende o saber apenas para si e encoraja as irmãs a fazerem leituras piedosas. Orienta as prioras das diferentes comunidades no tipo de leituras que devem aconselhar às irmãs, referindo-se ao místico português Frei Pedro de Alcântara: “A priora tenha o cuidado de que haja bons livros à disposição das monjas, em especial, [...] os de Frei Luís de Granada e do Padre Frei Pedro de Alcântara; porque, em parte, é tão necessário este alimento para a alma, como a comida para o corpo” (Ávila, 2000, *Constituições* II, p. 1040).

Quando a Inquisição limita as leituras que se podem fazer, nomeadamente o acesso aos escritos dos místicos, Teresa escreve: “Nosso Senhor disse-me: não te aflijas, dou-te um livro vivo. (...) Sua Majestade foi para mim o livro verdadeiro (...). E como considerar Nosso Senhor coberto de feridas, perseguido, sem abraçar os seus sofrimentos, amá-los, desejá-los?” (Ávila, 2000, *Vida* 2000, p. 60).

Séculos mais tarde a grande mística holandesa Etty Hillesum afirmou, à semelhança de Teresa: “Uma pessoa também deve conseguir passar sem livros e sem nada. Há-de haver sempre uma nesga de céu visível em alguma parte e tanto espaço em redor, que as minhas mãos sempre se poderão juntar em oração” (2008, p. 256).

4. METÁFORAS, COMPARAÇÕES, ALEGORIAS

Para que *entendam as mulheres a linguagem umas das outras* (Ávila, 2000, *As Moradas*, p. 520), Teresa recorre frequentemente a metáforas que descrevem a sua experiência, criando assim uma real *teologia da experiência*. Vamos descrever, de seguida, um conjunto de metáforas poéticas utilizadas por Santa Teresa: a “água”; o “horto”; o “palmito”; as “sevandijas”; as “pestilências”; o “bicho da seda” e o seu casulo; o “crisol”; as “duas velas”.

Teresa, explicando o uso de metáforas nos seus escritos, afirma:

“Terei de me aproveitar de alguma comparação embora as quisesse escusar por ser mulher e escrever simplesmente o que me mandam; mas esta linguagem do espírito é tão má de declarar aos que não têm letras [...] que terei de buscar algum meio e poderá ser que as mais vezes não acerte com a comparação.” (Ávila, 2000, *Vida*, 11, pp. 6-8)

Kristeva (2008) insiste no facto de Teresa falar e escrever a partir da vida[...], “do diálogo com o leitor ao diálogo com Deus, [...] numa *cascata de metáforas-metamorfozes*” (pp. 57-64). Sublinha a importância da *palavra* para contar as suas próprias experiências psíquicas e espirituais. Na realidade, só recorrendo a metáforas pode Teresa descrever a intensidade espiritual das suas experiências.

A metáfora constitui-se como uma síntese interpretativa. Segundo Lakoff e Johnson (1980), a metáfora, pelo facto de dar uma estrutura coerente a um conjunto de experiências pessoais, “cria uma nova forma de similitude”

(p. 151). Citando Lakoff e Johnson, Oldfather e West (1994) consideram que a metáfora não é apenas uma estrutura de linguagem, “é uma estrutura conceptual que leva a novas ‘gestalts’; trata-se de uma racionalidade imaginativa, do cruzamento entre a cognição e o afeto, permitindo-nos entender a experiência com novas e mais profundas dimensões” (p. 23). Tal como nas obras de arte, o uso de metáforas favorece processos metacognitivos que contribuem, no dizer de Lakoff e Johnson (1980), para uma racionalidade imaginativa, a qual possibilita novas coerências.

Oldfather e West (1994) citam Lakoff e Johnson chamando a atenção para o poder iluminante da metáfora:

Há uma similitude induzida pela metáfora que vai para além das meras semelhanças entre os dois níveis de experiência. A semelhança adicional é uma semelhança estrutural. Implica a forma como entendemos como as experiências individuais se harmonizam de uma forma coerente... A metáfora, pelo facto de dar uma estrutura coerente a um conjunto de experiências pessoais, cria uma nova forma de similitude. (pp. 150-151)

Oldfather e West (1994) referem ainda as interações entre intelecto e intuição no processo constitutivo da metáfora, na sua “ressonância estética com a experiência sensorial” (p. 25), no sentido de permitir “novas e mais profundas dimensões” (p. 26) na análise da experiência. Estas considerações permitem-nos concluir sobre o poder constitutivo da metáfora em Teresa de Ávila.

5. O USO DE METÁFORAS EM TERESA DE ÁVILA

Como atrás foi afirmado, a tentativa de passar a escrito e descrever a intensidade das suas experiências espirituais levou Teresa a fazer uso consistente de metáforas, alegorias, comparações. No entanto, segundo os autores acima referidos, o uso de metáforas não é apenas uma forma poética de *dizer*, mas representa uma estrutura conceptual mais profunda. Daí que o recurso a metáforas seja uma forma de Teresa fazer teologia e de descrever as suas experiências.

O horto

Para descrever os quatro graus de oração, Teresa apresenta a metáfora de um hortelão que cuida a sua horta:

Com a ajuda de Deus, devemos procurar, como bons hortelãos, que cresçam estas plantas e ter cuidado de as regar para que se não percam, mas que venham a dar flores de grande olor, a fim de recrear este Senhor nosso e Ele venha deleitar-Se muitas vezes a este horto e a gozar entre estas virtudes. (Ávila, 2000, *Vida*, 1, p.6)

Expandindo esta metáfora, Teresa descreve as quatro maneiras de regar – tirar a água diretamente do poço; tirar a água usando uma nora e alcatruzes; recorrer a um rio ou riacho; ou apenas esperando pela chuva, a forma mais gratuita de receber o dom de Deus:

Parece-me a mim que se pode regar de quatro maneiras: – ou tirar água dum poço, que é à custa de grande trabalho; – ou com nora e alcatruzes, em que se tira com um torno (tenho-a tirado assim algumas vezes) e é com menos trabalho que estoutro e tira-se mais água; – ou de um rio ou arroio, e com isto se rega muito melhor, pois fica mais farta a terra de água e não é preciso regar tão amiúde, e é com muito menos trabalho do hortelão [...]. Pareceu-me assim poder declarar algo de *quatro graus de oração* em que o Senhor, por sua bondade, tem posto a minha alma. (Ávila, 2000, *Vida* 11, pp. 6-8)

O Castelo

A poderosa metáfora do “Castelo Interior” que Teresa utiliza para descrever as sucessivas “moradas” do seu/nosso percurso espiritual, desenvolve-se numa rede de outras metáforas que vai usando nas diferentes moradas para melhor descrever este intrincado percurso. Afirmar Teresa: “A nossa alma é como um castelo feito de um diamante ou muito claro cristal, no qual há muitos aposentos, assim como no céu há muitas moradas” (Ávila, 2000, *As Moradas* 1, p. 31). Descreve então esse castelo:

“Parece-me que vos será de consolação deleitar-vos neste Castelo Interior pois, sem licença dos superiores, *podeis entrar e passear nele a qualquer hora* [...]. Ainda que não se trate senão de sete moradas, em cada uma destas há muitas: por baixo, por cima, dos lados, com lindos jardins e fontes, e coisas tão deleitosas [...]” (Ávila, 2000, *As Moradas* 1, p. 1)

Sublinho, entre parêntesis, a típica irreverência de Teresa – “sem licença dos superiores” –, demonstrativa de um profundo sentido de autonomia e liberdade interior.

Kristeva comenta esta descrição do castelo:

O teu caminho, Teresa, a partir das moradas do Castelo Interior não é um impasse à maneira de Kafka [impossibilidade de entrar no castelo]: os claustros são permeáveis, nenhuma porta fechada impede o acesso ao Mestre que habita o interior da nossa intimidade. Evoluis num labirinto de travessias, no deslizar entre espaços, de facetas e de questões. O Outro impregna-se no mais opaco do corpo e da alma, gera uma real vaporização da viajante e não menos do seu Amado. (Kristeva 2008, p. 81)

Um palmito

Não deveis imaginar estas moradas como coisa muito alinhada, mas ponde os olhos no centro que é a casa ou palácio onde está o Rei, e considerai-a como *um palmito* que, para chegar ao que é de comer, tem muitas coberturas que cercam tudo quanto é saboroso. Assim aqui, em redor desta morada, há outras [...]. Porque as coisas da alma devem-se considerar com amplidão, largueza e grandeza [...]. (Ávila, 2000, *As Moradas* I, p. 8)

Usando a metáfora do palmito, Teresa descreve de forma muito contundente o processo, o caminho, a dificuldade de chegar ao “centro” de si que leva à comunhão com Deus.

O bicho da seda

Vejamos, pois, o que sucede a esta lagarta, pois para isto é que [...] sai uma borboleta branca. Oh! grandeza de Deus! E como sai daqui uma alma por haver estado um pouquinho metida na grandeza de Deus e tão junta com ele, que, a meu parecer, nunca chega a meia hora! (Ávila, 2000, *As Moradas* V, pp. 2-3)

Já tereis ouvido as maravilhas de Deus no modo como se cria a seda, que só Ele pode fazer semelhante invenção, e como, de uma semente, que é à maneira de pequenos grãos de pimenta [...], com o calor, em começando a haver folhas nas amoreiras, começa esta semente a viver [...] e aí, com umas boquitas, vão por si mesmas fiando a seda, e fazem uns casulos muito apertados onde se encerram e acaba esta larva, que é grande e feia, e sai do mesmo casulo uma borboletazinha branca, muito graciosa [...]. (Ávila, 2000, *As Moradas* V, p. 2)

Crescida, pois, esta lagarta [...] começa a fabricar a seda e a edificar a casa onde há-de morrer. Esta casa quereria eu dar a entender aqui, que é Cristo. Em qualquer parte me parece ter lido ou ouvido que nossa vida está escondida em Cristo, ou em Deus, que é tudo um [...]. (Ávila, 2000, *As Moradas* V, p. 4).

O bicho da seda e suas sucessivas metamorfoses constituem uma das maiores maravilhas da natureza. Teresa intuiu o potencial desta metáfora para designar as transformações da alma. O casulo é onde a alma “morre” para se ligar a Cristo e, através dele, “ficar um pouquinho metida na grandeza de Deus”. A grandeza deste mistério de união permite à lagarta transformar-se em borboleta.

A adega do vinho

Não tendes ouvido – pois já o disse aqui de outra vez, embora não a este propósito – da Esposa que “a meteu Deus na adega do vinho, e ordenou nela a caridade”? (Ávila, 2000, *As Moradas*, p. 12) .

Ó irmãs! Como vos poderei eu dizer a riqueza e tesouros e deleites que há nas quintas moradas? (Ávila, 2000, *As Moradas*, p. 1)

[...] Fixa-se Deus a Si mesmo no interior daquela alma de modo que, quando volta a si, de nenhuma maneira pode duvidar que esteve em Deus e Deus nela. (Ávila, 2000, *As Moradas*, p. 19)

A adega do vinho é uma metáfora recorrente nos escritos de Teresa. Surge como local resguardado, propício a segredos e a encontros cúmplices que florescem em atos de amor, em celebração e alegria (o vinho!), em plenitude.

Encontramos aqui um conjunto de metáforas indicativas do poder de Deus e da força da alma. Tal força não poderia ser descrita a não ser através de imagens. Teresa fala no despertar e nos deleites da alma, que está em comunhão com Ele na plenitude (um olor tão grande...), na contemplação.

Duas velas para descrever a união com Deus

Digamos que a união é como se duas velas de cera se juntassem em tal extremo, *que toda a luz fosse uma*, ou que o pavio, a luz e a cera fosse tudo um; mas depois pode-se apartar muito bem uma vela da outra, e ficam duas velas, o pavio e a cera. (Ávila, 2000, *As Moradas* VII 2, p. 1).

Esta metáfora aparece na última Morada e tem uma força extraordinária, não só porque demonstra na união da chama de duas velas a união com Deus, mas também porque estas velas têm de se afastar uma da outra na sua respetiva identidade. Só na união final, infinita e eterna em Deus face a face, será possível recuperar de modo permanente as duas chamas fundidas numa só⁽²⁾.

2. Em jeito de partilha pessoal, confesso que troquei o palmito pela espiga de milho quando, recentemente em Moçambique (Maputo e Beira), e a seu pedido, tentei explicar *As Moradas* a dois grupos de mulheres muito simples, da “Legião de Maria”. São apelidadas de “mamãs” porque já não são jovens, são mães de filhos, algumas com netos. Falar-lhes de uma santa europeia do século XVI revelava-se missão impossível. Mas ousei. O palmito transformou-se numa espiga de milho, o “crisol” de prata usado para indicar a alma como vaso de Deus foi substituído pelo “pilão” enriquecido com a dinâmica de um movimento cooperado – dançado, diria... – de duas mulheres a moer o milho. Levei duas velas para demonstrar a união com Deus. Falei-lhes nas sevandijas (bichinhos parasitas) (M, 2, p. 8), no que são “pestilências” e ouvi o seu gargalhar. Todas perceberam esta última metáfora e fartámo-nos de rir... de nós próprias! As metáforas de Teresa e o meu conhecimento da metodologia de Paulo Freire ajudaram-me.

Poesia

A poesia é a metáfora das metáforas. Teresa usa o texto poético para descrever os seus sentimentos mais profundos, a sua sede de Deus. Assim, poemas em jeito de oração fazem também parte do universo metafórico da autora. Um dos seus poemas mais tardios descreve, de forma sintética, o dilema que atravessa toda a sua vida depois de se tornar a “mulher errante” que fundou dezassete conventos (dois de homens) no espaço de vinte anos. Trespasada por uma grande solidão vive o dia a dia numa “saudade” de Deus. Teresa sente-se compelida à ação depois de cada experiência mística – as duas velas que se separam... – mas acusa um cansaço que a faz desejar o tempo de plenitude total:

Oh deleite meu, Senhor do meu coração
 Até quando tenho de esperar
 Para ver a Vossa presença?
 Oh vida larga
 Vida penosa
 Sozinha na solidão
 Sem remédio!
 Até quando, Senhor, até quando?
 Chegais, mas não me dais o remédio
 Feris, mas a ferida não se vê
 Matais, deixando-me com mais vida
 Estou tão cansada, meu Deus! (Ávila, 2011, p. 57)

6. NOTAS CONCLUSIVAS

Kristeva (2008) afirma com convicção, usando ela própria a metáfora da água, tão querida a Teresa:

A tua escrita, que transcende o teu tempo histórico e que hoje me seduz, é-nos dada à maneira dessa matéria líquida que tu adoras, que é a água e cujo vocábulo espanhol – agua – brota frequentemente da tua pena: corres de um estado a outro, de uma convulsão a uma jubilação, das tuas sensações à sua

compreensão, das narrativas dos personagens evangélicos ao virtuosismo da tua *percepção* (...), todas as facetas de uma borboleta não parando de se juntar à sua crisálida (...). (p. 87)

A escrita de Teresa entrelaça o “delírio místico” com a dimensão imaginativa: “uma escrita corrida, raramente corrigida, mais preocupada em explorar do que em deixar os seus vestígios” (Kristeva, 2008, p. 92). A sua escrita está fora de qualquer género literário, é muito sua, barroca nas suas hipérbolos e exclamações, com interpelações exclamativas a “Sua Majestade” ou ao “Imperador”. Teresa, poeta lírica, é mestre na metáfora, capaz de explicar como ninguém até hoje as suas experiências místicas na relação direta com Deus.

Nas palavras de Kristeva (2008), Teresa é indubitavelmente uma “teóloga da experiência” e a sua ficção revoluciona a teologia porque:

- fala e escreve *a partir* da vida;
- fala com uma Pessoa presente;
- dá testemunho através do texto escrito;
- passa do *vivido*, ao *sofrido*, ao *gozado*;
- do diálogo com o leitor... passa ao diálogo com Deus.

“Disse-me o Senhor estas palavras”, afirma Teresa: “Desfaz-se toda, filha, para mais te meteres em Mim; já não é ela que vive, senão Eu”. Belíssima e complexa dialética: “Como não pode compreender o que entende, é um não entender entendendo” (Ávila, 2000, *Vida* 18, pp. 10-11, 14).

Fica a alma, desta oração e união, com uma grandíssima ternura, de maneira que se quereria desfazer, não de pena, senão de lágrimas de gozo. [...] Começa a alma [...] a ter desejos de repartir [estes tesouros] com outros e a suplicar a Deus que não seja ela só a ser rica. (Ávila, 2000, *Vida* 19, pp. 1 e 3)

Enquanto mulher de ação e de comunidade, Teresa não quer guardar apenas para si a vivência experimentada. A vida e oração contemplativa em comunidade torna-se a essência da vocação carmelita. Se lermos o *Caminho de Perfeição*, vemos como Teresa é verdadeiramente uma “pedagoga” para as suas irmãs.

A conhecida escultura de Bernini “O Êxtase de Santa Teresa” revela de forma magnífica a visão/metáfora que Teresa usa para descrever um dos seus *arroubamentos* – o momento em que a alma se deixa invadir por Deus:

Quis o Senhor que viesse então algumas vezes esta visão. Via um anjo ao pé de mim [...]. Não era grande mas pequeno, formoso em extremo, o rosto tão incendido, que parecia dos anjos mais sublimes que parecem todos se abrasam. [...] Via-lhe nas mãos um dardo de oiro comprido e, no fim da ponta de ferro, me parecia que tinha uma ponta de fogo. Parecia-me meter-me este pelo coração algumas vezes e que me chegava às entranhas. Ao tirá-lo, dir-se-ia que as levava consigo, e me deixava toda abrasada em grande amor de Deus. Era tão intensa a dor [...], não é dor corporal mas espiritual, embora o corpo não deixe de ter a sua parte, e até muita. É um requebro tão suave que têm entre si a alma e Deus, que suplico à Sua bondade o dê a gostar a quem pensar que minto. (Ávila, 2000, *Vida* 29, p. 13-14)

Barroca nas palavras, bem rente ao corpo na descrição, Teresa descreve como ninguém ainda o conseguiu fazer o desejo e a busca de união com Deus. Termino com uma citação de Kristeva em *Thérèse, mon amour* que faço minha:

Saúdo-vos, Teresa, mulher sem fronteiras, corpo físico, erótico, histérico, epilético, que se faz verbo, que se faz carne, que se desfaz em si, fora de si, ondas de imagens sem quadros, tumultos de palavras cascatas de obras sem fim, gémeo de Cristo, é Ele no mais íntimo de mim, eu Teresa, mulher de negócios, fundadora, jubilosa, morrer de não morrer é escrever, uma espécie de morada, de jogo, Deus ama-nos jogadoras, minhas filhas, creiam-me, mas sim, xequemate a Deus também, com certeza, isso liberta, faz correr, as almas que amam escutam veem até aos átomos, isso fá-las desfrutar átomos infinitamente amorosos, mas sim, Teresa, sim, minha irmã extática chamada, tocada, imaginada, pensada, repensada, gasta, fora de vós em vós, fora de mim em mim, sim, Teresa meu amor. (2008, p. 40)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia de Ciências de Lisboa & Fundação Gulbenkian. (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* [Dictionary of Portuguese language]. Verbo.
- Ávila, T. (2000). *Obras completas*. [Complete works]. Carmelo.
- Ávila, T. (2011). *Seta de fogo: 22 poemas* [Fire Arrow: 22 poems] (trad. José Bento). Assírio & Alvim.
- Boff, L. (2002) *Experimentar Deus: A transparência de todas as coisas* [To experience God: The transparency of everything]. Versus Editora.
- Dewey, J. (1938). *Experience and education*. Collier Macmillan Publishers.
- Hillesum, E. (1980). *Diário (1941-1943)* [Diary (1941-1943)]. Assírio & Alvim.
- Kristeva, J. (2008). *Thérèse, mon amour* [Theresa, my love]. Fayard.
- Lakoff, G., & Johnson, N. (1980). *Metaphors we live by*. The University of Chicago Press.
- Lima Vaz, H. (1986). *Escritos de filosofia: Problemas de fronteira*. [Writings on philosophy: Borderlands problems]. Loyola.
- Magalhães, I. A. (2011). Ousadia e espanto: Uma mística quinhentista [Daring and Awe: A sixteen century mystic]. In I. A. Magalhães, *Para lá das religiões: Ensaios sobre religiões e culturas, ética, espiritualidade e política* (pp. 414-439). Chiado Editora.
- Neubern, M. (2001). Três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na psicologia clínica [Three epistemological obstacles for recognizing subjectivity in clinical psychology]. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1-4 (1), 241-252.
- Oldfather, P., & West, J. (1994). Qualitative research as jazz. *Educational Researcher*, 23, (8), 22-26.
- Rocha, A. R. (2010). Epistemologia e sensibilidade: A afirmação da experiência como forma de percepção da realidade [Epistemology and sensibility: The affirmation of experience as a way of understanding reality]. *Revista de Ciberteologia, Teologia e Cultura*, 31(IV), 57-70.
- Steggink., O (1974). *Experiencia y realismo en Santa Teresa y San Juan de la Cruz* [Experience and realism in Saint Teresa of Ávila and Juan de la Cruz]. Editorial de Espiritualidad.
- Velasco, J. M. (2002). Santa Teresa de Jesús: Modelo, testigo y maestra de contemplación [Saint Teresa of Jesus: Model, testimony and master in contemplation]. In J. M. Velasco, *Testigos de la experiencia de la fe* (p. 125). Narcea.

Data de submissão/ Submission date: 13/10/2021

Data de aprovação/ Approval date: 21/12/2021

Estado da Questão

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/te06-y7co>



Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório: Segunda biblioteca feminista da Europa

MARIA ANTÓNIA PALLA

No outono de 2012, numa reunião de um grupo no Centro de Documentação Elina Guimarães, constituído por Ana Sara Brito, Manuela Tavares, Teresa Salles, Maria Antónia Palla e Anne Cova, comentando-se as magníficas instalações que a Câmara Municipal de Lisboa (CML) havia proporcionado, alguém comentou: “Isso deve-se ao presidente da Câmara ser ‘feminista’”.

O presidente em questão era António Costa, que introduzira no seu discurso e na sua agenda os direitos das mulheres.

Era uma oportunidade a aproveitar. De imediato, surgiu a ideia: porque não propor à Câmara um projeto de criação de uma biblioteca feminista, instalada num espaço público, de modo a permitir um acesso mais alargado a uma temática ainda pouco divulgada na população?

A proposta foi de Maria Antónia Palla, que de há muito, conjuntamente com Maria Antónia Fiadeiro, alimentava o sonho desse projeto.

A proposta foi bem acolhida. E logo Anne Cova referiu, como exemplo, a Biblioteca Marguerite Durand, fundada em 1932, a partir da doação do espólio de uma jornalista feminista à Câmara de Paris.

Marguerite Durand fora fundadora do primeiro jornal diário redigido e dirigido por mulheres intitulado *La Fronde*. A Biblioteca que tem o seu nome ficou instalada inicialmente numa biblioteca municipal e é, até hoje, a única biblioteca francesa exclusivamente dedicada à história das mulheres, ocupando agora um edifício próprio que continha, em maio de 2013, mais de 45 000 livros.

A informação de Anne Cova foi preciosa. De imediato, as presentes se assumiram como grupo fundador de uma biblioteca similar, chamando a si a apresentação à Câmara Municipal de Lisboa de um projeto de uma biblioteca feminista, composta por livros doados por mulheres que se associassem à sua concretização. Para tal, solicitavam a concessão de um espaço numa biblioteca municipal, apoio à sua instalação e manutenção.

Não foi solicitado qualquer subsídio.

Na mesma reunião, a escolha do nome de Ana da Castro Osório para esta biblioteca foi consensual. As fundadoras quiseram deste modo homenagear uma feminista republicana cuja produção literária e intervenção cívica revelou um propósito pedagógico, ciente de que a educação e o trabalho são o caminho para a afirmação social e política das mulheres relativamente à liberdade e igualdade de direitos.

No princípio de 2013, o projeto da Biblioteca Ana de Castro Osório foi apresentado à vereadora da Cultura da CML, Dra. Catarina Vaz Pinto, que o acolheu com interesse, destacando a Dra. Teresa Gil para coordenar as tarefas subsequentes, tendo sido escolhida para instalação da nova biblioteca o salão nobre do palácio do Marquês de Angeja, na rua da Junqueira, 295, ocupado pela Biblioteca de Belém.

Nesse mesmo ano, foi aprovado por Deliberação do Executivo da Câmara Municipal de Lisboa (CM/2013) um contrato de doação que seria aprovado por unanimidade em reunião pública da Câmara.

Na 1.^a cláusula do Contrato de Doação, assinado pelas fundadoras da Biblioteca Ana de Castro Osório e pela Câmara Municipal de Lisboa, consta que as primeiras Outorgantes “doam, a título gratuito, ao Município de Lisboa, o espólio constituído por monografias, ensaios, biografias e obras de ficção (...) às quais poderão ser aditadas outras obras”.

Mais se consagra que “o referido espólio constitui um núcleo temático especializado da Biblioteca Municipal de Belém, núcleo esse que tem por base doações reunindo obras escritas por mulheres e homens que defendem

a igualdade de género, contribuem para formar uma mentalidade feminista e promovem uma consciência crítica no domínio da igualdade de género”.

O 2.º outorgante “obriga-se a que o espaço integrante da Biblioteca de Belém passe a designar-se ‘Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório’, comprometendo-se à “preservação, inventariação, indexação e divulgação do espólio (...) através dos seus recursos internos técnicos e humanos”.

Reconhece igualmente que a “Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório vai constituir uma base essencial para o desenvolvimento e promoção de conferências, debates, leituras coletivas, lançamentos de livros e outros eventos culturais ou de cidadania”.

No documento estipula-se ainda que a “alienação ou oneração, no todo ou em parte, do espólio bibliográfico depende do consentimento das primeiras Outorgantes”.

Ficou estipulado que as primeiras Outorgantes seriam representadas por Maria Antónia Palla (efetiva), Anne Cova e Ana Sara Brito (suplentes).

O Centro de Documentação e o Arquivo Feminista Elina Guimarães teriam como representantes Manuela Tavares (efetiva) e Teresa Salles (suplente).

Seguiu-se um período de obras na sala destinada à Biblioteca Ana de Castro Osório cujo teto se encontrava em risco de cair, razão pela qual só em 28 de maio de 2013 a Biblioteca Osório foi inaugurada pelo Presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, que descerrou uma lápide comemorativa do ato.

Em 17 de Janeiro de 2014 iniciaram-se as tertúlias mensais, em que se debateram temas de carácter histórico e contemporâneo, apresentados por personalidades especializadas na matéria e, em seguida, debatidos pela assistência.

Os temas focados foram os mais variados. O primeiro debate foi dedicado ao esclarecimento do que são os feminismos, apresentado por historiadoras feministas de duas gerações, Ana Vicente e Filipa Vicente. Seguiu-se “Os Feminismos em Portugal”, com a apresentação de Lígia Amâncio, Manuela Tavares e Isabel Barreno.

A primeira série de tertúlias foi ainda dedicada a feministas históricas: Ana de Castro Osório, com participação de Regina Tavares da Silva e Zília Osório de Castro; Maria Veleda, apresentada por Natividade Monteiro; Carolina Beatriz Ângelo, apresentada por Maria Augusta Seixas e João Esteves; e Maria Lamas, apresentada por Maria Antónia Fiadeiro, Maria

Antónia Palla e Sofia Branco. Anne Cova animou uma tertúlia sobre o Conselho Nacional das Mulheres e Adelaide Cabete.

O 25 de Abril foi assinalado com um debate sobre “As Mulheres e o 25 de Abril. Que mudanças?” e contou com uma larga participação de intervenientes: Ana Sara Brito, Elza Pais, Isabel do Carmo, Maria Antónia Palla e Maria Emília Brederode.

Muitas tertúlias se seguiram. Muitos temas foram debatidos. Destacam-se alguns: “Mulheres com Véu ou sem Véu”, “Violência Doméstica”, “Crianças Maltratadas”, “Casamento e União de Facto: O que ganham ou perdem as mulheres?”, “As Mulheres na Igreja”, “As Mulheres nos Museus”, “As Mulheres e o Teatro”, “As Mulheres na Política”, “As Mulheres Ciganas”, “As Heroínas das Óperas”, “Trabalho a Meio Tempo”, “A Baixa Natalidade: As razões do Estado e os direitos das Mulheres” e muitos outros.

O público, constituído maioritariamente por mulheres, respondeu satisfatoriamente a estas iniciativas, o mesmo sucedendo com as animadoras dos debates.

De realçar que as relações entre a Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório e a Biblioteca de Belém têm sido até hoje as mais cooperantes e afáveis, graças ao acolhimento dispensado pelas suas coordenadoras e restante pessoal.

A partir de março de 2020, com o aparecimento da pandemia provocada pela covid-19, as tertúlias foram suspensas. Espera-se que a primavera proporcione a retoma destes encontros e as frequentadoras da Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório possam recuperar este espaço único de convívio e debate de ideias.

Janeiro 2022

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 05/03/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Diálogos

Black women's activism: A transnational and intergenerational dialogue

ANA PEREIRA* | BRUNA PEREIRA** | PATRICIA COLLINS***

The world as we knew it at the end of the twentieth century has gone through major changes. At that time, we did see a whole set of challenges emerging on the horizon, while problems we had been familiar experienced greater or lesser degrees of transformation. The climate crises, extreme ideologies, the gig economy, inequality, shrinking civic spaces, digital platforms, and human migration, among others, have increasingly become part of our lives – and activism, for that matter.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/4g9q-sb1k>

- * Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos
22260-100 – Rio de Janeiro, Brasil
anaclaudiapereira@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/1627292739768773>
- ** Universidad Complutense de Madrid (UCM), Departamento de Ciencia Política y de la Administración
28224 – Madrid, Espanha
brunacjpereira@gmail.com
ORCID [0000-0003-3213-8672](https://orcid.org/0000-0003-3213-8672)
- *** University of Maryland (UMD), College Park, Department of Sociology
MD 20742-1315, United State
collinph@umd.edu
<https://socy.umd.edu/facultyprofile/collins/patricia-hill>

Throughout the African diaspora, Black women recreate traditional modalities of action and invent strategies to tackle the forms in which racism, patriarchy, and related systems of oppression now present themselves. The following dialogue starts with the pressing issue of the rise of the far-right to reflect on the status of Black women's activism. Therefore, Brazilian Black feminists Bruna Cristina Jaquetto Pereira and Ana Claudia Jaquetto Pereira engage in a transnational and intergenerational conversation with prominent sociologist Patricia Hill Collins, the author of the groundbreaking *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* and many other thought-provoking works.

Bruna: Patricia, it is an honor to have the opportunity to engage in this conversation. You have been a major inspiration as an academic and also as a human being since I met you personally in 2014 at Festival Latinidades [The biggest Black women's festival in Latin America, which takes place annually in Brazil]. I find your "let's fight back" attitude crucial in this gloomy political scenario we are now facing.

I am also very glad to hold this conversation with my sister, number one supporter, and most important interlocutor, Ana Claudia. It is a pleasure to further develop and publicly share some of the concerns and thoughts we have exchanged for the past few years.

Ana: I am also very happy to join you both in this conversation. Patricia, when I first read *Black Feminist Thought*, I saw a new universe of possibilities emerge before me. Your approach shines a light into the often-overlooked Black women's collective standpoint and shared experiences galvanized in the search for social justice, putting them at the center of social theory. Black women were no longer limited to the role of objects to be analyzed by social scientists: we became agents of social knowledge. Sitting in your graduate classes at the University of Maryland, I learned how we can move beyond critique of the canon by taking advantage of the tools provided by social theory while also scrutinizing and building on the strategies deployed by oppressed groups to produce new knowledge. This framework shapes my investigation of the tenets of Black women's political thought in Brazil, as well as my work in international development.

Thanks for agreeing to this continuation of the intergenerational and transnational dialogue on Black feminism.

Bruna, I am very happy we have the opportunity to translate some of the conversations we have had for years, as sisters and social scientists, to this more structured debate. Our exchanges helped me navigate daily life, discover interesting books, hone ideas and reflect on how to apply them inside and outside of the academy.

Patricia: It is wonderful to talk with both of you again about such an important topic. Each of you has contributed so much to my thinking about Black women's activism. I definitely brought my "let's fight back" spirit to *Latinidades*. But *Latinidades* brought its own fighting spirit about Black women's activism, both in what it said and what it did. Several things stood out for me at *Latinidades* that I see as being essential for Black women's activism now and into the future.

First and foremost, the energy and enthusiasm of the Black women who attended *Latinidades* was infectious. I hadn't realized how dispirited I had become after decades of laboring in American academia. *Latinidades* was a festival that centered on Black women issues and dreams – everyone was excited to be there. We were all thirsty for ideas, including me. *Latinidades* showed me the face of a Black women's activist community that was organized, intellectually rigorous, beautiful, and fun.

Second, the structure of the conference drew together women from activist, academic and artistic realms. For me, this was a breath of fresh air because it was so different than anything I had encountered in the U.S. where these three areas of intellectual activism have been separated from one another. Because *Latinidades* centered on the issues that confronted all Black women in some way, nobody had all the answers. I felt at home, because I consider Black women's ideas to be central to activism and that means partnerships among people working in activist, academic and artistic settings.

But what really stood out for me was the vision of the conference. *Latinidades* pointed toward a different future for everyone at the festival, with Black women leading the way. I was and remain impressed by the leadership of the next generation of Black women intellectual activists. I consider both of you to be part of this vital group in Brazil. I came away from

Latinidades with a new sense of what was possible. I clearly recognize the roadblocks that lie ahead. The emergence of far-right ideological projects within democratic societies like Brazil and the US is alarming. But it is far from unprecedented.

Bruna: The far-right has used several strategies to make their ideas more acceptable and even popular. Far-right leaders recur to fundamentalist readings of traditional religions; to extreme ideas of ethnic and racial superiority that, if not extinct, had mostly become fringe; and to the imposition of conservative views on gender. Promising security in times of uncertainty, they have boosted this ideology by employing simplistic and fraudulent narratives, predominantly through social media. And they operate with the complicity of giant tech corporations – and other corporations, such as the arms industry.

The rise of the far-right has greatly impacted Black women. To me, they have managed to authorize open forms of discursive and physical violence against Black women. It is not that widespread racism and misogyny had not hindered Black women before, but it is now encouraged and applauded. For instance, the brutal murder of city councilwoman Marielle Franco in Brazil in 2018 was publicly celebrated by the then-presidential candidate Jair Bolsonaro and some of his supporters.

What are other ways that the rise of the far-right has impacted Black women's lives? And how are they reacting to it? How has it transformed Black women's activism? What is the importance of Black women's activism in this scenario?

Patricia: In the US, the effects of the far-right have been increasingly clear since the 2016 national election. Since then, the social consequences of the covid-19 have also had an important effect on Black women's lives. These two things are related but one did not cause the other.

When it comes to Black women's activism, there is no vacation. They may take different forms, but each generation of Black women faces the same challenges earlier generations. Right now, the US is in a period of retrenchment. The chipping away at the rights of Black women, for example, current restrictions on reproductive rights, falls far more heavily on women who are Black, young, poor and who live in states that are controlled

far-right elected officials. The US has experienced a shocking erosion of democratic institutions on local, state and federal level that is rarely recognized as such as long as it affects just Black women.

This is not a new situation. In the early twentieth century, Black women faced a pervasive discourse of eugenics, a scientific field and that fueled public policies that laid the foundation for today's far-right. The contemporary far-right is dangerous, but it is not invincible. Bruna, your summary of the core values and institutional structures of the far-right is on point. We can build on this critique to fine-tune an oppositional agenda. For each of the core values that you list above I ask, what alternative core values are useful for Black women's collective empowerment? We know what we are fighting against, but what are we fighting for?

When it comes to Black women's activism, I see the continuation of a two-pronged, intergenerational strategy, one immediate and the other long term. First, Black women's activism should focus on the immediate protection of Black women and girls by strengthening and or building community organizations for that purpose. If you don't survive, you don't live to fight another day. The seeming success of integration as a public policy (which ironically is the catalyst that the far-right so hates) has offered empty promises to young Black women that, because they have rights under democracies, that such democracies will protect them. Not so.

The second strategy is for Black women to continue exerting important leadership both outside and inside social institutions. Grassroots organizing and social protest outside formal institutions is essential. The Black Lives Matter movement, started by Black women, illustrates the power of Black women's activism. But such activism also needs well-placed people inside institutions who are committed to participatory democracy and human rights. We need to strengthen the network of Black women insiders who can serve as watchdogs and leaders within social institutions of education, health, government, finance and the media. After decades of organizing, Kamala Harris was elected Vice President of the US in 2020, and in 2022, after a bruising confirmation hearing, Ketanji Brown Jackson became the first African American woman to sit on the US Supreme Court. Their accomplishments are unprecedented, but we cannot mistake visibility for real power. This two-pronged, intergenerational strategy marries short-term, nimble strategies of community organization with the long-term strategy of institutional change.

Ana: I couldn't agree more. I see the twofold strategy you describe also taking place in Brazil. Since the beginning of the pandemic, we saw Black women's collectives prioritize immediate relief to communities. We can look at the example of Odara – Instituto da Mulher Negra, a Black feminist non-governmental organization in Salvador, Bahia. For years, Odara centered efforts on supporting the mobilization of grassroots groups and advocating for Black women's human rights, but when the pandemic struck, the organization started to distribute food and hygiene supplies to families in need.

Fortunately, many non-Black organizations did the same, we know. Odara, however, focused on providing assistance to recyclable waste pickers, African diaspora religious groups, and transgender shelters – groups that are often neglected by the public power. The organization acquired most of the produce for distribution from local small farmers who also saw a drop in income during the pandemic. Odara's deep roots in the community yielded a unique knowledge of the groups most affected by the pandemic, their needs, the processes that need to be in place to ensure adequate distribution of donations, and the likelihood that government assistance would arrive too late. Like Odara, many other Black feminist groups/collectives/organizations quickly adapted to the new challenges and played a key role in helping keep people alive.

At the same time, I see a continuation in the struggle to unveil and confront less evident devices that perpetuate the unequal social structure. I am thinking particularly about the claims that Black feminists direct to the state. In Brazil and the US, Black women are overrepresented among those lacking access to housing, healthcare, income, education, food security. So, many social policies have a large impact on Black women's lives, and Black women's groups play a key role in denouncing public policies that rely on stereotypes and prejudices or just ignore them altogether, rather than treating them as citizens, rights bearers, human beings.

The language and strategies used in each country draw on unsimilar political traditions. However, Black feminists have not ceased to denounce the poor quality of health care, reclaim more rights for domestic and hospitality workers or take part in community-level decisions. Questioning the way those policies are designed (do Black women get to participate in decision-making?), the distribution of public funding (are funds

redressing inequalities or aggravating them?), whether policies are functioning properly (do they really reach those in need and are the effects transformative?), activists make visible the ways in racism and sexism have been ingrained in democratic regimes.

Bruna: Despite its defense of nationalism, the far-right operates globally. Far-right organizations such as HazteOir and CitizenGo associate with and fund extremist local groups around the world, being funded by religious groups and oligarchs from the US, Russia, and Europe (Agência Pública, 2021).

However, transnational solidarity and international collaboration have been an important pillar of mobilization and source of energy and insights for Black women's activism for decades. For instance, Martinicans Paulette and Alice Nardal unquestionably left their mark on the Negritude intellectual movement in 1940s France; visits to Panama, France, Italy, the US, and West Africa influenced Brazilian Black Feminist Lélia Gonzalez ideas on *Amefricanas* [Amefrican women] in the 1980s; in the 1990s, Audre Lorde⁽¹⁾'s encounters in Germany and the Netherlands impacted both local Black feminist collectives and the author's work. It has also proved relevant in the mobilization around the killing of George Floyd by the police in the US in 2020 when Black Lives Matter – founded by Black women – inspired Black anti-racist activism and action throughout the world.

What are your thoughts on the potential of Black women's transnational solidarity and international cooperation at current times? Why is it important?

Ana: The transnational solidarity and perspective allow us to zoom out of our immediate reality and see how tied it is to complex and long-lasting structures. I was once talking to a Brazilian Black feminist who told me that, in the civil society events leading up to the 2001 World Conference Against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance, activists from around the globe faced the challenge to come up with a common language to describe vastly different struggles. While Brazilian activists denounced security forces violence, some women claimed the

1 For a sample of Audre Lorde's work, see, for instance, *Sister Outside* (1984).

return of sacred mummies that had been stolen from their territories. The activists ended up concluding that what their struggles had in common was the resistance to race, gender and class oppression, and they found that the term “intersectionality” adequately entailed all these dimensions.

I love the way this story illustrates the challenges and the benefits of fostering transnational ties. There are no readily available concepts or ideas shared by African women, women of African-descent and in the diaspora. But if we take the time to listen, read and learn about each other’s history, cultural traits, and political agenda, we can better understand the structure we are opposing and what we stand for.

As you said, Bruna, this requires time, funding, and exposure to ideas that are far from hegemonic – scarce resources that Black women can’t take for granted. In that sense, elites will always be better positioned to turn solidarity into cooperation. At the same time, this has been done by oppressed people in the past with far fewer resources. Our generation is lucky to rely on their examples.

Patricia: New communications technologies provide a powerful set of tools for intellectual activism, regardless of content. Black women with cell phones are everywhere, and many use their phones as citizen journalists. For example, George Floyd’s death was recorded by an African American teenager on her cell phone. When she posted it, it went viral. WhatsApp, YouTube, Instagram, and Twitter, among others, are tools to foster transnational solidarity across contested national boundaries, as well as places for intergenerational collaboration for activist, academic and artistic political projects. The far-right recognizes the power of these tools and uses them effectively. But here, the danger lies not in the endless rebuttal process of challenging far-right discourse. Someone must do this, but always being reactionary means that they basically set your agenda. Rather, we should worry when we lose access to these tools. This is the building community capacity for reasons of protecting the individual and capturing positions of power and authority within social institutions that I mentioned earlier. The tools of media are essential for both aspects of Black women’s activism.

I see so many new possibilities for Black women’s transnational and intergenerational activism. But I’m also a pragmatist. I remain suspicious that we will ever arrive at a place of peace, social justice, and democracy

within contemporary global geopolitics. This caution keeps me on my toes. But I don't want my skepticism or despair from hearing bad news on any given day to cultivate nihilism in me or in people around me. This is our responsibility as intellectual leaders. But I am also an optimist. I try to remain focused on these aspirational concepts as touchstone for where we are trying to go. That said, transnational solidarity and intergenerational solidarity are essential strategies. Because they are essential to Black women's survival, it's not a question of whether to do them, but rather *how* to do them, using the tools that we have at hand.

In the US, Black women's intellectual activism occurs in this context, one of building community capacity to house Black intellectual production, and the continuing fight to desegregate mainstream institutions and to not sell-out once you get inside.

Bruna: You characterize the intellectual work of Black women as a form of activism whenever it is committed to social justice. This argument has allowed you to shed light on unacknowledged (non-academic) types of intellectual work, which you regard as valid, valuable, and potentially transformative. Simultaneously, it has supported Black women in traditional knowledge institutions in their claims for change, recognition, and participation.

At present, Black women in such institutions face distinct challenges in different regions. In Europe, they face colorblindness ideologies and the invisibility of the Black communities. In Brazil, more Blacks have had access to universities as students since the 2000s, but the curricula and faculty hiring policies that exclude Black women remains mostly unchanged. As for the US, where Black universities ensured early access to higher education, Black women struggle with student debt and similar forms of institutional racism.

With the rise of the far-right, we see the growth of a certain kind of anti-intellectualism or manipulation of the truth: historical negationism and revisionism, the enforcement of religious dogmas, distortion or denial of science. Occupy decision-making positions in institutions, particularly knowledge institutions, is another of their strategies.

In this context, I would like to ask: How does Black women's intellectual activism challenge traditional knowledge institutions? Have Black women been able to promote change? If so, which, and to what extent?

Patricia: I think that we are all starting to write the stories of how that looks within our national contexts. I have learned so much from both of you about Black feminism in Brazil. Black people in the US are actively involved in changing knowledge-production in the US. White supremacy is an ideology whose power rests on the manipulation of the truth. Black women have resisted anti-Black racism during every phase of US history. Black women wielding the weapon of oppositional knowledge is especially threatening to the far-right. Historically, African Americans have had a very clear sense of the history, scope and depth of anti-Black racism. And this recognition fosters suspicion of people who aim to withhold literacy and education from us. Because far-right anti-intellectualism is nothing new, Black people clearly reject it, choosing instead to respect a long list of artists, activists, and academics whose work challenges the core tenets of the far-right.

We have struggled to understand our own history in the US. We know that the far-right is nothing new, including its ability to thrive within democratic institutions of government. We've had far-right Presidents (Woodrow Wilson), state senators, governors and local officials (local sheriffs) before. But what we have also had is rich history of Black intellectual production that has countered this anti-Black racism. For example, Black women have drawn upon religious faith as a source of inspiration for their activism. Rejecting religious dogma that counsels them to just follow the rules, they have long demonstrated what it means to think for yourself.

Ana: I learned a lot about this with Patricia! There is this chapter in *Fighting Words* entitled "Coming to Voice, Coming to Power: Black Feminist Thought as Critical Social Theory" that offers a blueprint for looking at the Black women's intellectual work. It changed the way I approached my own work, as I understood I didn't have to limit my research to academic sources when the academy had so little to say about Black women's lives and ideas. What I did instead was to focus on the knowledge produced by activists.

I was amazed to see how Brazilian activists evoke representations of Afro-Brazilian religious entities (mainly *orixás*) and domestic workers to challenge traditional notions of the feminine and assert political values and aspirations. The fact that knowledge institutions mostly dismiss Black women's intellectual work doesn't mean they haven't been active agents of social and political changes.

Bruna: Nowadays, we are striving to defend the very ideas of democracy and human rights, as well as some of the institutions they have inspired, against the anti-rights agenda of the far-right that essentially targets women, people of color, migrants, and the LGBTQIA+ community.

On the one hand, the concepts and values that these ideas encompass have never been able to fully protect Black people's (particularly Black women's) lives, rights, and dignity. In fact, they have been occasionally used against Black populations based on (open or covert) beliefs that Blacks were not fit to take part in democratic regimes. We observe that in the US or South Africa, with official segregation, and also in Brazil, with very low numbers of Black women representatives.

On the other hand, Black Women have clung to the notions of democracy and human rights to reclaim rights and dignity. To provide just two of many possible examples, we can mention Tarana Burke in the fight against sexual violence against women in the US or Black feminist organizations Geledés and Criola in Brazil, who in 2016 produced the report *The Human Rights of Black Women in Brazil: Violence and Abuse*.

How do you think Black women's activism has influenced the public debate on Human Rights and democracy?

Ana: For Black women, human rights and democracy have been evocative, aspirational concepts. Being a group subject to structural oppression means being subject to systemic human rights violations and little saying in decision-making in formal and even most informal institutions. And yet, Black women's groups continue to rely on these notions in the pursuit of social justice.

Positioning Black women at the center of the public debate, social movements have broadened notions of democracy, rights and social justice by pointing out how discrimination and pervasive inequalities undermine those. In Brazil, for example, organizations and collectives as the *Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras* and *Mulheres Negras Decidem* are invested in promoting the access of Black women to elective positions in Brazil. In doing so, they seek to erode elitist, sexist and racist notions of political representation that simultaneously exclude non-white people and women from democratic decision-making spheres.

Even if we remain underrepresented in political institutions, we are seeing part of the political elites recognizing, for the first time, that the chronic marginalization of Black women in decision-making, whether at the local level or the national level, is in contradiction with the notion of democracy.

In the US, the emergence of *Black Lives Matter* gave way to discussions on Police Reform acts, still unravelling. Bearing in mind that America's policing was institutionalized to a large degree to dominate enslaved people and other oppressed groups, we can see how powerful this movement is when it opposes systematic oppression and succeeds in making police violence a theme on the national agenda.

In sum, Black feminists remind our societies that the promises entailed in concepts such as rule of law, democracy and human rights are in contradiction with the actual inequalities and systemic violence experienced by non-white groups. In doing so, Black women craft an underlying political thought in which democracy is infused with social justice and propose concrete measures to turn it into reality.

Patricia: The far-right does not want to be reminded of this disconnect between the ideals of democracy and the denial of equal citizenship to Black women. I suspect that the emergence of the far-right in the US context can be traced in part to the growing visibility and success of Black people generally, and with growing unease that power was no longer white, male, straight, rich, and Christian. For the far-right, the visible success of Black women symbolizes all that is wrong with America. The 2008 election of Barack Obama set an entire chain of events in action, one of which was the immediate vow to remove him from office. What a shock it must have been to those who held fast to the core values of the far-right to see a Black woman in the White House, not polishing the silver, but as First Lady. Black women's activism within electoral politics has been pivotal in expanding the meaning of participatory democracy.

I don't see a visible, vocal, unified, national Black women's movement in the US with the energy that permeated Latinidades. But I do see decentralized, networked Black women's activism. There are some visible spokespersons, yet leadership occurs through the doing of Black women's activism, not primarily through being recognized as such in mainstream press.

In the US, national politics gets the lion's share of media attention, but contemporary struggles are local and regional. American politics is like a game of chess where you position your pieces and perhaps sacrifice in the short term (lose) to gain a victory down the road. This has been the political strategy of the far-right for several decades and, as the erosion of voting rights, access to health care, and attacks on non-binary and trans youth suggest, it is yielding result for them. We need to learn from their playbook, not just criticize the moral and ethical limitations of far-right ideology. This is a long game of capturing squares piece-by-piece, of getting Black women to run for local school boards, or city council, or the governors of one of the 50 states.

Black women have been front line actors in breathing life to the ideal of participatory democracy. Certainly, there are some projects where Black women's activism on the national level is more visible than others. But the real action lies in decentralized, local projects that both address local concerns but that also are networked, often through the leadership of Black women. Take for example, the centrality of Black women organizers to the Black Lives Matter Movement. The politics that touch the lives of everyday Black women are situated in the nooks and crannies of numerous local initiatives that take up issues of homelessness, education, health care and employment. Rather than creating organizations that are exclusively for Black women, the Black Lives Matter movement builds networks among local projects in a transnational context that reflect the ideas of Black women's intellectual activism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Pública (2021). *WikiLeaks aponta que grupo antidireitos europeu tem mais de 200 sócios brasileiros* [WikiLeaks points out that European anti-rights group has more than 200 Brazilian members]. <https://apublica.org/2021/08/wikileaks-aponta-que-grupo-antidireitos-europeu-tem-mais-de-200-socios-brasileiros/>
- Alexander, K. L. (2020). *Tarana Burke*. National Women's History Museum. www.womenshistory.org/education-resources/biographies/tarana-burke
- Collins, P. H. (1998). *Fighting words: Black women and the search for justice*. University of Minnesota Press.

- Collins, P. H. (2002). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. <https://doi.org/10.4324/9780203900055>
- Geledés. Instituto da Mulher Negra. (2016). *The human rights of black women in Brazil: Violence and abuse*. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Dossie-Mulheres-Negras-ING-WEB3.pdf>
- Gonzales, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. [The political and cultural category of *amephricanity*]. *Tempo Brasileiro*, (92-93), 69-82.
- Lorde, A. (1984). *Sister outsider: Essays and speeches*. Crossing Press.
- Nardal, P. (2009). *Beyond negritude. Essays from woman in the city*. State University of New York Press.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 10/05/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Entrevistas



Isabel Freire

ALINE FLOR*

Isabel Freire nasce em Évora, em 1971. Licenciada em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa, cedo percebe que o jornalismo é a sua vocação. Estuda no Cenjor – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, estagia na secção de Política do jornal *Público* e inicia assim

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/mjtu-tsjf>

ORCID: 0000-0003-0454-0349

*
Jornalista no jornal *Público*.
aline.r.flor@gmail.com

uma carreira de cerca de 12 anos a escrever para a imprensa. Trabalha como colaboradora em publicações como *Visão*, *Expresso* e *Diário de Notícias*.

Em 2005, uma reportagem para a revista *Grande Reportagem* sobre “quartos escuros”^[1] dá o mote a um convite para fazer o que a Nancy Friday (1973) fez nos Estados Unidos na década de 1970: tentar perceber qual era o imaginário erótico das mulheres portuguesas. Ao livro *Fantasias Eróticas: Segredos das Mulheres Portuguesas* (2007), segue-se *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* (2010).

Em seguida, Isabel Freire mergulha no doutoramento em Sociologia, concluído em 2016 com a defesa da tese *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)* (A. I. M. Freire, 2016), que dá origem ao livro *Sexualidades, Média e Revolução dos Cravos* (2020). Entre 2019 e 2022, foi investigadora auxiliar do ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, dedicando-se ao projecto *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974*, coordenado pela historiadora Anne Cova, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É membro das Faces de Eva.

É entre o fervilhar pioneiro das primeiras feministas portuguesas, a explosão revolucionária do 25 de Abril e as marcas desses tempos ainda visíveis no presente que aqui se reflecte sobre os discursos sobre as sexualidades ao longo do último século em Portugal.

No seu livro Amor e Sexo no Tempo de Salazar (2010), faz um mergulho no período do Estado Novo para compreender o contexto em que as pessoas criam os “limites” com que olham para ou com que vivem a sua sexualidade. Ao olhar para a história, que respostas é que encontrou às perguntas que tinha inicialmente, quando escreveu o livro Fantasias Eróticas: Segredos das Mulheres Portuguesas (2007)?

Compreendi como as coisas se relacionam, como as mesmas questões e os mesmos problemas são re-equacionados, seja no início do século, na 1.ª República, no Estado Novo, na Revolução dos Cravos. E revejo esses problemas nos nossos dias. Nos anos 1980, quando era adolescente, pensava: se nós tivemos uma revolução, por que é que a sociedade portuguesa (aquela que eu conhecia) mantinha visões tão conservadoras em relação a

1. Locais de encontros sexuais em grupo, procurados por homens que têm relações com homens.

certos assuntos? Nessa altura já tinham passado 10 anos sobre a revolução... 10 anos é imenso tempo na cabeça de uma adolescente. Por que é que as 'coisas' (relacionadas com a sexualidade) ainda estavam num ponto em que eu pensava que estariam se não tivesse havido uma revolução? As questões nunca estão fechadas.

Temos tendência a pensar nas coisas de forma linear, mas no livro fala em permanências e mudanças, que podem coexistir. A sociedade tem várias velocidades, a vários níveis. É uma forma interessante de pensar sobre como as mentalidades mudam.

No livro *Fantasia Eróticas*, as mulheres cujas biografias recolhi dão-se conta de que a sexualidade ainda não era um assunto fácil para elas, e que, se calhar, desconheciam mais do que pensavam que conheciam. Compreendi melhor estas questões agora que olhei para a primeira metade do século XX, sobretudo a 1.^a República, ao estudar associações de mulheres. No início do século, nos anos 1920, algumas feministas falam sobre as questões da sexualidade em congressos que se realizam em Portugal.

Estamos agora na época dos centenários desses congressos.

Sim. Nos anos 1920 foram realizados em Portugal dois congressos feministas e dois congressos abolicionistas, ou seja, contra a regulamentação da prostituição. É curioso que estas mulheres feministas, nestes discursos, comecem por dizer que a sexualidade é um assunto delicado para ser falado por senhoras. Reconhecem que há uma enorme dificuldade, que é necessária uma enorme coragem para abordar o tema. Nos anos 1970, no *Expresso*, numa entrevista de Helena Vaz da Silva a Maria Belo e Maria João Avillez, pergunta-se sobre a importância de falar sobre virgindade em particular, e sobre sexualidade. A Maria Belo defende que é tão importante falar sobre virgindade quanto sobre paridade no executivo. Que a sexualidade não é um assunto menor. Nesse artigo também se diz que, embora nos custasse então ainda falar sobre o assunto, precisávamos de dar nome às coisas. Precisávamos de falar sobre elas, sobre as questões da sexualidade.

Cinquenta anos depois, a mesma dificuldade.

Sim, nos anos 1970 estas mulheres parecem estar a pedir desculpa novamente por estar a falar de um assunto que era complicado nomear, e sublinham a importância de o nomear. E nós, hoje, 50 anos depois do 25 de abril de 1974...

Continuamos nesta batalha das palavras. O que ainda nos falta nomear?

Por exemplo, a educação sexual. Publicam-se livros dizendo que é preciso ensinar as crianças a dar nome às coisas, que precisamos falar de sexualidade com crianças e adolescentes de forma clara, descomplexada. Há uma linha de continuidade com os anos 1920 e os anos 1970. Em 1926, numa revista sobre educação defende-se que os educadores para a sexualidade são os pais (sobretudo a mãe); que essa educação deve começar antes de a criança chegar à escola; que depois na escola deve ser continuada; que se pode usar o exemplo das plantas e dos animais, e que esta educação é muito importante para que a criança não descubra depois, sozinha, e da pior maneira, coisas que deveria já saber. Há um aspecto muito interessante nesse artigo: defende-se que é fundamental dar formação sobre educação sexual, na própria formação dos Professores Primários. Isto foi há 100 anos.

Depois dos anos 1920 essa evolução foi abafada com a instalação do Estado Novo. Depois do 25 de Abril, apesar de tudo, temos caminhado no sentido da conquista de direitos. Em qual dos sentidos acha que estamos a caminhar agora? Devemos dar mais atenção aos sinais negativos?

Conquistámos imensos direitos sexuais e reprodutivos nos últimos 50 anos. Isso é extraordinário. Alguns muito recentemente. Mas nos últimos anos assistimos a uma enorme vontade de fazer recuar algumas conquistas. Os prognósticos, eu diria, são muito reservados. É muito importante continuarmos a defender cada direito conquistado. Além disso, as ‘coisas’ não mudam por decreto. Há mudanças em termos legais logo após o 25 de Abril e que foram fundamentais, mas isso não implica que o que foi conquistado na lei esteja a ser respeitado, nas vivências pessoais.

Portugal tem leis muitas vezes progressistas, mas a aplicação é muito lenta, tanto no sistema como na tal mudança de mentalidades. Tardamos em atingir todas as velocidades.

Maria Velho da Costa escreve no pós-25 de Abril de 1974 um livro extraordinário (*Cravo*), que é publicado em 1976. Diz que a revolução que «um dia foi, está sendo» (Costa, 1994/1976, p. 91). Que há uma dimensão de continuidade na revolução. Escreve outra coisa que acho muito curiosa: «Trememos agora porque nos entrou a rua para dentro das casas» (Costa, 1994/1976, p. 39). Faz-me pensar que, de facto, algumas mulheres – e estou a pensar em mulheres porque foram elas que durante os últimos 100 anos foram particularmente lesadas nos seus direitos políticos sexuais e reprodutivos – encontram no pós-revolução uma oportunidade para falar. Estas mulheres, nomeadamente as três Marias (Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno), as três Antónias, que eram três jornalistas (Maria Antónia Fiadeiro, Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa) e muitas outras que estavam noutras dimensões, na política e não só, fazem uma tentativa de trazer essa dimensão privada para as ruas, em particular pelo jornalismo. Quando olho para estes 100 anos vejo a importância de trazer essa palavra para a imprensa, muitas vezes por mulheres jornalistas, outras que eram escritoras, activistas, algumas delas muito vanguardistas.

Voltamos à questão da importância de criar palavras.

De pôr as palavras na rua. Influenciar a agenda política. Influenciar as outras agendas. Mas eu não sei se a rua entrou em todas as casas, e isso é uma reflexão que podemos fazer, olhando um pouco para os nossos percursos e para os nossos contextos familiares. Perceber de que forma é que essa rua (essa reivindicação política da sexualidade) entrou dentro das nossas casas.

Como é que, no âmbito do doutoramento, chegou à decisão de analisar a imprensa, que no fundo é uma espécie de construção em cima de construção?

Por um lado, nunca deixei de me sentir jornalista, e a experiência como jornalista é facilitadora na análise da imprensa. Depois, já tinha ficado muito impressionada com as leituras que tinha feito da imprensa no

Estado Novo e tinha percebido como era altamente interessante olhar para aqueles discursos, alguns deles muito codificados. A censura impede que se fale das questões da sexualidade, mas ela está nas entrelinhas. Fui apercebendo-me, mais na imprensa feminina, dessa riqueza e da importância que esses discursos tiveram na socialização e na educação das pessoas. Em seguida perguntei-me: o que é que aconteceu quando o Estado Novo terminou? Achei que também fazia sentido agarrar na imprensa porque não havia grandes estudos sobre a sexualidade neste período, e a imprensa permitia fazer pelo menos um levantamento.

Acabou por analisar quatro publicações: a Modas e Bordados, que era um suplemento do jornal O Século, o Diário de Lisboa, a Crónica Feminina e o jornal Expresso, que surgiu em 1973. São publicações muito diversas, tanto em termos de perfil das leitoras como do modo como codificam estes assuntos, de forma mais progressista ou mais conservadora.

A revista *Modas e Bordados*, que apesar do nome era uma revista pró-feminismo, é um caso absolutamente extraordinário. É um exemplo de vanguarda em termos jornalísticos. Aquela redacção estava muito empenhada em fazer as suas leitoras pensarem, discutirem, numa lógica muito aberta, muito pouco dogmática. Embora a revista fosse assumidamente liberal, dava espaço às visões mais conservadoras das leitoras. Encontrei artigos incríveis, investigações muito boas, muito bem escritas, sobre temas importantíssimos, e com tomadas de posição políticas. Fala-se de aborto, fala-se constantemente de contracepção, fala-se de feminismo, nomeadamente da primeira vaga das feministas portuguesas. Não sei quantas pessoas saberão hoje que tivemos várias organizações feministas na primeira metade do século, com mulheres altamente engajadas em compreender as tendências internacionais, a corresponderem-se, a irem a congressos noutras partes do mundo, a unirem-se com outras feministas... A *Modas e Bordados* está atenta a esse passado, divulga-o (mesmo antes do 25 de Abril), está atenta aos movimentos para a descriminalização do aborto em França, em Itália, à criação de organizações feministas nos Estados Unidos... fala sobre problemas sexuais, concretamente sobre vaginismo em meados dos anos 1970. E faz capas sobre a masturbação feminina.

Também fala sobre o parto, e no livro refere cartas das leitoras a queixarem-se de que a imagem de uma dessas reportagens é pornográfica. A questão do corpo da mulher é sempre tabu.

Essa é uma questão muito importante. A *Modas e Bordados* publica artigos sobre o chamado parto sem dor, com fotografias que documentam o momento de expulsão. Esse movimento quer dar não só a palavra, mas também a imagem, e não nos podemos esquecer que, com o 25 de Abril e o fim da censura, entram em Portugal filmes e livros sobre sexualidade. Os órgãos genitais tinham sido apagados com uma borracha, literalmente, dos manuais escolares. Tinha sido banida não só a palavra mas também a imagem. No pós-revolução, na *Modas e Bordados* há uma explosão dessa imagem. Também no programa *Nome Mulher* (da autoria de Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, exibido na Rádio Televisão Portuguesa) sobre aborto, que gera uma enorme celeuma, e vai conduzir a um processo em tribunal. A Maria Antónia Palla é acusada de incitamento ao crime porque faz uma defesa da descriminalização do aborto em Portugal. Nessa reportagem é mostrada uma técnica abortiva por aspiração. Vemos as pernas de uma mulher em posição de observação ginecológica, de pernas abertas, vislumbram-se um pouco os pêlos púbicos, e todo o processo de um aborto a ser realizado. No fundo, sublinha-se a ideia de que agora precisamos de dizer, de saber, de falar. Isto implica uma grande coragem. Voltando mais uma vez à Maria Velho da Costa, a escritora fala numa «lição do escândalo a consentir» que aprendeu nos bancos da escola portuguesa (Costa, 1994/1976, p. 24). No pós-25 de Abril percebemos que há alguns assuntos que se mantêm escândalos não consentidos. Eu diria que, entre esses assuntos que são considerados demasiadamente escandalosos (não consentidos) estão as reivindicações feministas. Exemplo disso é a contra-manifestação que vem opor-se à famosa manifestação feminista do Parque Eduardo VII, em janeiro de 1975. Há uma tentativa de mostrar que aquilo - que as feministas reivindicam - ainda é escandaloso. Aliás, há cartazes dos contra-manifestantes que dizem “isto é ridículo”. No fundo, a uma manifestação que se calhar tinha umas 100 pessoas, opõe-se uma contra-manifestação com quatro ou cinco mil pessoas. As feministas vêm equacionar direitos, vêm falar do Código Civil, que tinha ainda coisas tão completamente intoleráveis às mulheres, como a obrigação da virgindade na noite de núpcias, vêm falar da questão

desigual das tarefas domésticas e de uma visão da sexualidade promovida pela pornografia. São vistas como escandalosas estas exigências feministas. Mas há outras que são também escandalosas à época: as reivindicações de direitos homossexuais.

No livro lê-se sobre quando o General Galvão de Melo vai para a televisão dizer que a revolução não se fez pelos direitos dos homossexuais, nem pelos direitos das prostitutas. Também foi aí que se encontraram barreiras, resistências?

O *Manifesto Homossexual*, publicado 15 dias depois do 25 de Abril, dá vivas à homossexualidade e vivas à revolução. Reivindica a vivência livre da homossexualidade, e também que estas questões fossem abordadas nas escolas no quadro de uma educação sexual geral. O manifesto é muito interessante, mas é entendido como imoral. Ainda vai ser necessária uma longa espera pela descriminalização da homossexualidade, que só acontece nos anos 1980 em Portugal.

Na imprensa também houve um debate muito interessante sobre pornografia, quando Portugal começa a receber, depois do 25 de Abril, uma onda de filmes considerados chocantes e o Expresso lança um questionário a personalidades.

A questão da pornografia e do erotismo é um assunto muito pensado no pós-25 de Abril. Esta questão é pensada também do ponto de vista da forma como a sexualidade feminina é explorada nestes filmes. O *Expresso* faz um inquérito, motivado por queixas de cineclubes que consideram que já não havia espaço para bom cinema por causa de uma invasão de filmes por esta indústria. Envia o inquérito com quatro ou cinco perguntas a algumas pessoas. O Mário Cesariny é uma das que respondem a lembrar que muitos destes filmes não são pornográficos, são filmes onde a questão da sexualidade é tratada, e que pornografia é outra coisa. Outras pessoas reflectem sobre o tema e também há visões a defender que é preciso censurar. Acabávamos de sair de um regime com censura e íamos agora reabilitar a censura para evitar que a pornografia contaminasse o momento que estávamos a viver? Pensa-se neste interessante debate se a pornografia podia afinal ter um lado bom, se podia ser educativa, ou se ela era apenas a exploração da repressão sexual anterior. Uma das figuras que responde, o Fernando Ribeiro de Mello,

criador de uma editora vanguardista nos anos 1960 [Edições Afrodite], diz que a discussão não faz sentido e que uma sociedade que quer reabilitar a censura é uma sociedade contra-revolucionária. Defende também que a sociedade portuguesa não vai deixar de ser contra-revolucionária enquanto não deixar de ser machista e homofóbica. Portanto, aqui e ali, alguns dos interditos de que já falámos vão sendo equacionados. Quando olhamos para o *Expresso* nos anos de 1974, 1975, os rodapés estão cheios de anúncios a filmes onde a sexualidade está presente, seja na imagem, no título ou no *slogan*. E é muito curioso que os mesmos adjectivos que são usados nestes *slogans* publicitários que convencem então as pessoas a ir ao cinema, são também os adjectivos (por exemplo, luxuriante) que eram usados pela própria censura no Estado Novo para argumentar a proibição de livros.

Feminismo ainda é uma palavra proibida? Há 100 anos as feministas eram ridicularizadas e passavam mais tempo a falar sobre o que não eram. Nos anos 1970, como é que estávamos?

As feministas sofrem esse estigma. Hoje em dia ainda há muitas pessoas que são obrigadas a explicar o que o feminismo não é. O feminismo não é uma tentativa de tomada do poder por parte das mulheres. O feminismo é uma proposta de igualdade do ponto de vista de género. Pessoalmente, acho que é uma proposta de igualdade e diversidade do ponto de vista dos géneros. Não há um feminismo, há muitas visões dos feminismos, e isso também é um aspecto que às vezes é esquecido. A história do feminismo é uma história dos feminismos.

A dificuldade de afirmar o feminismo, ou os feminismos, era tão grande que não havia espaço para visibilizar a sua diversidade?

Muitas destas mulheres tinham diferendos. Tinham perspectivas distintas, tomaram posições opostas. Chatearam-se. Separaram-se. Opuseram-se. E isso faz parte também da vida política, desse percurso. As feministas da primeira vaga falavam muito na marcha, numa marcha feminista. Com mais ou menos silêncio, com mais ou menos visibilidade, essa marcha continua e com muitas diferenças. Continua a fazer sentido, porque os problemas não foram resolvidos. Aqui e no resto do mundo. Voltando à Maria Velho da

Costa, ela escreve no *Cravo*, em 1976: «Nada mudou, tudo mudou» (Costa, 1994/1976, p. 89). Esta é uma boa frase para manter na cabeça. Tudo mudou, mas, como vemos constantemente, diariamente, em reacções, discursos e posições, nalguns casos parece que nada mudou. Ou que se espera que nada tenha mudado. Essa visão e essa atenção é importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Costa, M. V. (1994). *O cravo [The carnation]*. Publicações Dom Quixote. (Original work published 1976).
- Freire, A. I. (2020). Sexualidades, media, e revolução dos cravos [*Sexualities, media and the carnation revolution*]. Imprensa de Ciências Sociais. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44384>
- Freire, A. I. M. (2016). *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978) [Affective and sexual intimacy in the Portuguese press (1968-1978)]*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Freire, I. (2007). *Fantasia eróticas: Segredos das mulheres portuguesas [Erotic fantasies: secrets of Portuguese women]*. Esfera dos Livros.
- Freire, I. (2010). *Amor e sexo no tempo de Salazar [Love and sex in Salazar's time]*. A esfera dos livros.
- Friday, N. (1973). *My secret garden: Women's sexual fantasies*. Rosetta Books.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 14/04/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)



Maria Seruya

SARA TORRES*

Maria Seruya nasceu em Cascais no início da década de 80 e cresceu num ambiente familiar intelectual e artisticamente enriquecedor. O seu percurso académico levou-a a frequentar o Art Foundation Course em Inglaterra e, em Portugal, a completar o curso de Design Visual.

Foi compondo e enriquecendo a sua formação profissional e pessoal de acordo com os seus vários interesses e necessidades. A título de exemplo, procurou conhecer mais sobre envelhecimento ao estudar psicogerontologia, que fundamenta no trabalho que desenvolve em torno deste tema.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/pess-sbys>

<https://orcid.org/000-0001-5521-1006>

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
torres.sarab@gmail.com

Como artista motivacional, trabalhar o envelhecimento no feminino tem sido um propósito que realiza de diferentes formas; o seu projeto mais reconhecido e popular é o Velhas Bonitonas, mas a sua intervenção concretiza-se num trabalho individual que faz com quem retrata nos Retratos de Alma ou em ações coletivas e *workshops* que promove.

A parceria com marcas como a Casa Alegre e a Morais Rocha Wines diversifica a abrangência do seu reconhecimento artístico. O seu trabalho está acessível e pode ser apreciado e acompanhado através da forte presença nas redes sociais – <https://www.thepowerofoldladies.com/>; <https://www.instagram.com/velhas.bonitonas/>; <https://www.facebook.com/velhasbonitonas>.

Esforçando-se por uma melhoria contínua, quem segue o seu trabalho percebe que Maria Seruya procura manter-se atualizada e acompanhar os novos desafios e oportunidades que o avanço da tecnologia traz.

Talvez seja o seu olhar curioso e interessado pela pessoa que está à sua frente que desenha o primeiro traço dos seus retratos de alma, mas será o seu génio artístico que lhes dá cor e forma e a sua energia que empodera a retratada.

Sentámo-nos pela primeira vez e soubemos que a ligação estava feita, mais do que uma entrevista tornou-se uma boa e longa conversa.

Quem é a Maria Seruya?

Sempre fui uma pessoa muito entusiasta, genuína e com uma grande energia. Ao longo da minha vida pessoal e profissional sempre tive uma grande vontade de motivar e animar as pessoas à minha volta. Qualquer pessoa. Acho que isso se tornou bastante visível no meu percurso profissional, especialmente nestes últimos cinco anos, quando criei o meu próprio projeto, Velhas Bonitonas – *The Power of Old Ladies*, porque o meu trabalho tomou naturalmente a forma e a missão de motivar cada Mulher no seu processo de envelhecimento, ou seja, no seu processo de vida.

Relativamente ao meu percurso académico-profissional, licenciiei-me em Design Visual em 2004, estive em Inglaterra a estudar no *Art Foundation Course* em 1999-2000 e durante anos (cerca de dez) fiz cursos de longa duração sempre ligados à Arte, tais como Teatro, Ilustração, Desenho, Pintura, Joalharia, Cerâmica; e também fiz uma Residência Artística.

Trabalhei mais de dez anos como *designer* gráfica, mas sempre procurei um caminho pela arte. Até que um dia comecei a pintar espontaneamente “Velhas Bonitonas”, e daí surgiu um projeto que desde o início senti que iria ser algo muito forte e marcante na minha vida e na de outras mulheres. Mais tarde, para ganhar mais conhecimentos na área da psicologia do envelhecimento, fiz uma pós-graduação em psicogerontologia no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, que terminei em 2020, e que foi muito interessante.

Velhas Bonitonas é um projeto artístico que adquiriu uma personalidade multidisciplinar através de parcerias e ligações com projetos e pessoas de várias áreas, com os quais se enriqueceu, evoluiu e por isso mesmo se tornou mais empoderador e útil para cada mulher no seu processo de envelhecimento.

Acredito que o meu percurso será continuar o que estou a realizar, com mais qualidade, mais conhecimento, mais ideias, mais trabalho realizado, e com a missão de motivar e impactar cada vez mais mulheres. Em última análise, mais do que fazer arte, aquilo que mais me deixa satisfeita é sentir que a minha arte/trabalho/palavras/energia relacionada com o projeto Velhas Bonitonas contribui para motivar e tornar mais felizes as mulheres que me procuram.

O que distingue a Maria Artista da Maria Mulher?

É exatamente a mesma. Aquilo que faço é o que sou, aquilo que sou é o que faço.

Porque tudo o que se relaciona com este projeto alimenta a minha vida como mulher, e a minha vida e energia alimentam o meu lado artístico. Mas não foi sempre assim, apenas com este específico projeto me identifiquei a cem por cento e tudo fluiu desde o início de forma natural. Diluí-me neste projeto, e o que aconteceu como mulher foi que me transformei profundamente para muito melhor; sinto-me cada vez mais inteira a cada passo que dou neste projeto e na minha vida.

*«De musas inspiradoras para o olhar do artista,
passamos a ser o olho e a mão que cria.»*

Talita Trizoli

Gostava de abordar a arte no feminino sob dois aspetos: a visibilidade da artista mulher e o papel ativista da arte. Pergunto se hoje a arte tem género (se ainda é uma área predominantemente masculina ou se a mulher tem o mesmo destaque e visibilidade).

É um facto que foram muitos anos em que não se deu mérito às mulheres que pintavam. Os homens eram artistas e as mulheres entretinham-se a fazer arte, era apenas um *hobby*. Não se aceitavam mulheres nas escolas de arte. Como diziam as Guerrilla Girls no seu Manifesto a favor das Mulheres Artistas: “Menos de 5% dos Artistas nas secções de arte moderna são mulheres, mas 85% dos nus são Mulheres.” Este manifesto é de 1985-90, o que é bastante recente.

Na minha experiência pessoal, nunca senti até agora entraves por ser Mulher, até porque trabalho praticamente só com mulheres e sempre me uni a mulheres. Não tenho ideia de estatísticas, e o que mudou nestes últimos anos também não sei facilmente precisar; mas este manifesto das Guerrilla Girls tem 35 anos e mostra bem aquilo a que fomos sujeitas relativamente ao nosso corpo e ao preconceito durante anos e anos e relativamente também às nossas capacidades artísticas. E mesmo que tenhamos ganhado os nossos direitos, as mentalidades e os preconceitos não desaparecem assim tão facilmente.

Como é ser mulher artista/artista mulher em Portugal?

Sinto que sou privilegiada, porque sou uma artista mulher independente. Mas ser artista em Portugal, penso que tanto para o homem como para a mulher, não é fácil. A parte positiva são as redes sociais e a globalização, porque há muito mais oportunidades, muitas vezes sem termos de sair do país.

Mais do que gostar de ser artista mulher em Portugal, gosto de ser artista mulher portuguesa no Mundo, porque a expansão internacional já está a fazer parte da minha estratégia. Sinto-me bem como artista mulher, mas desde o início que não estou à espera de ajudas de ninguém; fui sempre à luta e continuo a fazê-lo.

Sente-se reconhecida e valorizada?

Sinto-me totalmente reconhecida pelas mulheres que me seguem e participam nas várias vertentes do projeto (obras de arte, *workshops*, produtos, conferências).

O que me deixa mais feliz é quando consigo (seja na realização de um quadro, seja num *workshop*, etc.) motivar verdadeiramente cada mulher a projetar o seu envelhecimento de sonho, como Mulher. E isso tem sempre acontecido, e é o maior reconhecimento de todos que me podem dar: ficarem felizes e passarem a amar o seu processo de envelhecimento.

Como foi a escolha de ser artista?

Desde sempre quis ser Artista, apenas demorei tempo a materializar a forma de o fazer. Tomei consciência de que o que me realiza não é criar arte pela arte, mas sim criar arte com uma missão motivacional, com este tema do envelhecimento feminino que me apaixona profundamente.

Foi importante no seu percurso ter exemplos femininos? Quem a inspira?

Foi decisivo.

Porque há uma solidariedade de facto entre mulheres. Senti-me muito apoiada por mulheres de todos os tipos, foram elas que deram um *boost* de confiança ao meu projeto e foram elas que me inspiraram pelo seu exemplo. Mas também foram elas que me fizeram perceber as “nossas” dores. Fui-me tornando cada vez mais atenta a esses exemplos, e o resultado foi tornar-se cada vez mais claro o *empowerment* que eu quis dar a mulheres através do projeto das Velhas Bonitonas.

Senti que era mesmo importante focar-me nas mulheres. Mulheres inspiradoras que para mim são de todos os tipos, de todos os tempos, de todas as idades, de todas as orientações sexuais, de todas as cores, de todas as religiões, de todos os estratos sociais, de todas as etnias.

Simplesmente Mulheres. As mulheres que me inspiram são aquelas que ousam ser quem são, sem complexos nem culpas.

Como podemos incentivar e dar visibilidade aos trabalhos das artistas?

Penso que a melhor forma de o fazer é com redes e encontros de *networking* feminino, mas de várias áreas, para além da arte. É bom frequentarmos redes de diferentes áreas, chegando-se a ideias de colaborações de diferentes tipos que podem ser boas oportunidades de visibilidade do nosso trabalho.

Penso que também é interessante a união das artistas em coletivos de arte. Mas o que me parece de maior relevância na forma de dar visibilidade é através de nós próprias, no nosso boca a boca, indo a eventos de todos os tipos, investindo na qualidade cada vez maior do nosso trabalho. É importante irmos à luta, podermos ouvir nãos, mas continuarmos sempre a acreditar no nosso trabalho. Continuar até conseguirmos realizar os nossos objetivos.

Os artistas rompem barreiras, estão geralmente na vanguarda e encabeçam muitas vezes mudanças. A arte, nas suas variadas formas, faz muito pela causa da Mulher, por expressar aspetos relativos à sua condição, como é o caso do projeto Velhas Bonitonas. Neste sentido o que é uma artista motivacional do envelhecimento feminino?

Com o projeto Velhas Bonitonas – *The Power of Old Ladies*, tenho desconstruído muitos estereótipos relacionados com o envelhecimento feminino. Não foi algo estudado a forma como iniciei este processo, simplesmente aconteceu e o projeto ganhou vida própria.

Todas as vertentes do projeto têm uma missão motivacional ligada ao envelhecimento. Desde exposições temáticas a *workshops* de empoderamento, intervenções educativas/ativistas ou ações de responsabilidade social. Todos mostram e interagem com mulheres de todas as idades numa visão empoderadora do que é ser Mulher Velha.

Talvez o projeto dentro do projeto Velhas Bonitonas que tem tido maior impacto seja os “RETRATOS DE ALMA”, que são uma forma de empoderar mulheres, mostrando-lhes a sua melhor versão em Velhas.

Tenho empoderado mulheres de todas as idades, através dos Retratos de Alma, desde os 20 até aos 70 anos. Utilizo as sessões de Empoderamento (entrevista-viagem via áudio até à Velha Bonitona de cada Mulher) para retirar toda a negatividade associada ao envelhecimento de cada mulher, a

fim de a ajudar a criar a sua própria visão da sua melhor versão no futuro, que pode ser daí a cinco, dez, trinta ou cinquenta anos.

Os Retratos de Alma têm tudo que ver com o que queremos ser e não com o que queremos ter no futuro. O processo desenvolve-se em cocriação com cada mulher individualmente, e o resultado final é sempre um quadro de uma Velha Bonitona através dos olhos de cada mulher e da minha criatividade. Ao visualizarmos o Retrato de Alma, tomamos consciência de que nos podemos tornar naquilo que sonhámos ser.

Como surgiram as Velhas Bonitonas? E quais os planos para o futuro?

Surgiram espontaneamente, mas apaixonei-me pela ideia e nunca mais parei.

Tudo fluiu e continua a fluir, e sobretudo continua a motivar mulheres no seu processo de envelhecimento e de vida. E isso é o que me alimenta, vê-las mais felizes e empoderadas, algo que também me aconteceu e acontece desde o início.

Quando comecei o projeto das Velhas Bonitona, não sabia nada sobre envelhecimento, fui aprendendo ao longo do percurso, porque, como disse, este projeto surgiu espontaneamente. Fui aprender mais [estudando psicogerontologia] para alimentar o projeto e os meus conhecimentos e porque me interessei, mas não pretendo de modo algum ser especialista em envelhecimento; é apenas algo para me enriquecer, até na minha criatividade.

Os planos para o futuro são continuar a fazer o que estou a fazer com mais qualidade, criatividade, inovação e a uma escala maior e internacional. Mas mantendo sempre a mesma missão: a de inspirar mulheres de todas as idades a amarem o seu processo de envelhecimento e a sentirem-se empoderadas através dessa visão.

«E o que é o idadismo? É precisamente a discriminação exercida sobre um grupo e que apenas decorre de uma característica dos indivíduos: a idade, qualquer idade.»

Maria João Guardado Moreira

Do seu contacto e trabalho com tantas mulheres, porque pensa que é tão difícil envelhecer e aceitar o envelhecimento?

É difícil porque a sociedade não aceita que uma mulher envelheça. O idadismo é um preconceito que ainda é socialmente aceite e, portanto, nem sequer temos ainda consciência de que sofremos esse preconceito. Ele adquire várias dimensões de várias formas; por exemplo, uma mulher é demasiado velha para ser bonita ou para ter sonhos, ou para ser líder, ou para amar, ou para ser desejada; ou simplesmente não pode ter rugas, etc.

Isso faz obviamente com que a mulher tenha dificuldade em aceitar o seu envelhecimento e não se sinta confortável, principalmente se não estiver consciente de que são apenas mitos e preconceitos que podem ser desconstruídos. E é muito este contributo de desconstrução de preconceitos que tenho realizado com o meu trabalho.

Qual foi a história mais fantástica vinda de uma velha bonitona, que nos queira contar? E nos possa inspirar.

Há uma história linda de uma mulher que pintava os cabelos de vermelho em nova. Quando começaram a nascer os cabelos brancos, achou que já não tinha idade para pintar os cabelos de vermelho e começou a pintar os cabelos da sua cor original. Quando conheceu o projeto das Velhas Bonitonas, voltou a pintar os cabelos de vermelho e escreveu-me a contar isto. Fiquei extremamente feliz por ela e motivada também!

O melhor conselho para sermos uma Velha Bonitona?

“Ousarmos ser quem somos, sem complexos nem culpas”, lema das Velhas Bonitonas.

Alguma pergunta que não fiz e devia ter feito?

Aqui vai uma ideia que acho engraçada para refletir... Qual a melhor idade?

Gosto sempre de pensar no futuro (envelhecimento), mas sem nunca esquecer que o momento é agora e dar a lembrar que “A melhor idade é sempre a de hoje” (Velhas Bonitonas).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Moreira, M. (2020). *Como envelhecem os portugueses: Envelhecimento, saúde, idadismo* [How the Portuguese age: Aging, health, idadism]. Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Trizoli, T. (2008). *O feminismo e a arte contemporânea: Considerações* [Feminism and contemporary art: Considerations]. 17.º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, Panorama da Pesquisa em Artes Visuais. Florianópolis.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 07/05/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)



© Maria Seruya



© Maria Seruya



© Maria Seruya



© Maria Seruya

Pioneira

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/x3qf-a2fz>

<https://orcid.org/0000-0002-0660-4652>

* Professora Associada com agregação em Direito Público
Universidade NOVA de Lisboa, NOVA School of Law
1099-032 Lisboa, Portugal
helena.melo@novalaw.unl.pt



Regina Quintanilha

HELENA PEREIRA DE MELO

Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha, de Sousa e Vasconcelos pelo casamento (o marido chamava-se Vicente de Vasconcelos e foi juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça), foi a primeira advogada, procuradora judicial, notária e conservadora do Registo Predial portuguesa.

Regina nasceu em 1893 em Santa Maria, Bragança. A sua família era abastada, pertencendo a mãe, D. Josefa Ernestina Pinto de Magalhães Quintanilha, às Casas de Adeganha e de Saborosa, que se diziam descendentes do navegador Fernão de Magalhães. O pai, Francisco António Fernandes Quintanilha, pertencente a uma família de Miranda do Douro, foi membro do Partido Progressista e governador civil do distrito de Bragança.

Regina teve duas irmãs: Maria Adelaide e Júlia Gentil. A sua mãe, poetisa e escritora, contrariando os hábitos da época, propiciou às filhas uma educação cuidada, dada em parte em casa, em parte em escolas públicas ou privadas. Como refere Regina numa entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, em março de 1943:

“Minha mãe era uma pessoa com uma visão ampla das coisas, e que nos criou só com a ideia do trabalho, não nos deixando um momento, durante o dia, sem termos que fazer. Desde que nos erguíamos até que nos deitávamos, vivíamos para trabalhar. Depois, também rodearam-nos sempre pessoas formadas e assim o nosso espírito se foi habituando a um ambiente culto.” (Vicente, 1991, p. 111)

Regina teve aulas de Música (para que tinha especial talento) e de Francês em casa, frequentou o Colégio das Franciscanas em Bragança, o Colégio de Nossa Senhora da Conceição no Porto e, como “ouvinte”, o Liceu Rodrigues Ferreira, onde concluiu em apenas um ano o 6.º e 7.º anos do ensino liceal.

Em setembro de 1910, tentou matricular-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, apesar de a lei vigente à data não permitir o exercício da advocacia por mulheres. O artigo 1354.º, n.º 2, do Código Civil de Seabra, equiparando as mulheres aos menores não emancipados, determinava que só elas poderiam ser procuradoras judiciais “em causa própria, ou de seus ascendentes e descendentes ou de seu marido, achando-se estes impedidos”. Apenas nestas situações lhes poderia ser conferido o mandato judicial, o que implicava que não pudessem representar, em regra, terceiros em tribunal. Também não lhes era permitido, de acordo com o disposto no artigo 1966.º desse Código, e uma vez mais à semelhança dos menores não emancipados, ser testemunhas em testamento, havendo ainda outras limitações que inviabilizavam o exercício da generalidade das profissões forenses pelas mulheres. Os comentadores a estas disposições, nomeadamente o Professor Dias Ferreira, justificavam-nas:

“Não permite o Código a procuradoria às mulheres porque o mandato judicial envolve os mais altos segredos e os mais caros interesses das partes, e o legislador julgou que não casava com o temperamento e o decoro das mulheres a guarda dos segredos, e a investigação de certos factos.” (Ferreira, 1898, p. 25)

As mulheres também não são admitidas como testemunhas porque, nas palavras do mesmo professor:

“No Direito Moderno, porém, a exclusão das mulheres do ofício de testemunhas não é pela mesma razão da legislação romana, não é por não gozarem de personalidade jurídica, pois que essa já lha reivindicaram os progressos da civilização, mas sim por na grande maioria não inspirarem em razão dos seus hábitos, modo de vida, e natural fraqueza, absoluta confiança de se manterem firmes na verdade para autenticarem atos solenes.” (Ferreira, 1898, p. 477)

Atento o insólito pedido de Regina, convocou-se uma reunião magna do Conselho Universitário que decidiu pelo ingresso de “um aluno do sexo feminino”, com apenas um voto contra: o do professor Calisto. Regina Quintanilha torna-se a primeira mulher a frequentar a licenciatura em Direito em Portugal e é recebida pelos colegas com solenidade quando entra no edifício da faculdade. Como descreve o seu futuro marido (com quem se casará em 1917): “Quando minha mulher transpôs, pela primeira vez, as portas da Universidade os estudantes atapetaram-lhe com as suas capas o caminho. Foi recebida festivamente” (Maggiolly, 1941). Também Regina, na referida entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, reconhece: “Entre na universidade como a coisa mais natural da vida. Ninguém me hostilizou. Todos me receberam com a maior amabilidade. Só tenho encontrado rosas. Dou graças a Deus” (citada em Vicente, 1991).

Regina começa a frequentar a Faculdade de Direito em outubro de 1910, ano da implantação da República. Aproveitando a instituição de cursos livres na Universidade de Coimbra (tornada possível pelo Decreto de 23 de outubro de 1910), frequenta disciplinas de várias áreas do saber. Na recentemente criada Faculdade de Leras, onde é aluna de Carolina Michaelis de Vasconcelos (de quem se torna amiga), conclui, com aproveitamento, diversas disciplinas nas áreas da História, da Filosofia, da Literatura, da Geografia, da Arqueologia. Estuda ainda Química, com Carlos Lepierre, e Física, com Sidónio Pais, na Escola Industrial Brotero. Conclui a licenciatura em Direito em três anos, a 31 de março de 1914.

Antes de terminar o curso, dado apenas lhe faltar a disciplina de Medicina Legal, e apesar da proibição legal de praticar advocacia (só com o Decreto n.º 4676, de 11 de julho de 1918, cessaria essa proibição), Regina

solicita ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça autorização para exercer esta atividade. O juiz conselheiro Abel Correia de Pinho concede-lhe, no dia 1 de novembro de 1913, “licença para advogar nos auditórios da República” (Maggiolly, 1941). Poucos dias depois, Regina é nomeada oficiosamente para defender duas arguidas em processo-crime. A 14 de novembro, intervém, pela primeira vez, numa audiência de julgamento no âmbito deste processo, sendo o acontecimento amplamente relatado pela imprensa da época. O jornal *A Luta* do dia seguinte, sob o título “A primeira advogada portuguesa”, descreve de forma elogiosa a intervenção de Regina no Tribunal da Boa Hora, em Lisboa:

“No primeiro distrito criminal, em audiência de processo correccional, responderam ontem umas pobres mulheres, de nomes Ludovina Pereira e Guilhermina Maria Correia, acusadas de terem agredido uma velhota, que nos seus tempos de rapariga não teria feito má figura ao lado de Brites de Almeida, a histórica ‘Padeira de Aljubarrota’, ou da célebre preta conhecida pela ‘Cartuxa’, que durante muitos anos foi o terror dos polícias e dos guardas-noturnos da Mouraria, a quem facilmente subjugava quando a provocavam. O caso passou-se no dia de Natal do ano passado, numa escada da Rua da Rosa e terminou ontem pela condenação das rés em 5 dias de multa a 10 centavos por dia. (...) Apesar de o caso não ter sido anunciado, em poucos minutos a sala de audiências encheu-se de advogados, de delegados do Ministério Público, procuradores, escrivães e muitas outras pessoas do povo, desejosas de assistir à primeira advogada portuguesa.

D. Regina, que é uma atraente jovem, deveras simpática, envergando a toga de advogado, inquiriu as testemunhas e, apesar de ter sido apanhada de surpresa, mostrou as suas faculdades de inteligência, fazendo salientar em favor das rés todas as circunstâncias favoráveis à defesa. Ao ser-lhe dada a palavra, dela usou durante algum tempo com muito brilhantismo, deixando em todos a impressão de que no futuro, a dedicar-se à carreira de advocacia, muito há a esperar da sua inteligência. Devemos dizer que a novel advogada, no seu discurso, não usou de exageradas flores de retórica, antes se fez bem compreender da assistência habitual do tribunal. Em resumo: a primeira advogada portuguesa conquistou facilmente as simpatias do público.” (citado em Vicente, 1991, pp. 109-110)

Assim iniciou Regina a sua carreira de advogada, que prosseguiu até 26 de abril de 1957, data em que suspendeu a sua inscrição na Ordem

dos Advogados, para se dedicar à família e à administração de empresas. Trabalhou sobretudo em advocacia de negócios, tendo tido escritório em Lisboa, Rio de Janeiro e Nova Iorque. Inscreveu-se também na Ordem dos Advogados brasileira e trabalhou com distintos advogados belgas, espanhóis, franceses, italianos, noruegueses, suecos...

Não obstante a sua principal atividade ter sido a advocacia, Regina foi também notária em Albergaria-a-Velha, conservadora do Registo Predial em Lisboa e professora no Liceu Maria Pia. Foi autora de vários trabalhos publicados em periódicos portugueses e brasileiros.

Em 1941, por ocasião da celebração dos vinte e cinco anos sobre a data de admissão nos tribunais portugueses da primeira procuração judicial assinada por uma mulher, um conjunto de senhoras portuguesas, encabeçado por D. Judite Maggioli, oferece a Regina Quintanilha um *Livro de Ouro* contendo mais de uma centena de depoimentos de pessoas que a quiseram homenagear. Se analisarmos a composição da comissão organizadora, verificaremos que nela participam quase setenta mulheres pertencentes a diferentes grupos sociais e que exercem diversas atividades: encontramos a Marquesa de Tancos, a Condessa de Avintes, a Condessa de Santar, as irmãs Guardiola (das quais uma foi deputada e reitora do Liceu Maria Amália), a filha de Lopes Praça (D. Elisária Nunes Mexia), a Presidente da Obra de Proteção das Raparigas (D. Maria Luísa da Câmara)... Mulheres que continuam a assinar como sendo titulares de títulos nobiliárquicos, não obstante a República os ter abolido trinta anos antes, e mulheres que desempenham cargos importantes na hierarquia do Estado Novo.

Se lermos os textos contidos no livro, concluiremos que a multiplicidade de pessoas que quis homenagear a primeira advogada portuguesa é impressionante: encontramos políticos, clérigos, familiares, amigos, advogados portugueses e brasileiros, magistrados, estudantes de Direito, de Medicina e de Arquitetura, pintores, escritores, bem como colegas de trabalho de Regina Quintanilha. O livro traduz uma homenagem séria de pessoas de diferentes idades e estatutos socioeconómicos, sendo constante a expressão de respeito e admiração profissionais e pessoais por Regina Quintanilha, que na altura teria 48 anos.

O tipo de homenagem feito, como não pode deixar de ser, é diferente em função da relação que o autor tem com Regina e dos respetivos quadros mentais. Assim, encontramos um grupo de pessoas que sublinham que

Regina, mais do que uma boa profissional, é uma excelente esposa e mãe de família. O primeiro texto de homenagem, assinado pelo general Óscar Carmona, corresponde a este modelo. Depois de uma breve introdução, escreve o então Presidente da República:

“Podem ser apreciados nessa homenagem variados aspetos que, certamente, serão evidenciados pelas numerosas admiradoras de tão distinta senhora. Há porém um que penso salientar e pôr em relevo, pois que profundamente me sensibiliza: a maneira como sabe conciliar os seus deveres profissionais com os de esposa exemplar e mãe amantíssima, convertendo o seu lar num grande exemplo.” (Maggiolly, 1941)

De igual modo a Marquesa de Tancos escreve: “Admiradora do seu talento, não o sou menos do seu bondoso coração e do seu extremoso e desvelado amor de mãe” (Maggiolly, 1941).

A própria filha de Regina, Maria Regina Quintanilha Vasconcelos, tem a preocupação de sublinhar que a homenageada é uma excelente mãe, não obstante os seus afazeres profissionais:

“Comecei desde muito pequenina a admirar a minha Querida Mãezinha não só por ela ser uma Mãe extremosíssima mas também pelo seu bom coração e a sua bondade para todos os que a ela recorriam. Soube depois (teria três ou quatro anos) que tinha sido a minha Mãe a primeira advogada, a primeira conservadora, enfim a primeira senhora que abriu caminho à vida da mulher portuguesa, e mais ainda cresceu a minha admiração por ela.” (Maggiolly, 1941).

O bem da Nação, da Pátria e da Raça encontra-se subjacente a alguns dos tributos feitos a Regina. Seleccionámos um, o de D. Abílio Augusto Vaz das Neves (1939-1965), bispo de Bragança: “Apreciamos a sua coragem em provar, mais uma vez, ao mundo que a mulher não é inferior ao homem em inteligência e até em resistência física quando o bem da Pátria e da Raça o exigem” (Maggiolly, 1941).

O então patriarca de Lisboa, que fora seu discípulo em Coimbra, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, também abençoa Regina Quintanilha.

Outro tipo de homenagem frequente no livro é o que expressa admiração pelo caminho aberto por Regina às mulheres portuguesas no que

concerne ao exercício de profissões forenses. A mais importante é, talvez, a constante “mensagem de abertura” do livro, feita pela sua “impulsionadora e organizadora”, D. Judite Maggioli. Inicia-a de um modo extremamente bonito, quase poético:

“Senhora,

A gratidão é o mais formoso sentimento que vive em nós. (Maggioli, 1941)”

D. Judite justifica a elaboração do livro como forma de “exaltar as bodas de prata das vossas canseiras, vinte e cinco anos de vida ativa, do mais intenso dinamismo espiritual”. O discurso torna-se mais centrado na questão dos direitos humanos das mulheres, na parte em que não é manuscrita, mas dactilografada, para que possa ser facilmente lida por todos:

“Em Portugal a legislação colocava a mulher numa situação jurídica semelhante à dos menores não emancipados e portanto de manifesta inferioridade legal. (...) Eis em que conta era tida a competência e a inteligência da mulher colocada em manifesta incapacidade civil e em deprimente inferioridade legal. Mas uma Senhora, D. Regina de Quintanilha, depois de ter feito em três anos o curso de Direito com distinção, inscreveu-se no Supremo Tribunal como advogada e este passou-lhe ‘carta’ autorizando-a a advogar nos tribunais da República. Depois apresentou em juízo procurações judiciais e foi admitida sem discussão nos tribunais civis, comerciais, criminais, militares, de árbitros avindores e acidentes de trabalho, Relação e Supremo Tribunal. Terminara, praticamente, a incapacidade civil das mulheres.

A mesma Senhora, pouco depois, fez-se nomear notária e conservadora do registo predial para abrir o precedente de as mulheres poderem exercer tais cargos. (...) Desde que podia ser notário, podia, logicamente ser testemunha instrumentária, etc... um novo horizonte se abriu à atividade feminina. Conseguiu uma Senhora trabalhando silenciosamente mais que todas as reclamações, manifestos, violências.”⁽¹⁾ (Pimentel & Melo, p. 59 e ss.)

1. Vide, sobre este ponto, Irene Flunser Pimentel e Helena Pereira de Melo. (2015). *Mulheres Portuguesas*, Clube do Autor, 59 e ss.

Ao conseguir ser a primeira advogada, procuradora judicial, notária, conservadora do Registo Predial portuguesa, Regina Quintanilha contribuiu inegavelmente para um melhor exercício da cidadania por parte das mulheres portuguesas.

Regina faleceu em Lisboa, em março de 1967.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Vicente, A. (1991). R. Q. (1893-1967). In M. R. T. Silva & A. Vicente, *Mulheres portuguesas: Vidas e obras celebradas – Vidas e obras ignoradas* [Portuguese women: Lives and works celebrated – Lives and works ignored]. Comissão da Condição Feminina.
- Ferreira, J. D. (1898). *Código civil português anotado, III* (2.ª ed.) [Portuguese civil code annotated]. Imprensa da Universidade.
- Maggiolly, J. (1941). *Livro de ouro primeira advogada portuguesa. Primeira procuradora judicial. Primeira notária. Primeira conservadora do registo predial* [Golden book first portuguese lawyer. First lady prosecutor. First notary public. First land register]. n.d.
- Pimentel, I. F., & Melo, H. P. (2015). *Mulheres portuguesas* [Portuguese women]. Clube do Autor.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 21/05/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Retrato

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/sdjm-r4wj>



Os Mundos de Maria Archer

OLGA ARCHER MOREIRA*

Na senda das pesquisas para vos apresentar Maria Archer, uma escritora incómoda (1982), encontrei-me com estas palavras de Mário Soares em 2012: «Nos poucos contactos que com ela [Maria Archer] tive e os livros dela que li com muito agrado percebi a força das suas convicções e o indiscutível conhecimento da vida e a inteligência que dela emanavam» (Gomes & Moreira, 2012).

Mulher autodidata mas dona de uma cultura exuberante, Maria Archer nasceu em 4 de janeiro de 1899, num dia de Inverno, em Lisboa, na freguesia das Mercês, Maria Emília Archer Eyrolles Baltasar Moreira, a mais velha de

uma prole de seis. Viveu a sua infância entre Lisboa e terras de África, rumando ora a Moçambique, ora à Guiné.

Com apenas 13 anos, publicou o seu primeiro artigo num jornal em Moçambique.

Em 1914, Maria regressou a Lisboa e foi residir em Algés, e mais tarde em Santo Amaro, com os pais e os irmãos. E é aqui, já com 16 anos, que consegue permissão para terminar o 4.º ano a nível oficial no Colégio Europeu.

A nova incursão por terras de África aconteceu em 1916. Desta vez rumou até à Guiné, “a verdadeira África maravilhosa” (Archer, 1940, p. 43), onde viveu durante dois anos.

Na Guiné deu voz e alma à tertúlia Lides Literárias. A chama literária iluminou-lhe a alma e em 1918 publicou o seu poema “Desejo mórbido”, nesta colónia, onde é reconhecida, ainda hoje, como a “poeta do exotismo” (Amado, 1990).

Em agosto de 1921, já em Faro, casou com Alberto Teixeira Passos, que tinha conhecido anos antes na ilha de Moçambique. De novo atravessou os mares e aportou em Moçambique, agora com o marido. Os primeiros cinco anos de vida do jovem casal foram vividos em Ibo, Moçambique. Retornou a Lisboa em 1926 com o marido e o afilhado e balançou a sua vida entre Faro e Vila Real de Trás-os-Montes. Estreou-se nas letras pátrias nos semanários *O Algarvio* e o *Correio do Sul*, ambos de Faro (Câmara Municipal de Faro, 2010).

Após a separação, Maria Archer terá feito uma carta precatória para depósito de mulher casada, dizendo que estava a viver em casa de família em Lisboa (Botelho, 1994, p. 34). Em 1931 encontrava-se divorciada. Nesse ano navegou até Angola para viver com os pais. De novo África a acolheu e a deslumbrou, e aí permaneceu até 1935, ano em que publicou o primeiro livro, *Três Mulheres*, em parceria com António Pinto Quartim, em Luanda. No mesmo ano, o seu livro *África Selvagem* viu a luz do dia em Lisboa. Foi reconhecida pelos críticos literários da época como «a revelação da literatura portuguesa de 1935, com uma obra de linguagem rica, de uma perfeita plasticidade e de um colorido brilhante como só grandes escritores sabem utilizar» (Quartim, 1936, janeiro).

Mário Soares afirmou em 2012: «Na verdade conheceu muito bem esses países, então antigas colónias portuguesas. As suas flores, as suas faunas e obviamente as pessoas – eram para Maria Archer, um enigma

desvendado. Conheceu a África de expressão portuguesa como pouca gente» (Gomes & Moreira, 2012, p. 42).

Após o divórcio, Maria Archer dedicou-se à escrita e viveu do seu trabalho como escritora, jornalista e conferencista.

Os seus livros são consequência da ousadia e da coragem que a caracterizam, ciciam-nos de forma gritante as desigualdades existentes entre os homens e as mulheres. A par desta luta pela igualdade da mulher e do homem, Maria escrevia sobre África, continente que a maravilhou e seduziu e onde passou parte da sua vida juvenil. Escreveu novelas, romances, livros de viagens que divulgam a diversidade antropológica de África e que Gilberto Freyre tanto elogia no prefácio do livro *Herança Lusíada* (s.d.): «A portuguesa Maria Archer poderia ser hoje em língua portuguesa uma espécie do que a anglo-americana Margaret Mead é em língua inglesa [...]. *Herança Lusíada* é um verdadeiro estudo sociológico escrito por uma atenta socióloga e antropóloga» (s.d., pp. 9-11).

Também na literatura para crianças Maria Archer se aventurou e esteve presente. Publicou semanalmente, entre 1935 e 1937, contos infantis no jornal infantil *O Papagaio*, onde sua irmã Isabel também escrevia. Para as crianças Maria escrevia contos de encantar sobre África. Aos sobrinhos contava contos de encantar repletos de expressividade, de cor e de sons africanos. Seu sobrinho, Luís Filipe Archer Moreira, recorda: «Eram histórias densas, pesadas, que acalmavam a miudagem. Era um encanto ouvi-la» (Gomes & Moreira, 2012, p. 53).

Em 1938, conquistou o prémio Maria Amália Vaz de Carvalho, com o livro *Viagem à Roda de África*. E, apesar de ter ganho o prémio, ainda nesse ano, e em 1947, viveu a desventura de ver alguns dos seus livros apreendidos (*Ida e Volta duma Caixa de Cigarros* e *Casa sem Pão*).

O *Dicionário de educadores portugueses*⁽¹⁾, dirigido por António Nóvoa, refere Maria Archer como um dos pedagogos portugueses tendo em atenção

1. O *Dicionário de Educadores Portugueses* reúne novecentas biografias de homens e mulheres que se dedicaram ao ensino e à educação nos séculos XIX e XX. Para além de professores e pedagogos conhecidos, o dicionário apresenta o percurso de vida, as práticas e as ideias de muitos outros autores com intervenção política, intelectual, social e profissional no campo educativo. Dirigido por António Nóvoa, da Universidade de Lisboa, a obra conta com mais de uma centena de colaboradores de todo o país. É um trabalho de referência que permite novas leituras da história do ensino e da educação em Portugal. Historiadores, professores e pedagogos, bem como todos aqueles que se interessam pela história social, cultural e local, encontrarão aqui elementos de informação

o seu trabalho na área da literatura para a infância e juventude e os seus estudos antropológicos, para os quais António Sérgio chamou a atenção de Gilberto Freyre.

A mulher ousada, sem medo, foi a única autora feminina a publicar seis dos setenta títulos que integram a coleção *Cadernos Coloniais*, editados entre 1935 e 1941. Quando o seu livro *Há-de Haver uma Lei...* viu a luz do dia, em outubro de 1949, assim foi elogiado por João Gaspar Simões: «Esperem o juízo do tempo, e verão! Quando em 2049 se celebrar o centenário do aparecimento de *Há-de haver uma lei...* todos os editores portugueses dignos desse nome baixarão os olhos, envergonhados, ao ouvir esta tremenda efeméride: em 1949 Maria Archer, autora de duas dezenas de volumes, teve de publicar a expensas suas o seu livro de contos *Há-de haver uma lei...* pois não havia então em Portugal um único editor capaz de perceber que este livro era uma coleção de obras-primas do conto português» (Simões, 1949, pp. 15-16).

Em 1945, Maria Archer aderiu ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), um movimento que surgira em oposição a Salazar e ao Estado Novo no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial.

A propósito do livro *Nada Lhe Será Perdoado*, Ferreira de Castro escreve em 1953: «O seu *Nada lhe será perdoado* engloba as qualidades diferentes que estamos habituados a ver, separadamente, nas obras dos homens e das mulheres. De umas tem a sensibilidade, a penetração subtil, os sentimentos delicados, dos outros a força, a largueza de vistas e a profundidade. E tudo isso com uma segurança e homogeneidade singulares» (Castro, 1954; citado em Gomes & Moreira, 2012, p. 68).

Como disse Artur Portela, «a sua pena parece por vezes uma metralhadora de fogo rasante» (1953, agosto 3; citado em Gomes & Moreira, 2012, p. 68).

Apesar do reconhecimento dos críticos da época, em 1955, inconformada, Maria Archer navega até ao Brasil, após a PIDE lhe ter invadido a casa e apreendido um manuscrito sobre o julgamento de Henrique Galvão. No Brasil viveu vinte e quatro anos. Ali a sua intervenção política visou uma resistência ao regime salazarista através dos inúmeros artigos publicados nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Semana Portuguesa*, *Portugal*

e de reflexão. Obra de consulta para bibliotecas nacionais, municipais, universitárias e escolares, o *Dicionário de Educadores Portugueses* recebeu o apoio inicial do Ministério da Educação e a colaboração da Biblioteca Nacional. Editado pela ASA, com 1474 páginas, em 2003 (Rocha, 2003).

Democrático e de intervenções públicas em conferências e palestras. Foi preceptora, jornalista, escritora, conferencista, e, em 1971, colaborou no Plano de Alfabetização de adultos.

A saudade foi-se instalando no espírito da escritora e a esperança de um novo dia e de um novo país também. Em abril de 1970, Maria confidenciou-nos que «de quando em quando sinto a esperança de se aproximar o dia em que regresso a Portugal...»⁽²⁾. Aliada à esperança do regresso, havia a esperança de poder ser deputada da oposição para, em Portugal, pugnar pelos direitos das mulheres.

São trinta e um os livros que se conhecem de sua autoria, escritos entre 1935 e 1963.

Maria Archer regressou a Lisboa em 26 de abril de 1979, desejando morrer em Portugal, e com um dos seus sonhos concretizado: Portugal vive as cores da liberdade. O verde da esperança e o vermelho da conquista e da alegria. Neste regresso ainda se vislumbrou a mulher de outrora. Mas a doença e a idade estavam presentes.

Deixou-nos em 23 de janeiro de 1982.

O jornalista Orlando Raimundo (1982), escreveu um artigo com o título *Maria Archer faleceu abandonada num asilo*, onde nos dá a conhecer esta mulher: «...uma intelectual importante da cultura portuguesa deste século, censurada, perseguida e exilada. Maria Archer passou os últimos três anos da sua vida internada. O País, agora democrático, negou-lhe a dignidade de pessoa humana por que sempre se bateu... Esquecida por (quase) todos...». E Raul Rego (1982), no artigo intitulado *Maria Archer* publicado dias após a morte, recorda-nos: «Maria Archer... Singular destino o desta mulher que poderia ter tido os êxitos intelectuais e mundanos, a tranquilidade económica e satisfação dos seus caprichos e que, só por sentir e prezar a liberdade de pensamento e de expressão, morre, quase a roçar os oitenta anos, num asilo, após tempos de angústia, sem nome» (p. 3).

Elisabete Baptista (2011) elucida-nos: «A literatura de Maria Archer singrou as águas do Índico, do Atlântico e aportou no Brasil. Pode-se dizer que, assim como a força unificadora da língua de expressão portuguesa, a sua produção criativa provou ter vocação marítima, pois transpôs os

2. Correspondência de Maria Archer.

hostis entaves das fronteiras geográficas, e passou a ser abertura para o estreitamento dos laços» (p. 17).

Em 2012 Alberto Teixeira Passos – *mtoto* –, afilhado de Maria Archer e filho do ex-marido, lembrou a sua madrinha e confidenciou-nos: «Maria Archer tinha mundo e precisava de mais mundo para além de Vila Real» (Gomes & Moreira, 2012, p. 60).

Mulher, escritora, tradutora, conferencista, jornalista, defensora dos direitos das mulheres, opositora ao regime vigente em Portugal na época, Maria Archer foi silenciada por alguns e excluída da memória cultural do nosso país.

Ousou ser Maria Archer, sem pseudónimos... Como agradecimento, viveu o isolamento e a marginalização da sociedade de então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, M. M., & Mendes, M.G.S. (2011). *Encontro mundial de mulheres portuguesas na diáspora* [Conference sessions]. Fórum da Maia.
- Amado, L. (1990). A literatura colonial guineense [Guinean colonial literature]. *Revista ICALP*, 20-21, pp. 160-178.
- Archer, M. (1940). *Roteiro do mundo português* [Roadmap of the Portuguese world]. Edições Cosmos.
- Archer, M. (1982, janeiro 24). *Uma escritora incómoda* [A troublesome writer], p. 9.
- Botelho, D. (1994). *Ela é apenas mulher* [She's only a woman]. Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Câmara Municipal de Faro, Deliberações 2010. Atribuição de Topónimos – Proposta n.º 85/2010CM. [Anexos]
- Castro, F. (1954, agosto 30). *Maria Archer vista pela crítica*. Edições S.I.T.
- Gomes, R., & Moreira, O. A. (Eds.) (2012). *Vida e obra de Maria Archer: Uma portuguesa da diáspora* [Life and work of Maria Archer: A Portuguese woman in the diaspora]. Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, Lisboa.
- Nóvoa, A. (Dir.). (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Edições Asa.
- Portela, A. (1953, agosto 3). *Maria Archer vista pela crítica*. Edições S.I.T.
- Quartim, P. A. (1936, janeiro). *Ilustração de Angola*.

- Raimundo, O. (1982, janeiro 25). Maria Archer faleceu abandonada num asilo [Maria Archer died abandoned in an asylum]. *Diário Popular*.
- Rego, R. (1982, fevereiro 2). Maria Archer. *Diário Popular*, p. 3.
- Rocha, F.C. (2003). Calvão (Vagos) 09/12/1933 – Aveiro 18/11/1996. In Nóvoa, A. *Dicionário de educadores portugueses* (pp. 1195-1199). ASA. <https://ria.ua.pt/handle/10773/10555>
- Simões, J.G. (1949, outubro 30). Livro do mês [Book of the month]. *Átomo*, pp. 15-16.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 10/05/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Recensões

**Gomes-Ribeiro, P.,
Durand, J., Freitas, J.,
& Gaspar, F. (Coord.).
(2021). *Música,
género, sexualidades:*
*Musical trouble... after
Butler.* Edições Húmus
(240 pp.)**

BEATRIZ NUNES

O livro *Música, género, sexualidades: Musical Trouble... After Butler* assinala a primeira publicação portuguesa exclusivamente dedicada ao cruzamento disciplinar entre os estudos de género e as ciências musicais. O livro resultou de uma seleção de oito artigos inéditos da autoria de investigadores em música na NOVA FCSH, associados às unidades de investigação CESEM^[1] e INET-md^[2], ativos nos campos do género e da sexualidade. Na introdução,

DOI: <https://doi.org/10.34619/f03a-rmky>

Ciência ID: C71D-173B-C725

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9814-4509>

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH), Instituto de Etnomusicologia: Centro de Estudos em Música e Dança, 1069-061 Lisboa, Portugal
beatriz.nunes@fcsch.campus.unl.pt

1. Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da NOVA FCSH.

2. Instituto de Etnomusicologia: Centro de Estudos em Música e Dança da NOVA FCSH.

Paula Gomes Ribeiro contextualiza a origem do volume após a primeira conferência internacional promovida pelo NEGEM³ em 2015, *Musical trouble... after Butler...*, onde se propunha uma análise sobre o impacto e integração da obra de Butler na investigação musicológica portuguesa. *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler* convoca o legado teórico de Judith Butler e o impacto da sua obra na teoria crítica feminista contemporânea, observando o género como um elemento performativo e fluido de expressão e representação sociocultural. Apesar de o volume não ter como objetivo discutir o estado da arte da investigação em género e musicologia, é apresentado um breve resumo de algumas das primeiras obras de referência neste campo de estudos como *Feminine endings* (McClary, 1991), *Queering the pitch: The new gay and lesbian musicology* (Brett, Wood & Thomas, 1994) e *Gender and the musical canon* (Citron, 1993).

O livro apresenta três eixos temáticos: Binarismo de género e relações de poder; Personagens, narrativas e (re)definições de género; Músicas, espaços e dinâmicas sexuais. O primeiro capítulo, de Maria José Artiaga, descreve o percurso da maestrina e compositora austríaca Josephine Amann-Weinlich (1848-1887), pioneira que desenvolveu uma intensa atividade artística pela Europa e Estados Unidos da América no final do século XIX como regente da Orquestra de Senhoras de Viena. O estudo incide sobre as construções de género da época, sendo a vigilância dos corpos das mulheres instrumentistas evidente, desde a sua interdição na execução de instrumentos de metal às expectativas de feminilidade da sua apresentação em palco. O texto permite refletir sobre a necessidade de negociação da identidade feminina no contexto de um papel musical conotado com o masculino, como é o caso da regência de uma orquestra, bem como a dependência das relações patriarcais na construção da carreira da maestrina. No segundo capítulo é apresentado o estudo de Ângela Portela, onde é analisada a receção das atrizes-cantoras Cinira Polônio (1857-1938), Etelvina Serra (1882-1973) e Palmira Bastos (1875-1967) na imprensa escrita luso-brasileira do início do século XX. A autora afirma que regularmente a crítica antecipa a dimensão “mulher” na representação da figura artística feminina, avaliando-a primeiro através dos modelos de género esperados nessa sociedade, e só

3. O Núcleo de Estudos em Género e Música, associado ao CESEM, inaugurou o estudo sistemático sobre género e música em Portugal na última década.

depois aplicando as expectativas transversais à proficiência artística. Este contexto prejudicou especialmente mulheres instrumentistas e compositoras, atuantes num campo tradicionalmente dominado por homens. A autora chama a atenção para os conflitos e contradições entre os valores dominantes na opinião pública e as aspirações de emancipação das mulheres, particularmente sentidos por artistas inseridas no mercado de trabalho da música na transição para o século XX.

No terceiro capítulo, Isabel Pina debruça-se sobre o papel da crítica musical Maria Helena de Freitas nas sociabilidades musicais portuguesas do século XX através da relação amorosa com o compositor Luís de Freitas Branco. A autora aponta a importância de Maria Helena na construção da carreira do compositor, sendo a crítica musical responsável pela organização da sua vida profissional, bem como pela gestão pessoal e emocional entre o “mestre” e o seu círculo social. O estudo discute como as estruturas sociais e pessoais puderam ditar um lugar de subalternidade a mulheres integradas em atividades artísticas, criticando a marginalidade de Maria Helena na narrativa histórica. No capítulo seguinte, Teresa Gentil propõe uma abordagem etnomusicológica ao percurso da cantautora angolana Aline Frazão (n. 1988), salientando a dimensão simbólica da sua música e a apresentação pública em conflito com as expectativas sociais e políticas sobre o seu gênero e etnia. Gentil reflete sobre as estratégias de afirmação musical de Aline enquanto intérprete e criadora, comparando os seus dois primeiros discos, onde fica patente uma fluidez de identidade de gênero na desconstrução de uma apresentação inicialmente delicada e feminina para uma presença mais dura e conscientemente andrógina. Apesar de este caso estar separado por mais de um século das mulheres analisadas nos capítulos anteriores, entende-se que a objetificação do corpo das mulheres, bem como os estereótipos de beleza e feminilidade a elas associados, permanecem enraizados. Segundo Gentil, a opressão de gênero força as mulheres a mudarem não apenas a sua produção musical e performance, mas também a sua personalidade, imagem e expressão.

No primeiro capítulo da segunda parte, Filipe Gaspar discute os papéis de gênero e representações de não normatividade na opereta portuguesa oitocentista. O autor analisa representações sobre gênero masculino e feminino nos libretos de obras músico-teatrais, revelando uma consciência sobre um modelo de masculinidade hegemónica e os seus processos

de vigilância e punição. Esta análise permite aprofundar o conhecimento sobre o estatuto de homens e mulheres na sociedade portuguesa no final do século XIX, discutindo o papel das masculinidades associadas às perspetivas nacionalistas da época, a autodeterminação da mulher sobre o seu corpo, ou ainda o travestismo como um recurso teatral satírico e transgressivo. No capítulo seguinte, Joana Freitas considera a banda sonora da série televisiva *Game of Thrones* como ponto de partida para a análise das construções de género sobre duas protagonistas femininas. A autora revela como a música é um aspeto central na definição de poder e identidade das personagens Cersei Lannister e Daenerys Targaryen, através da utilização de *leitmotive*, da escolha da instrumentação e da densidade sonora, que acompanha o desenvolvimento da definição sociopolítica e psicológica das personagens na narrativa.

Na terceira e última parte de *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler*, Júlia Durand centra o seu ensaio na utilização de música na produção audiovisual de pornografia. É abordado o papel da música na construção de ambientes que promovem a erotização dos filmes, estando as escolhas musicais associadas a construções sobre sexualidades e definição de públicos. A criação destes ambientes assenta num processo de categorização musical que identifica determinadas narrativas com expressões sexuais, considerando a autora que este é um território que possibilita o reforço ou a subversão de estereótipos de género e de sexualidades. No último capítulo do livro, Marco Freitas faz um estudo etnográfico sobre a dança do “engate” enquanto dimensão performativa de predisposições sexuais no contexto de três bares do *Roteiro gay lisboeta*. O autor chega a interessantes conclusões sobre a definição de disponibilidade sexual e designação de papéis sexuais e de género através da dança. Freitas destaca como regularmente estes papéis são transferidos de estereótipos heteronormativos para o domínio homossexual entre homens, implícitos nas conceções de “masculino” e “feminino” sob a forma do dualismo “ativo” e “passivo”. O autor reflete sobre a dimensão de poder implícita nestes discursos e comportamentos, operada em estruturas binárias entre dominador/dominado, concluindo que estes processos obedecem a uma manutenção de valores do tipo heteronormativo.

Eis um livro que convida a uma reflexão necessária e emergente no contexto português sobre os estudos de género como um campo

teórico-metodológico útil e atual na abordagem a práticas musicais. Considerando que estas práticas traduzem códigos dominantes de masculinidades, feminilidades e sexualidades das culturas em que se inserem, a música é um território crítico de produção expressiva de identidades e estruturas de poder determinadas pelo gênero. A falta de consenso na academia portuguesa sobre a fundamentação das perspectivas da crítica feminista poderá ser uma das razões que justificam a implementação tardia deste campo de estudos, que contrasta com a expansão que se observa internacionalmente desde os anos 1990 (Pereira, 2021; Amâncio & Oliveira, 2014). *Música, gênero, sexualidades: Musical trouble... after Butler* constitui assim uma obra inteiramente dedicada à interdisciplinaridade entre música e gênero, argumentando a pertinência inequívoca de se considerar o gênero como uma dimensão indispensável na musicologia portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amâncio, L., & Oliveira, J. M. D. (2014). Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de gênero em Portugal [Ambivalences and developments in gender studies in Portugal]. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 32, 23-42.
- Artiaga, M. J. (2021). "Grace, skill and refinement": A orquestra de senhoras de Josephine Amann-Weinlich ["Grace, skill and refinement": Josephine Amman-Weinlich's ladies orchestra]. In P. Gomes-Ribeiro, J. Durand, J. Freitas & F. Gaspar (Coord.), *Música, gênero, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 21-46). Edições Húmus.
- Benioff, D., & Weiss, D. B. (Executive producers). (2011-2019). *Game of Thrones [TV series]*. HBO.
- Brett, P., Wood, E., & Thomas, G. C. (Eds.). (1994). *Queering the pitch: The new gay and lesbian musicology*. Taylor & Francis.
- Citron, M. J. (1993). *Gender and the musical canon*. University of Illinois Press.
- Durand, J. (2021). Perversom? Música e sexualidades na pornografia audiovisual [Perversom? Music and sexualities in audiovisual pornography]. In P. Gomes-Ribeiro, J. Durand, J. Freitas & F. Gaspar (Coord.), *Música, gênero, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 181-205). Edições Húmus.
- Freitas, J. (2021). Music is coming, a música como veículo de poder em personagens femininas na série televisiva *Game of Thrones* [Music is coming, music as a power agent in Game of Thrones' tv series' female characters]. In P. Gomes-Ribeiro, J.

- Durand, J. Freitas & F. Gaspar (Coord.), *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 153-177). Edições Húmus.
- Gaspar, F. (2021). “Sou delicado, é de nascença...”, representações da não-normatividade de género na opereta oitocentista em Portugal [“I am delicate, I was born this way...”, gender non-normative representations in nineteenth opereta in Portugal]. In P. Gomes-Ribeiro, J. Durand, J. Freitas & F. Gaspar (Coord.), *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 115-151). Edições Húmus.
- Gentil, T. (2021). Singer-Songwriter Aline Frazão’s gender and political activism: From “Delicate Girl” to “Badass”. In P. Gomes-Ribeiro, J. Durand, J. Freitas & F. Gaspar (Coord.), *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 85-111). Edições Húmus.
- McClary, S. (1991). *Feminine endings: Music, gender, and sexuality*. University of Minnesota Press.
- Pereira, M. D. M. (2012). ‘Feminist theory is proper knowledge, but...’: The status of feminist scholarship in the academy. *Feminist Theory*, 13(3), 283-303.
- Pina, I. (2021). Companhia, mensageira e apaziguadora de ânimos: Maria Helena de Freitas e o “mestre” através da sua correspondência com Fernando Lopes-Graça [Partner, messenger and temper soother: Maria Helena de Freitas and the “master” through her correspondence with Fernando Lopes-Graça]. In P. Gomes-Ribeiro, J. Durand, J. Freitas & F. Gaspar (coord.), *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 69-84). Edições Húmus.
- Portela, A. (2021). Cinira Polônio, Etelvina Serra e Palmira Bastos: Uma análise da crítica luso-brasileira entre 1870 e 1910. [Cinira Polônio, Etelvina Serra e Palmira Bastos: an analysis of Brazilian-Portuguese musical critic between 1870 and 1910]. In P. Gomes-Ribeiro, J. Durand, J. Freitas & F. Gaspar (Coord.), *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 47-68). Edições Húmus.
- Roque de Freitas, M. (2021). “Salve-se quem puder”, a performance do “engate” nas discotecas do roteiro gay de Lisboa [“Run for your life”, the performance of “pickup” in Lisbon’s gay clubs]. In P. Gomes-Ribeiro, J. Durand, J. Freitas & F. Gaspar (Coord.), *Música, género, sexualidades: Musical trouble... after Butler* (pp. 208-230). Edições Húmus.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 16/05/2022

Esta revista tem uma licença Creative Commons – Attribution – Non-Commercial (CC-BY-NC)

Linha Editorial

Normas de Publicação

LINHA EDITORIAL

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher é uma revista científica, semestral, sediada no CICS. NOVA da NOVA FCSH. É desenvolvida pela equipa de investigação com o mesmo nome, tendo iniciado a sua publicação em 1999.

Ao longo dos anos, a revista tem-se afirmado pela diversidade de temáticas e pela transversalidade dos vários domínios do saber que contribuem para o conhecimento, cada vez mais complexo e múltiplo, da pessoa humana. Por isso, a sua estrutura reflete preocupações de ordem científica, no sentido de dar voz e eco a novidades no campo teórico dos estudos sobre as mulheres, dos feminismos e de género, sem esquecer as premissas que lhe estão subjacentes, mas também evidenciar aspetos das vivências das pessoas reais que permitem processos de identificação e de modelagem social. Esta dimensão dupla, e certamente inovadora, da revista *Faces de Eva* constitui uma opção editorial que decorre de uma abordagem científica de articulação entre os saberes teórico e empírico.

A revista *Faces de Eva* aceita e publica artigos em português, espanhol, francês e inglês, promovendo a difusão internacional do seu conteúdo. Abrange um leque variado de rubricas, sendo os *Estudos* sujeitos a avaliação por especialistas. Todas as outras rubricas seguem também normas de publicação que a incluem em critérios internacionais de *rankings* e métricas, cada vez mais salvaguardados pela publicação, e cujos resultados se vão consolidando.

Emergindo da academia e a ela também se destinando, a Revista constitui-se como proposta de diálogo científico cada vez mais afirmado nas universidades portuguesas.

EDITORIAL POLICY

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher is a biannual scientific journal, based at CICS. NOVA of NOVA FCSH. *Faces de Eva*'s eponymous research team began publishing the journal in 1999.

Throughout the years, *Faces de Eva* has established itself for the diverse and transversal array of fields of knowledge that contribute to an increasingly complex and multifold understanding of the human person.

Therefore, its structure reflects its concerns, scientific in nature. Its purpose is to give a voice and an echo to innovation in the theoretical fields of Gender, Feminist and Women Studies and in such a way as to retain their underlying premises whilst emphasizing people's real life experiences that allow for identification and social modelation processes. This double dimension is an cutting-edge editorial choice that originates in a scientific approach that aims to combine theoretical and empiricist knowledge.

Faces de Eva accepts and publishes articles in Portuguese, Spanish, French and English, thus promoting the international dissemination of its contents. It includes a wide array of sections, among which the *Estudos*, the only subject to peer review. Every other section of the publication also follows publication regulations that guarantee their inclusion in the international criteria of rankings and metrics, increasingly safeguarded by the journal, with positive results.

The journal both arises from, and is aimed at academia, and it develops and presents itself as an attempt to encourage the kind of scientific exchange increasingly present in Portuguese universities.

PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM

Os artigos propostos à revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* são submetidos ao parecer de especialistas, nacionais e/ou internacionais. Os pareceres deverão ter em conta a adequação e enquadramento do artigo nos objetivos da revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, a sua qualidade científica, a pertinência, a originalidade, a clareza e a coerência de conteúdos, a explicitação da metodologia, o rigor da escrita e o equilíbrio formal.

Os pareceres deverão explicitar: aceite sem restrições; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e a sua fundamentação, contribuindo para a possível melhoria da qualidade científica do artigo.

PEER REVIEWING PROCESS

Articles forwarded to *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* are submitted, anonymously, for peer reviewing by two national and/or international specialists – *blind referees* – therefore allowing for the impartiality of the review process. The peer reviewing process must hold into account how the article corresponds to the overall goals of the journal *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*; its scientific quality; the relevance, originality, clarity and coherence of its contents; the delineation of its methodology; the clarity of writing and its formal coherence and balance.

Only the articles in the section *Estudos* are submitted for peer reviewing.

Reviews must be explicit in their considerations for publishing: accepted without restrictions; accepted with restrictions (indicating which); rejected. Further suggestions that may be seen as pertinent in terms of changes to the article may also be requested, in order to be transmitted, anonymously, to the author(s). In order to be published, the article must hold two favourable reviews.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. O/A(s) autor(es)/a(s) devem entregar um exemplar digital em formatos word e pdf, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço e meio. Todos os textos devem vir acompanhados de folha de rosto com a identificação, endereço do currículo em plataforma digital (exs.: ORCID/CIÊNCIA ID, LATTES) e afiliação institucional por extenso (máximo duas) do/a(s) autor(es)/a(s), pela seguinte ordem: Universidade, Faculdade, Departamento/Centro, código postal, cidade, país. Deverão indicar também endereço de e-mail, de preferência institucional. É importante evitar abreviaturas e acrónimos sem especificação do nome por extenso.

2. Os *Estudos*, originais, não podem ultrapassar **40 000 caracteres (incluindo espaços)** e devem conter **título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e nos idiomas português e inglês** (exemplo: para um artigo escrito em espanhol devem aparecer título, resumo e palavras-chave em espanhol, português e inglês). No caso de o artigo ser escrito em inglês,

esses elementos deverão surgir em inglês e em português. Cada resumo deve ter no máximo **650 caracteres (incluindo espaços) e até 5 palavras-chave**.

Os *Estudos* originais propostos para publicação são submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, como indicado no procedimento de arbitragem.

3. Antes de iniciar o processo de arbitragem científica, todos os textos são objeto de uma primeira triagem para verificação de que cumprem os objetivos e os requisitos textuais e científicos, bem como as normas aqui apresentadas.

4. Os nomes e endereços de autores/as de artigos submetidos a esta revista que não sejam aceites para publicação não são disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

5. Apenas são aceites referências bibliográficas das obras citadas, que devem ser colocadas no fim do respetivo artigo. Nas citações diretas no corpo do texto, deve aparecer o apelido do/a autor/a, o ano e a página da referência.

As transcrições devem abrir e fechar com aspas, quando não excederem as 4 linhas; no caso de citações mais longas devem ser entalhadas e transcritas sem aspas. Nas paráfrases, deve indicar-se somente o apelido do/a autor/a e o ano. Na lista de referências bibliográficas, nas obras cujo título se apresenta numa língua diferente da inglesa, este deve ser traduzido para inglês e colocado entre parênteses retos a seguir ao título original.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher utiliza as normas APA, versão 7. (Mais informação em <https://apastyle.apa.org>)

6. Enviar textos em formatos word e pdf para: E-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

7. *Estado da Questão*, *Pioneira* e *Retrato* não devem ultrapassar os **12 000 caracteres (incluindo espaços)**. *Estado da Questão* deve vir acompanhado do respetivo **logótipo** (em formato jpg/gif). *Pioneira* e *Retrato* devem ser acompanhados de uma **fotografia** (em formato jpg/gif).

8. *Diálogos* não devem ultrapassar os **20 000 caracteres (incluindo espaços)**.

9. Entrevistas não devem ultrapassar os **20 000 caracteres (incluindo espaços)** e devem vir acompanhadas de uma **fotografia** (em formato jpg/gif).

10. Recensões de livros, filmes ou de qualquer outro suporte de carácter cultural e/ou artístico não devem ultrapassar os **8000 caracteres (incluindo espaços)** e são aceites desde que tenham sido publicados/apresentados, no máximo, nos dois anos anteriores.

11. A regra ortográfica de cada artigo respeita a opção de autoras/es.

Referências bibliográficas

Exemplos:

Um autor:

Beleza, T. P. (2010). *Direito das mulheres e da igualdade social* [Women's rights and social equality]. Almedina.

Mais do que um autor:

Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade: Primeiro grande inquérito em Portugal* [Sustainability: First major survey in Portugal]. Imprensa de Ciências Sociais.

Mesmo autor e mesma data:

Bourdieu, P. (2011a). O campo político [The political field]. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 193-216.

Bourdieu, P. (2011b). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* [Practical reasons: On the theory of action]. Papyrus.

Capítulo em livro editado:

Bystrom, D. G. (2004). Women as political communication sources and audiences. In L. L. Kaid (Ed.). *Handbook of Political Communication Research* (pp. 435-459). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Artigos em jornal:

Pereira, A. C. (2019, Setembro 26). Greta “é uma criança a ralhar com adultos” e isso irrita muita gente [Greta “is a child scolding adults” and that annoys a lot of people]. Público. <https://www.publico.pt/2019/09/26/sociedade/noticia/greta-ralha-adultos-irrita-gente-1888042>

Pusich, A. G. (1858, Novembro 1). A Portugal [To Portugal]. *A Cruzada*, pp. 1-2.

Artigos em periódico (com DOI):

Fiolhais, C. (2021). Ada Lovelace: A “feiticeira do número” [Ada Lovelace: The “Enchantress of Number”]. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* (46), 31-48. <https://doi.org/10.34619/fyuc-ofnh>

Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., ... Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences of care professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, 11(1), 187. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-187>

Resurrección, B. P. (2013). Persistent women and environment linkages in climate change and sustainable development agendas. *Women's Studies International Forum*, 40, 33-43. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.03.011>

Organizações:

United Nations. (2019). *Sustainable development goals report*. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/>

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO

<http://scielo.pt/revistas/eva/pinstruc.htm>

EDITORIAL GUIDELINES

1. The author(s) must send a digital copy in both word and pdf format. Please use Times New Roman, size 12, at a space and a half. All manuscripts must have a cover page with the following information: identity, CV in digital platform address (e.g. ORCID/CIÊNCIA ID, Lattes) and affiliation (two at most) in the following order: University, College, Department/Research Center, postal code, city, country. Also indicate an e-mail address, preferably institutional. Acronyms and abbreviations must only be used after providing the full name(s) to which they refer.

2. Original manuscripts submitted for the *Estudos* (Studies) section must not exceed **40 000 characters (including spaces)** and must contain **title, abstract and keywords in the language in which the article is written, but also in English and Portuguese** (example: an article written in Spanish must contain title, abstract and keywords in Spanish, Portuguese and English). For articles written in English, the aforementioned elements must also be in English and Portuguese. Abstracts must not exceed **650 characters (including spaces) and must have up to 5 keywords**.

Original manuscripts submitted for consideration in the *Estudos* (Studies) section are submitted to a review process by two specialists in the respective scientific areas, as indicated in the peer reviewing process.

3. Before initiating the peer reviewing process, all manuscripts will be subjected to a screening so as to ascertain that all publishing norms are duly followed.

4. Personal information regarding authors who submit manuscripts for the journal, namely their names and addresses, will be used solely for the purposes of the publication of scientific work, and will not be used for other ends or made available to third parties.

5. Only bibliographical references of works cited shall be accepted. These must be placed at the end of the article. Works must be cited in the text, with the following format: (author surname, year, page). Short quotations, not exceeding 4 lines, should be enclosed within quotation marks in the text. Longer quotations must be separated from the text and not be enclosed within quotation marks.

Cite the work you paraphrase in the text using either the narrative or the par- enthetical format. In the list of references, when a title is in a language other than English, include a translation of the title in square brackets.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher follows the norms provided by APA, version 7. (Further information in <https://apastyle.apa.org>)

6. Address for manuscript submission in word and pdf format: E-mail: facesdeeva@fcs.unl.pt

7. The sections *Estado da Questão* (State of the Art), *Pioneira* (Pioneer) and *Retrato* (Portrait) must not exceed **12 000 characters (including spaces)**. The section *Estado da Questão* (State of the Art) must include the respective **institutional logo** (in jpg/gif format). The others sections must include a **photograph** (in jpg/gif format).

8. The section *Diálogos* (Dialogues) must not exceed **20 000 characters (including spaces)**.

9. The section *Entrevistas* (Interviews) must not exceed **20 000 characters (including spaces)** and must include a **photograph** (in jpg/gif format).

10. The section *Recensões* (Reviews) includes appraisals of books, movies, or any other type of cultural and/or artistic production. Submissions must not exceed **8000 characters (including spaces)** and must focus on materials that were published or released twelve months prior to the expected date of publication of the number of the journal.

References:

Examples:

One work by one author:

Terry, G. (2009). *Climate change and gender justice*. Practical Action Publisher.

One work by multiple authors:

Byerly, C. M., & Ross, Karen (2006). *Women & media. A critical introduction*. Blackwell Publishing.

Same author and same publication date:

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). (2019a). *Gender and climate change draft decision -/CP.25 enhanced Lima work programme on gender and its gender action plan*. UNFCCC. <https://unfccc.int/topics/gender/workstreams/the-enhanced-lima-work-programme-on-gender#eq-2>

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2019b). *Gender composition report by the secretariat conference of the parties twenty-fifth session Santiago, 2–13 December*.

https://unfccc.int/sites/default/files/resource/CP2019_09E.pdf

Chapter in a book:

Bystrom, D. G. (2004). Women as political communication sources and audiences. In L. L. Kaid (Ed.). *Handbook of Political Communication Research* (pp. 435-459). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Serial/journal article (online):

Findlen, P. (1993, September). Science as a career in enlightenment Italy: The strategies of Laura Bassi. *Isis*, 84(3), 441-469. <https://www.jstor.org/stable/235642>

Serial/journal article (DOI):

Fiolhais, C. (2021). Ada Lovelace: A “feiticeira do número” [Ada Lovelace: The “Enchantress of Number”]. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* (46), 31-48. <https://doi.org/10.34619/fyuc-ofnh>

Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., ... Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences of care professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, 11(1), 187. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-187>

Resurrección, B. P. (2013). Persistent women and environment linkages in climate change and sustainable development agendas. *Women's Studies International Forum*, 40, 33-43. <http://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.03.011>

Book/ Chapter in a book/ Serial/journal article in another language:

Tosi, L. (1998). Mulher e ciência: A revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna [Woman and science: Scientific revolution, witch-hunt and modern science]. *Cadernos Pagu*, 10, 369-397. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>

Organisation/Corporate author:

United Nations. (2019). *Sustainable development goals report* <https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/>

PUBLICATION'S STATEMENT OF ETHICS AND GOOD PRACTICES

<http://scielo.pt/revistas/eva/iinstruc.htm>

